

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**Estratégias de distinção entre moradores de periferia urbana: uma análise do
caso da Vila Urlândia, Santa Maria/ RS - Brasil**

Dissertação de Mestrado

Clovis Schmitt Souza
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva

Porto Alegre, março de 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Estratégias de distinção entre moradores de periferia urbana: uma análise do caso da Vila Urlândia, Santa Maria/ RS - Brasil

Clovis Schmitt Souza

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Porto Alegre, março de 2006.

Clovis Schmitt Souza

Estratégias de distinção entre moradores de periferia urbana: uma análise do caso da Vila Urlândia, Santa Maria / RS - Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em 2006

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Joel Gusmão Outtes Wanderley Filho

Prof. Dr. Claudia Turra Magni

Prof. Dr. Eva Barbosa Samios

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a todos que estiveram presentes nesta jornada de dois anos.

A meus pais, Vilma e Laury pelo apoio prestado ao longo de todos os anos de estudo. A meu irmão Gerson, pelo assessoramento logístico na parte de informática.

Aos colegas do mestrado pelas discussões travadas em sala que auxiliaram no amadurecimento das questões da pesquisa.

Aos “amigos do 12” pelo apoio e amizade sincera; pela acolhida em sua casa nos primeiros meses na cidade de Porto Alegre. Amigos que se transformaram em vizinhos fundamentais presentes nos momentos mais angustiantes de redação da dissertação. Em especial, agradeço ao Francis pelo cuidado que dispensou na leitura dos esboços dos capítulos da dissertação. A colega Nadia pelo “olhar antropológico” que muito auxiliou na compreensão dos fenômenos observados em campo. Ao contagiante amigo Edemar pelo espírito empolgante capaz de animar todos a sua volta. Ao senhor Onivaldo pela camaradagem que mostrou ter para com o “arquiteto”.

Aos colegas de apartamento, Luciane, Natalia e Pilar pela convivência harmônica e agradável. Um agradecimento singular a Luciane pelo ombro amigo dos meses de dezembro e janeiro de 2005, imprescindível para finalização da dissertação.

Ao amigo Rafael, pelo ajuda técnica na elaboração dos mapas.

A sempre “professora” Fernanda Valli Nummer, pelo incentivo para dar continuidade nos estudos nas ciências sociais. Principalmente, para prestar seleção ao mestrado da sociologia.

A minha amada “Lindinha” pelo sentimento de amor e afeto que sempre demonstrou; Mesmo longe, teu retrato, teu sorriso a me fitar sobre a mesa, acalentou meus dias.

Ao professor Marcelo Kunrath Silva por ter aceitado o desafio de orientação da pesquisa. Pelos comentários precisos para alteração do curso da dissertação ainda quando era apenas um projeto.

Aos moradores da Vila Urlândia que gentilmente me acolheram em suas residências e permitiram fazer das entrevistas uma tarefa tão agradável quanto esclarecedora. Pessoas com quem pude compartilhar idéias, lembranças e sonhos.

A CAPES pela bolsa de estudos, fundamental para a concretização da pesquisa.

RESUMO

Este estudo busca analisar o processo de distinção e estigmatização existentes entre os moradores da Vila Urlândia, uma localidade situada na periferia da cidade de Santa Maria identificada socialmente como sendo uma área violenta da cidade. A partir da imagem pública negativa da localidade, um grupo de moradores, na tentativa de se afastarem deste estigma social, transfere aos moradores, por eles considerados inferiores, a responsabilidade pelo desprestígio local. Para isso, empregam um conjunto de critérios “objetivos” centrados em juízos moralizantes para construir a noção da existência de duas sub-áreas na localidade: a *alta* e a *baixa*. Dessa maneira, através de práticas diversas, produzem um processo de distinção entre os moradores da vila, operando uma projeção do estigma aos moradores considerados inferiores.

Palavras-chave: periferia; estigma; prestígio grupal, distinção

Resumé

Cette étude tente d'analyser le processus de distinction et stigmatisation existents parmi les habitants de la Vila Urlândia, localité située à la périphérie de la ville de Santa Maria socialement connue comme étant une région violent de la ville. A partir de l'image publique négative de cet endroit, un groupe d'habitants, en espérant s'éloigner de ce stigmat social, repasse aux habitants, consideres comme inferieurs por ce groupe, la responsabilité de ce discrédit local. Por cela, ils utilisent un ensemble de critères objectifs centres sur des considerations moralisantes pour construire la notion de l'existence de deux espaces differents: le haut et le bas. Ainsi, por des pratiques diverses, ils produisent un processus de distinction entre les habitants de la ville, faisant une projection de stigmat aux habitants considérés comme inferieurs.

Mots-clés: périphérie, stigmat, prestige de greaube, distinction

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Taxa de crescimento da população - Santa Maria.....	46
Tabela 2: Número de Habitantes do Bairro Urlândia segundo unidade familiar.....	48

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Anos de estudo da pessoa responsável pela unidade residencial.....	49
Gráfico 2: Classe de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pela unidade residencial.....	49

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da Cidade de Santa Maria.....	45
Figura 2: Mapa da Vila.....	48
Figura 3: Mapa da Alta e baixa.....	56
Figura 4: Rua Frederico Ozanan.....	59
Figura 5: Rua São Carlos.....	59
Figura 6: Rua Valdir C. da Costa, visão da parte baixa da Vila Urlândia.....	62
Figura 7: Dia de visita domiciliar nas casas do “Beco da Landa”.....	63
Figura 8: Capela São Carlos.....	83
Figura 9: Capela Nossa Senhora da Medianeira.....	84
Figura 10: Dia de “Sopão” no salão paroquial.....	87

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. O ESPAÇO DA CIDADE COMO UM LOCAL DE DIFERENCIAÇÃO	5
1.1. As distâncias sociais inscritas nas localidades.....	5
1.2 Segregação espaço-social	14
1.3 Estudos sobre comunidades pobres nas ciências sociais.....	16
1.4 O processo de urbanização no território brasileiro	17
1.5 Pobres com “P” minúsculo	20
2. A DESCOBERTA DA VILA URLÂNDIA	31
2.1 Entrada em Campo	31
2.2 A importância das redes de confiança	33
2.3 Coleta e análise dos dados	36
3. O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA VILA URLÂNDIA: MARCOS HISTÓRICO	42
3.1 O processo de Desenvolvimento e Urbanização do município de Santa Maria	42
3.1.1 As periferias de Santa Maria.....	46
3.2 A formação do loteamento Vila Urlândia	50
3.3 A Urlândia vista como dois pedaços	54
3.3.2 Parte “Baixa”	60
3.4 A Vila Urlândia vista do ponto de vista externo	63
3.5 Mostre respeito, senão.....	64
4. AS ESTRATÉGIAS INTERNAS DE ESTIGMATIZAÇÃO NA VILA URLÂNDIA... 70	
4.1 Estratégias de fuga do estigma	70
4.2 Disjunção da “comunidade”	72
4.3 A Urlândia não é uma coisa só.....	75
4.4 Espaços de diferenciação: Capela Católica	81
4.5 Pastoral da Criança	86
4.6 As ações da associação de moradores.....	89
4.7 O campo de futebol e suas possibilidades	90
4.8 Termos que definem	91
4.9 Não sou da Urlândia, sou do Parque	93
4.10 Escola como dispositivo diferenciador	96
4.11 A culpa é do beco.....	99
4.12 Contato entre vizinhos.....	102
Considerações Finais	104
Referências Bibliográficas	108
ANEXOS.....	112

INTRODUÇÃO

O interesse pela temática de estudos no meio urbano está vinculado à trajetória acadêmica que percorri ao longo do período de graduação em Ciências Sociais, na Universidade Federal de Santa Maria. Meu interesse particular sempre foi compreender os sentidos que circundam o ato do indivíduo dizer onde reside: porque certas localidades são mais valorizadas ao passo que outras são estigmatizadas ou de que forma o local de moradia pode obstaculizar possibilidades de interação social, foram questões que orientaram e auxiliaram na elaboração do estudo aqui apresentado.

Uma vez que residi, durante 12 anos de minha vida, numa localidade chamada oficialmente Vila Campestre do Menino Deus, popularmente conhecida por Campestre, convivi num ambiente no qual a hierarquia dos espaços na cidade eram sentidas cotidianamente por seus residentes. Como havia desenvolvido, durante meu trabalho de conclusão do curso de graduação, uma pesquisa nesta localidade¹, para dissertação defini como objeto de estudo o processo de estigmatização social derivado do fato de viver numa localidade socialmente considerada como violenta e, particularmente, como isto é elaborado pelos moradores destas localidades.

Diante disso, a diretriz adotada para escolha da região a ser analisada centrou-se na busca de uma localidade onde a representação social de seus habitantes fosse marcada pelo estigma de habitar uma vila considerada como inferior dentro da estrutura hierárquica dos espaços da cidade. Portanto, o objeto da investigação foi verificar de que forma indivíduos localizados numa região de periferia da cidade de Santa Maria convivem com o estigma social.

Circunscrito o tema da dissertação, a segunda etapa no desenvolvimento da pesquisa consistiu na escolha da região que melhor se ajustava aos objetivos do estudo. Através dos conhecimentos que dispunha acerca das diferentes vilas

¹ Neste trabalho, analisei o processo de construção das identidades que se formam dentro dos espaços urbanos dos bairros, onde os espaços geográficos constituem um espaço social de convivência no qual diferentes identidades são construídas, posicionando os indivíduos em espaços distintos conforme a forma como são percebidos dentro da cidade. No caso específico da Vila Campestre, os moradores inseridos neste contexto subvertem a lógica que o posiciona com morador de uma “vila” e se apresentam socialmente como moradores de um bairro.

situadas na cidade de Santa Maria, a escolha recaiu sobre a Vila Urlândia. Esta vila insere-se no processo de ocupação que marcou o início da década de 1960, logo que o município ingressou numa fase de desenvolvimento econômico promovido pela instalação da Universidade Federal de Santa Maria, a qual atraiu um contingente expressivo de novos habitantes à cidade. Neste contexto, localidades afastadas do centro da cidade e menos valorizadas economicamente foram ocupadas por famílias com poucos recursos financeiros. O fluxo de moradores com estas características ajudou a constituir as vilas da cidade. Entre as vilas existentes na cidade de Santa Maria, a Vila Urlândia foi marcada por dois movimentos distintos de moradores: o primeiro, composto por famílias que compraram os lotes de terra e construíram sua residência na área; um segundo, por outras famílias que ocuparam as porções de terra menos valorizadas da localidade.

Este fator vai contribuir para formulação de duas sub-áreas no interior da vila: a “parte alta”, na qual se localizam os moradores de lotes regularizados e urbanizados; e a “parte baixa”, na qual se localizam os moradores de áreas ocupadas irregularmente e com urbanização deficiente. Neste contexto, os moradores que se consideram superiores na escala hierárquica local – os ocupantes da “parte alta” – vão desenvolver estratégias de diferenciação interna entre aqueles habitantes considerados moralmente superiores (ou seja, eles próprios) e aqueles considerados moralmente inferiores (ou seja, os “ocupantes” da “parte baixa”), através do processo de transferência do estigma de morar numa localidade que foi historicamente representada no imaginário social da cidade como um local marcado pela violência.

Deste modo, o mote de meu interesse pelo objeto de investigação desta dissertação foram questões atinentes ao processo de diferenciação social existente em áreas de periferia urbana das cidades brasileiras. Mais especificamente, meu argumento tentava verificar empiricamente como um pequeno cenário de uma vila periférica como a Vila Urlândia, no qual habitam pessoas em condições socioeconômicas mais ou menos simétricas, pode ser o palco de um processo interno de construção de um campo de disputa social que diferencia e hierarquiza seus habitantes a partir de fatores como o tempo de moradia dos indivíduos, a condição jurídica dos imóveis, as condições físicas e localização das moradias, as “qualidades morais” das pessoas, entre outros atributos.

A partir disso, a própria noção de “comunidade”, bastante presente na forma de referenciar aos espaços de moradia das classes populares no Brasil, deixa de ser um termo possível de ser empregado para apreender tal realidade. Isto ocorre na medida em que, ao contrário de observarmos uma “comunidade” constituída por indivíduos supostamente homogêneos, identificamos que os moradores residentes dentro das localidades da periferia executam um processo de diferenciação interna, se percebendo como não tão iguais e, por isso, desenvolvem estratégias de diferenciação entre os grupos de maneira a revitalizar a hierarquia dos espaços existentes na sociedade, atualizando-a nos contextos locais. Assim, o presente estudo busca analisar como os habitantes de uma periferia processam a lógica de distinção e estigmatização social.

O presente trabalho está dividido em quatro capítulos. O Capítulo I estabelece o referencial teórico que orientou a pesquisa, a partir de autores que trabalham com os conceitos de distinção e estigmatização social dentro das ciências sociais. No corpo deste, é apresentada uma interpretação teórica da maneira como o processo de urbanização no Brasil acaba por constituir práticas sociais que, além de aprofundar as desigualdades, instituem uma realidade na qual os habitantes possuem cargas valorativas desiguais. Neste sentido, é colocada em apreciação crítica da categoria social “comunidade”, geralmente utilizada para descrever os espaços de moradia das camadas populares nas cidades. Através do embasamento de alguns estudos empíricos, é mostrado que, na verdade, internamente os moradores destas localidades desenvolvem um conjunto de processos e mecanismos de diferenciação social entre seus membros.

No Capítulo II, descrevo o processo de entrada em campo, as redes de relações estabelecidas, as entrevistas realizadas, o tratamento adotado nestas, bem como os espaços de sociabilidade onde foram empregadas as observações.

No Capítulo III, em sua primeira seção, é apresentado o processo de urbanização do município de Santa Maria. Na segunda seção, nos voltamos para a descrição do processo de formação da Vila Urlândia, uma localidade estigmatizada pelo conjunto da sociedade local como região “violenta”. Sobre isso, apresentamos a caracterização de sua população, as diferenças no processo de ocupação da localidade e, por fim, preparamos o leitor para o tratamento analítico que será desenvolvido no capítulo seguinte.

No Capítulo IV o argumento central da dissertação é exposto, através da caracterização e análise do processo de elaboração das distinções e estigmatizações no âmbito da Vila Urlândia. Por meio da análise das entrevistas realizadas com os moradores, as categorias sociais *êmicas* utilizadas pelos nativos para estabelecer as diferenciações e hierarquizações nos espaços da “vila” são discutidas. Nesta parte do trabalho, o tratamento analítico apresenta de que modo a lógica de distinção existente na sociedade mais ampla pode ser apropriado por certos moradores para se legitimarem como indivíduos de *status* superior em comparação aos seus vizinhos. Discute-se, na parte final do Capítulo, como a desigualdade nas relações de poder local é capaz de engendrar clivagens sociais no interior de um grupamento humano relativamente homogêneo, sob vários aspectos.

Na conclusão, apresentam-se as considerações finais da pesquisa. Nela, são retomados os principais aspectos teóricos e empíricos desenvolvidos no âmbito da dissertação. Apresenta as dimensões que constituem as práticas de distinção na localidade, quais seus fundamentos, seus argumentos e justificativas. Conclui-se, também, que o intento dos moradores distintos de produzir uma separação no interior da vila tem surtido pouco ou nenhum efeito fora do âmbito local, pois o estigma territorial de residir numa localidade considerada violenta ainda é muito forte na sociedade santamariense, marcando indistintamente todos os seus moradores.

1. O ESPAÇO DA CIDADE COMO UM LOCAL DE DIFERENCIAÇÃO

A cidade, normalmente, é vista como um espaço no qual os indivíduos vivem o drama e o desafio de conviver com certa coesão social. Neste sentido, suas áreas estabelecem mais do que a simples extensão de seu perímetro. Estabelecem as posições sociais de seus ocupantes dentro do conjunto da sociedade a que fazem parte. Tal dinâmica de produção do espaço urbano organiza o tecido social das cidades em múltiplos laços de sociabilidade. Seus habitantes estão, assim, organizados segundo padrões de separação e diferenciação social. Dependendo dos recursos que dispuser, o agente vai ocupar diferentes espaços, os quais estão associados a distintas posições sociais. Assim, o ato de dizer onde se habita passa de mera conceituação geográfica, para adquirir status de bem simbólico.

Frente a esta concepção, ao longo deste capítulo será discutido como o tecido urbano está tramado. Mais especificamente, como diferentes tipos de relações e múltiplos sentidos que são aprendidos e compartilhados dentro deste ambiente que acaba por instituir uma gramática social orientando a vida dos indivíduos, os diferenciando e hierarquizando.

1.1. As distâncias sociais inscritas nas localidades

As áreas que compõem o meio urbano revelam diferentes formas de organizar e estruturar os indivíduos que estão inscritos em seu meio. Segundo Bourdieu (1998), essa forma de organizar e diferenciar o mundo social é operada segundo uma construção, tanto individual como coletiva, que distribui os indivíduos em posições diferenciadas de acordo com *dois princípios de diferenciação*: o capital econômico e o capital cultural². O arranjo desses dois princípios auxilia no posicionamento dos agentes dentro da estrutura social vigente. De maneira geral, na estrutura da cidade, ganha destaque a primeira dimensão: dependendo da quantidade de recursos financeiros de seus detentores, a posição de seus

² Embora, na análise do autor, o princípio de diferenciação seja apontado para sociedades como os Estados Unidos, o Japão ou a França interpretamos que tais princípios também sejam operados na realidade brasileira (Bourdieu:1997).

ocupantes no espaço social recebe uma conotação prestigiosa (distinção) ou desvalorizante (estigma).

Segundo Bourdieu (1998), a noção de lugar indica uma das dimensões na qual o poder se afirma e se exerce. Ou seja, o “lugar” não constitui simplesmente um ponto físico onde um agente ou uma coisa se encontra situado. Pelo contrário, o “lugar” se constitui dentro de uma estrutura na qual os agentes sociais estão situados de forma relativa. Sua posição decorre do cruzamento de outros eixos de sentido, como, por exemplo, as noções de perto, longe, acima, abaixo; enfim um conjunto de referências simbólicas que definem e informam, entre si, as distâncias dos agentes na sociedade. Este espaço hierarquizado é, portanto, um espaço de distinção, pois materializa para os agentes sociais diferentes posições sociais conforme o jogo de disputa que está sendo travado no local. Assim, as distâncias espaciais envolvidas na idéia de centro e periferia urbana, por exemplo, informam distâncias sociais nas quais seus agentes se encontram situados dentro desta estratificação. Ou seja, a cidade é vista como a “objetivação” de um espaço social diferenciado e hierarquizado.

A estrutura do espaço social se manifesta, em contextos mais diversos, sob a forma de oposições espaciais, o espaço habitado (ou apropriado) funcionando como uma espécie de simbolização espontânea do espaço social. Não há espaço em uma sociedade hierarquizada que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, mascarada pelo efeito de naturalização que implica a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural: as diferenças produzidas pela lógica histórica podem assim parecer surgidas da natureza das coisas (é suficiente pensar na idéia de “fronteira natural”) (BOURDIEU, 1998:160).

A hierarquia social que ordena a sociedade afirma distâncias entre os indivíduos dentro da sociedade. Neste sentido, dependendo do arranjo das características objetivas e subjetivas³ identificados dentro do bairro, um tipo de discurso que informa, ao conjunto da sociedade, a posição de cada lugar em sua

³ Por características objetivas entendemos a infra-estrutura urbana da localidade (tipo de calcamento das vias, iluminação pública, saneamento básico, etc), o aspecto de conservação das casas e pátios. Já por subjetivos estão inseridos noções que levam em conta, o “tipo” de morador da localidade, a distância do bairro em relação ao centro da cidade, as impressões a respeito da violência da área entre outros fatores.

estrutura. Isto porque, na avaliação do autor, o conceito de lugar possui um sentido de apropriação de um significado, isto é, cada lugar possui um tipo de prestígio que vai variar conforme o modo como o lugar é reconhecido socialmente. Dentro desta postura de análise, o lugar é visto segundo duas possibilidades de vantagens simbólicas. Na primeira, definida como *ganhos de localização*, as vantagens atribuídas ao lugar estão associadas ao fato de estar próximo de bens raros ou cobiçados como, por exemplo, casas localizadas nos arredores de locais que inspiram segurança, próximo a shopping centers, etc. No segundo caso, as vantagens do lugar se dão sob a forma de *ganhos de ocupação*: a posse de um espaço físico funciona para se manter distância ou excluir intrusos indesejáveis (Bourdieu: 1998).

No contexto das cidades brasileiras, o segundo tipo de ganho normalmente pode ser verificado no interior de localidades⁴ que apresentam um núcleo de habitantes com relativa coesão interna e que desenvolvem mecanismos para se afastar simbolicamente de vizinhos considerados indesejáveis. Nesse sentido, a posição ocupada dentro do espaço social hierarquizado percebe os moradores das regiões periféricas através de representações estereotipadas, pois seus ocupantes, destituídos da maioria das características socialmente reconhecidas e valorizadas, estão em posições de desvantagem simbólica. No entanto, Bourdieu (1997) deslegitima concepções substancialista, que consideram certas atividades como qualidades próprias a determinados indivíduos ou a certos grupos, como se estas fossem propriedades intrínsecas a seus membros. O que ocorre, ao invés disso, é que a estrutura dos diferentes tipos de representações acabam por tornar real uma “realidade” que visualiza com reservas as áreas situadas em espaços identificados com atributos negativos. Posto que, destituídos da posse de capital (econômico ou cultural) em quantidade suficiente para alterar o estigma pelo qual são reconhecidos socialmente - através dos veículos de comunicação, produto de idealizações ou de experiências pessoais -, viram alvo de todo tipo de estereótipo que sua condição pode suscitar.

⁴ O termo localidade utilizado aqui faz referência ao utilizado por Leeds e Leeds onde localidade “refere-se, no contexto das distribuições geográficas humanas, aos *loci* de organização visivelmente distintos, caracterizados por coisas tais como um agregado de pessoas mais ou menos permanentes ou um agregado de casas, geralmente incluindo e cercadas por espaços relativamente vazios, embora não necessariamente sem utilização” (LEEDS; LEEDS: 1978:31-32). Desta forma, consiste uma unidade de análise que pode se referir tanto a uma composição social homogênea ou a um lugar de maior densidade e mais ampla variedade de categorias de comportamento humano.

Segundo Sorokin (1961), os conceitos de espaço e de distância sociais, utilizados na sociologia para desvendar os mecanismos que regulam os processos de interação humana nas formas societárias de vida coletiva, seriam categorias classificatórias que aproximam ou distanciam os grupos humanos como resultado da sua inserção num mundo social hierarquizado. Uma hierarquia formulada segundo a elaboração de diferentes posições dentro do conjunto do “universo”. Assim, o espaço social seria “algo completamente diferente de espaço geográfico” (p.232), pois dois indivíduos situados no mesmo espaço geográfico – dimensão horizontal - podem ocupar espaços sociais distintos. Além disso, o tipo de relação que o indivíduo desenvolve com os demais membros do grupo informa uma localização vertical que, dentro deste sistema de coordenadas sociais, indica uma separação entre os membros. Em termos ilustrativos, isto significa dizer que um rei e seu súdito, embora estejam situados na mesma área geográfica, devido ao tipo de relação que desenvolvem entre si, ocupam espaços sociais diferenciados, logo, posições sociais distintas. Ou seja, a pluralidade de indivíduos neste meio auxilia a compor a cidade como um grande mosaico de pequenos mundos que se justapõe, mas, algumas vezes, não se inter-relacionam.

Dando seqüência a esta linha de argumentação, segundo Bourdieu (1991;1997), a idéia da construção da diferença, de separação e de construção de proximidades e distanciamentos entre os grupos é o que fundamenta a noção de espaço social. Este seria uma realidade invisível, mas capaz de organizar as práticas e as representações dos agentes dentro da estrutura social instituída na sociedade. Seu emprego compõe uma lógica que, além de diferenciar os espaços existentes no tecido urbano, atribui a cada qual um peso valorativo distinto. Tais diferenças (signos de distinção ou estigmatização), para serem percebidas e compreendidas, necessitam que o conjunto de agentes sociais da cidade tenha incorporado a estrutura de diferenças, isto é, que os sentidos atribuídos aos lugares e o princípio de classificação posto em prática na vida social correspondam ao campo semântico dos habitantes do meio urbano. Portanto, quando alguém se refere a determinado local da cidade, os demais interlocutores sabem ou tem certa noção dos sentidos relacionados ao lugar descrito⁵. Mas, a partir do momento no

⁵ Um exemplo simples de como as diferentes formas de perceber os espaços da cidade se processam pode ser verificado nas diferenças existentes no tipo de visibilidade social que recaia

qual reduzimos a personalidade do indivíduo a um determinado ponto, a uma determinada característica reconhecida como do lugar, estar-se-á infligindo a este uma distinção ou um estigma social, pois a pessoa passa a ser vista socialmente como detentora de qualidades ou de defeitos derivados de sua vinculação espacial.

Para Goffman (1978), o estigma, antes de ser um atributo meramente social, é uma linguagem que vai equacionar diferentes relações sociais, pois faz com que os indivíduos direcionem seu olhar para determinado traço do indivíduo, alterando a possibilidade de que outros atributos sejam percebidos, uma vez que o olhar se fixa sobre um ponto específico. Um atributo que, na maioria das vezes, é considerado como uma fraqueza, uma desvantagem de quem o possui.

Ao contrário do que se verifica na composição da identidade pessoal, na qual a combinação de traços diversos é incorporada pelos indivíduos para estruturar e organizar sua identidade, o recurso da identificação pública converte o que seria uma característica, entre tantas outras do indivíduo, num símbolo de informação social para substanciar sua identidade social. Logo, na ótica de Goffman, existe uma clivagem entre a identidade pessoal e a identidade social: a primeira, origina-se entre as pessoas que conhecem o indivíduo; a segunda, por sua vez, é de domínio das pessoas que o desconhecem, para quem o indivíduo não passa de perfeito estranho, formulando uma identidade segundo alguma característica pontualmente escolhida.

Quando um indivíduo tem uma imagem pública, ela parece estar constituída a partir de uma pequena seleção de fatos sobre ele que podem ser verdadeiros e que se expandem até adquirir uma aparência dramática e digna de atenção, sendo, posteriormente, usadas como um retrato global. Como consequência, pode ocorrer um tipo especial de estigmatização (GOFFMAN, 1978:82).

Sua conceituação diferencia as pessoas estigmatizadas sob duas perspectivas: a *desacreditada*, quando a característica distintiva já é conhecida ou é imediatamente evidente como, por exemplo, a falta de um membro do corpo humano; e a *desacreditável*, quando o traço estigmatizante da pessoa não é nem conhecido e nem imediatamente perceptível pelos presentes. O segundo tipo de estigma pode ser demonstrado através de dois exemplos que seguem: a dificuldade

sobre o habitante do Bairro da Restinga e Bairro Moinhos de Vento; sobre cada um dos moradores são formulados diferentes cargas valorativas.

que se depara uma pessoa que tem algum problema no aparelho fonatório, mas precisa fazer um pronunciamento em público e a situação com a qual se depara uma pessoa cega (oculta detrás dos óculos escuros) que necessita se deslocar entre uma multidão de transeuntes. Esses casos mostram que as características estigmatizantes de seus detentores, para serem notadas, exigem a exposição do indivíduo, pois, do contrário, sua identidade social permanece como se o indivíduo fosse uma *pessoa normal* (GOFFMAN:1978).

Ao se expor, o indivíduo abandona a identidade social “verdadeira” e adquire uma identidade social com a qual será reconhecido nos contatos mistos, nos momentos de convívio social com outros indivíduos fora do seu grupo doméstico. Além disso, um conjunto de símbolos sociais é acionado para reforçar a atenção sobre seu atributo⁶. Os indivíduos assumem, assim, características distintivas com as quais são conhecidos e reconhecidos socialmente.

No caso do objeto da presente pesquisa, os moradores das regiões periféricas das cidades brasileiras, sua “imperfeição” original não se apresenta como um traço de seus corpos, mas na sua condição de habitantes de um local situado numa posição inferior, situado na periferia das cidades. Esse reconhecimento social faz destes moradores pessoas *desacreditáveis*, pois por mais que possam transitar anonimamente pelas ruas das cidades, ao terem o local de sua residência revelado, recebem a identidade social estigmatizada. Embora estes moradores possam tentar enconbrir o estigma, acionando artifícios que escondam sua condição (por exemplo, não divulgando o local de sua residência), não podem furtar-se a reconhecer o caráter coletivo da situação em que se encontram e, portanto, procuram desenvolver estratégias de distanciamento. Ao buscar o distanciamento dos lugares estigmatizados, acabam fortalecendo o desprezo público que desvaloriza as residências localizadas na periferia das cidades. Desta forma, o marcador do desprestígio do indivíduo é identificado pelo local de sua residência, sua localização está inserida, assim, dentro de uma hierarquiza dos espaços da cidade.

⁶ Como símbolos de estigma, o autor aponta uma série de instrumentos utilizados pelos indivíduos portadores de estigma: a bengala da pessoa portadora de deficiência visual, o aparelho auditivo da pessoa com deficiência auditiva etc.

Para Wacquant (2001), o estigma vinculado ao local de moradia seria algo que nas últimas décadas tem caracterizado as sociedades de maneira geral, com destaque para as sociedades norte-americana e francesa. Suas pesquisas apontam que o recente regime de clausura excludente e de exílio socioespacial surgido nestas sociedades tem propiciado o desenvolvimento, respectivamente, dos guetos e das periferias urbanas. As transformações econômicas que estas nações têm sofrido resultaram na desarticulação do Estado de Bem-Estar e, com isso, tem-se a incapacidade dos setores administrativos de fazer frente e reagir às novas condições que impõem às camadas pobres da população uma nova forma de estigmatização. Devido ao processo de reestruturação capitalista, o número de postos de trabalho reduziu-se e, principalmente, o número de empregos destinados tradicionalmente aos trabalhadores pobres encolheu mais ainda. Com isso, uma nova configuração reacendeu formas de marginalização socioeconômica e de discriminações com componente étnico. Modalidade de desigualdade urbana que polariza as camadas médias e superiores da estrutura de classe, de um lado, e os habitantes dos bairros identificados como lugares a serem evitados, temidos e condenados, de outro. Este processo de exclusão social, o autor nomeia como um *estigma territorial impregnado* (Wacquant: 2001).

Sua análise propõe uma concepção do gueto que rompa com posturas interpretativas que atribuíam à pobreza uma tendência ao exótico ou que transpõem as condições sociológicas de formação de cada localidade como se fossem traços psicológicos de seus membros. Diverge das análises moralizadoras das “classes perigosas”, nas quais os pobres e seus territórios são identificados como ameaças ou como camadas da população que ainda não foram assimiladas ao restante da sociedade.⁷ Com isso, o autor desloca o eixo das discussões essencialistas para uma postura de investigação na qual a cidade deve ser pensada como uma instituição e não como um agregado de pessoas e organizações sociais fruto do trabalho não-intencional. Neste ambiente, interesses privados e políticos encontram expressão, ditam mecanismos de controle, estruturam e produzem uma

⁷ Esta interpretação de que as parcelas marginais da população deveriam ser assimiladas remonta uma matriz de análise dos estudos desenvolvidos pela Escola de Chicago que se destacou pela orientação ou perspectiva de teorização da estrutura espacial da cidade como um fenômeno onde os grupos estão integrados ou permanecem isolados em guetos. Seus estudos de intervenção estavam interessados em investigar como os grupos de migrantes que aportavam na cidade de Chicago a partir da década de 1920 estavam sendo assimilados pela estrutura da cidade. A este respeito ver Velho (1979), Coulon (1995), Eufrásio (1999) e Valladares (2005).

estigmatização crescente através da exposição na sociedade em geral de concepções nada casuais.

Esta configuração produz um tipo de discurso que coloca a população ativamente excluída do mercado de trabalho na condição de “nova pobreza” urbana. Na medida em que os pobres já não são mais úteis como “exército de reserva da produção”, eles se transformam em consumidores incapazes e inúteis, passando a serem vistos sob um prisma de estigmatização crescente na vida cotidiana e no discurso público. Assim, é produzida uma cisão cada vez mais profunda entre ricos e pobres; entre aqueles estavelmente empregados nos setores centrais de classe média da economia e os indivíduos apanhados nas margens de um mercado de trabalho cada vez mais inseguro, de baixa qualidade e de serviços.

Sob este pano de fundo, o cercamento social sentido pelos jovens urbanos sem emprego e sem perspectivas é o componente necessário para uma onda crescente de vandalismo ganhar expressão nas ruas das grandes cidades como resposta à violência socioeconômica e simbólica à qual se sentem submetidos por serem relegados a um lugar tão desprestigiado socialmente.⁸

Mas o autor chama a atenção para o fato da experiência de exclusão promovida nestas sociedades poder ser diferente entre si. Nas áreas de periferia francesa, chamadas de *banlieues* ou *cité*, composta socialmente por descendentes de migrantes das antigas colônias francesas no continente africano, ocorre um processo de exclusão dos jovens do mercado de trabalho cuja matriz se dá pelo local de moradia. Assim, por exemplo, quando preenchem uma ficha de solicitação de emprego, ao informarem o local no qual residem são, na maioria das vezes, considerados desqualificados e descartados. Já na sociedade norte-americana, a localização geográfica não é a única característica de deterioração de seus habitantes. Sobressaem a isto elementos de ordem racial que colocam em posição inferior os agentes sociais identificados como negros. No entanto, os dois estigmas que os moradores dos guetos norte-americanos carregam (cor da pele e local de moradia) não se confundem em sua natureza nem são idênticos em seus efeitos, pois, como aponta o autor,

⁸ Wacquant faz menção ao surto de conflitos violentos ocorridos na década de 1990 nas cidades francesas, inglesas e norte-americanas envolvendo os jovens de áreas pobres e segregadas (Wacquant, 2001:24-26).

É impossível para quase todos os afro-americanos eliminar as marcas sociais, mas o significado destas pode ao menos ser investido e revalorizado a partir de dentro (de acordo com o paradigma 'negro é lindo'). A nódua residencial pode, em muitas situações ser limpa com o emprego de técnicas adequadas de dissimulação de aparências. Mas ter de esconder de estranhos (inclusive outros negros) o local de moradia, especialmente quando esses estranhos são agentes oficiais de instituições dominantes como firmas, escolas ou repartições governamentais – que muitas vezes têm meios de descobri-lo de alguma maneira –, reativa constantemente o senso de indignidade social, e não há forma de reverter o valor simbólico de morar no gueto (poucos hoje em dia poderiam efetivamente advogar que 'morar no gueto é lindo') (WACQUANT, 2001: 71-72).

No contexto da sociedade brasileira, as populações identificadas e estigmatizadas com o rótulo de moradores de favelas, vilas, palafitas e demais congêneres não teriam uma experiência igual de confinamento social. Embora exista semelhança entre os moradores residentes das favelas brasileiras, guetos norte-americanos e periferias francesas do ponto de vista de sua condição social (compostos por camadas empobrecidas da sociedade), sob o prisma de suas posições dentro do espaço social de cada realidade, verificam-se diferenças substantivas, pois os moradores das áreas de periferia no Brasil permanecem inseridos, embora em posição inferior, dentro das relações de troca na sociedade mais ampla. Além disso, não verificaria aqui uma experiência de “nova pobreza”⁹.

Ainda segundo Wacquant, na sociedade norte-americana o estigma territorial é vivenciado diariamente como algo “real”, que cumpre a função de impedir que determinado agregado de pessoas possa sair e transitar livremente pela cidade, conformando uma espécie de prisão sedimentada na dupla rejeição que impossibilita aos seus habitantes atravessar um bairro branco adjacente de forma despercebida sem que seja alvo de constrangimentos por parte da polícia, pois não faz parte daquele lugar. Já na sociedade brasileira, a noção de gueto está muito mais vinculada a idéia de impedir a entrada de intrusos indesejados. A partir da proposta de Bauman (2003:106) sobre a formação do “gueto voluntário” oriundo de um confinamento espacial e de um fechamento social, é possível pensar as cidades brasileiras segundo um modelo que combina proximidade física e separação social. Ao mesmo tempo em que existe uma proximidade territorial entre, por exemplo, a população das favelas e a dos condomínios da classe media alta, existe uma enorme distância social entre estas duas populações. Cada uma sabe exatamente

⁹ Para Brandão (2004) o conceito de “nova pobre” seria inadequado para a sociedade brasileira. Sua análise defende que não teria ocorrido um processo de absorção de certas camadas sociais e sua posterior exclusão. O que se verifica aqui seria um contínuo processo de desprestígio de grupos posicionados na escala mais baixa da hierarquia social.

que lugar ocupa dentro da estrutura do espaço social. Cada qual sabe, para usar os termos de Bourdieu (1998), seu *lugar* dentro do tabuleiro que estrutura a sociedade.

1.2 Segregação espaço-social

O trabalho do sociólogo André Augusto Brandão (2004) chama atenção ao fato da exclusão social ser um fenômeno multidimensional, envolvendo aspectos econômicos, políticos, culturais, étnicos e de gênero. Indica que o impedimento de acesso a determinados bens, serviços e direitos tem caracterizado a realidade urbana brasileira, a qual se caracteriza por uma distribuição de renda perversa, que confina grande parte da população trabalhadora em áreas empobrecidas de seu perímetro urbano. Segundo este autor, o processo de incorporação da economia brasileira à nova economia global, desde o início da década de 1990, significou, por um lado, que determinada elite do segmento produtivo da população pudesse participar da concorrência internacional. O custo disto, por outro lado, foi a exclusão de parte da população da possibilidade de entrar, mesmo que de forma subordinada, no mercado de trabalho formal. Estruturalmente, intensificou a concentração das parcelas mais pauperizadas dos trabalhadores dentro do que ficou conhecido como padrão periférico de urbanização. Espaços habitados por uma população pobre que, diferente do verificado nas sociedades analisadas por Wacquant, não está excluída do restante da sociedade, mas configura uma realidade estruturada dentro de um processo de ocupação diferenciada dos territórios das cidades brasileiras.

Logo, a informação do local de moradia é convertida em um símbolo social importante. De maneira que as noções de distinção e estigma dentro do meio urbano reforçam a idéia da cidade como um local que estrutura seus territórios (e os habitantes destes) segundo certos critérios valorativos. Assim, para Bourdieu (2004), o morador passa a ser socialmente compreendido dentro de uma identidade regional, sua identidade passa a ser pautada pelos elementos presentes na localidade e, da mesma forma que um local expressa posição diferenciada segundo sua posição dentro do jogo de disputa simbólica, os indivíduos inscritos dentro deste local possuem relações sociais com características distintas.

O antropólogo Gilberto Velho (2002) descreve a sociedade brasileira como um espaço marcado por relações estruturadas. Por conta disso, o ambiente urbano apresenta um conjunto de *estratos* demarcados por posições ocupadas pelos indivíduos. Cada posição é representada por símbolos que expressam o prestígio, o *status* de seus ocupantes, bem como sua possível falta. Isto porque a distribuição diferenciada de poder dentro da sociedade forja um “mapa social” repleto de pontos com diferentes cargas valorativas. Desse modo, por exemplo, para os moradores de bairros como o de Copacabana, o local de sua residência converte-se num símbolo de sucesso, um indício de ascensão social que identifica todo um conjunto de atributos sociais positivos que sua localidade representa. Ao afirmarem que moram onde moram, os moradores destas áreas prestigiadas passam a compartilhar e usufruir do *status social* do seu lugar.¹⁰

Isto ocorre, segundo a ótica do sociólogo Jean Lojkine (1981), devido à distribuição das pessoas dentro do espaço social das cidades acompanhar um arranjo marcado por interesses econômicos de apropriação e uso do solo. Assim, as áreas urbanas com baixo prestígio têm concentrado as parcelas mais pauperizadas dos trabalhadores, enquanto as áreas de status elevado estariam destinadas às que detêm maior poder aquisitivo. Em face a isto, a segregação existente no meio urbano é tanto espacial como social, pois empurra a população mais empobrecida às regiões afastadas e destituídas dos bens estruturais, instituindo um arranjo que, além de separar por distâncias geográficas pobres e ricos, produz tipos de habitação e qualidade de vida urbana diferentes. Conforme o capital econômico que o indivíduo dispuser, irá ocupar diferentes regiões e, por conseguinte carregará marcas de distinção diferenciadas.

¹⁰ “Essa sociedade é, para essas pessoas, constituída por estratos que têm como uma de suas definições essenciais a sua distribuição espacial que vai ser fundamental para definir os status dos indivíduos, atribuindo-lhes mais ou menos vantagens ou privilégios que são, basicamente, as oportunidades de acesso a determinados padrões materiais e não-materiais. Os estratos têm limites claros, à medida que se definem espacialmente. Não se confunde um morador de Copacabana com um de Ramos, porque estão identificados socialmente pelo bairro em que moram” (VELHO, 2002:81-82).

1.3 Estudos sobre comunidades pobres nas ciências sociais

A percepção da sociedade diferenciada e segregada fez com que as ciências sociais, nas décadas de 60 e 70, estivessem interessadas em investigar a estrutura existente entre as populações posicionadas nas áreas mais empobrecidas. Sua perspectiva de análise, em geral, fora marcada pela idéia de “cultura da pobreza”, segundo a qual os habitantes destas áreas, considerados marginais por não incorporarem os valores da classe dominante, estariam enredados num meio social que produziria indivíduos homogêneos no seu tradicionalismo, na incapacidade de adaptação ao meio urbano e, no limite, na sua condição anômica e irracional. A adoção deste tipo de discurso “objetivo” operou uma prática cuja orientação produzia um efeito social: hierarquizar e classificar os habitantes das cidades.

Como referencia Lago e Ribeiro (2001), essa perspectiva de interpretação produziu a visão de que os atributos sociais dos grupos pudessem ser explicados por si mesmos, estabelecendo, assim, uma correlação direta entre o local de moradia e condições social de seus moradores (pessoas desacreditáveis e de condição moral duvidosa). Do ponto de vista analítico, no entanto, esta perspectiva se insere em um embate de forças, no qual estão em disputa o poder de imputar a determinados locais e populações certas distinções e estigmatizações. Isto ocorre porque no meio urbano se produz um discurso de diferenciação dos espaços. Desta forma, a população urbana produz e reproduz o discurso que organiza as áreas da cidade conforme uma segregação social e espacial. De modo que, a situação dos moradores da periferia das cidades, encerra-os dentro de um *locus* que concentra características materiais e simbólicas negativas.

Além disso, o produto do meio socialmente estruturado dá sentido à experiência da prática do dia-a-dia do indivíduo. Assim, a legitimação social desta discriminação atua na produção da classificação com a qual os sujeitos interpretam o mundo social e a si mesmos. Logo, para descrição do campo de disputas existentes nas áreas periféricas das cidades, estariam implicadas não somente questões relacionadas à insuficiência das condições de infra-estrutura material (questões objetivas), mas também aquelas vinculadas à consciência desta disputa como uma decorrência do processo de construção simbólica da desigualdade.

1.4 O processo de urbanização no território brasileiro

Para Caldeira (2003), a marcha dos habitantes em direção as cidades brasileiras e, em especial para cidade de São Paulo, foi resultante de um processo lento, mas intenso de deslocamento das populações das áreas rurais em direção às áreas urbanas. Inicialmente, os novos moradores se instalaram nos arredores das fábricas onde trabalhavam ou pretendiam trabalhar, nas chamadas “vilas operárias”. A estrutura urbana de então não estava preparada para acompanhar o fluxo de novos habitantes, especialmente a partir de sua intensificação, entre as décadas de 1640 e 1960. Assim, diferentes grupos sociais se aglomeravam numa mesma área geográfica, impondo à elite paulista uma situação desconfortável, pois não era de seu apreço a condição de vizinhos de uma população alojada em precárias condições de habitação.

Diante disso, dizendo estar interessada na saúde e na higiene da população migrante, busca expulsar os trabalhadores do centro. Coloca em prática medidas de planejamento urbano e um discurso modernizador que escondia forte preocupação com o controle social¹¹. Realizou obras de abertura de grandes avenidas partindo do centro em direção ao subúrbio, substitui o investimento em bondes por ônibus, entre outras medidas que possibilitaram que a mancha urbana se expandisse para áreas até então destinadas para agricultura. Para Caldeira, esse novo padrão de organização do tecido urbano teve início em meados da década de 1940, quando a organização do espaço urbano passou a ser caracterizada com o padrão centro-periferia, segundo o qual os diferentes habitantes deixam de ocupar uma mesma área da cidade e passam a se distribuir de maneira desigual pelo tecido urbano: as classes sociais passam a viver afastadas umas das outras, a aquisição da casa própria torna-se uma regra para grande maioria dos moradores e o sistema de transporte baseia-se no uso do ônibus para a classe trabalhadora e automóvel para as classe média e alta (p.218).

¹¹ O caso emblemático desse processo ocorreu no ano de 1904 no que ficou conhecido como A Revolta da Vacina. A população do Rio de Janeiro se revoltou com as medidas tomadas pelo governo que além de vacinar a população contra varíola lançou um programa de reforma urbana abrindo grandes avenidas no centro da cidade destruindo muitas habitações dos moradores. Essa medida pretendia higienizar o centro e transferir a população para áreas mais afastadas. Uma postura que revelava um controle e diferenciação dos espaços. Sobre isto ver o trabalho de Carvalho (1989).

Para planejadores urbanos, como Maricato (2001), a consolidação das cidades brasileiras é resultante do processo industrial desencadeado no início da década de 1930. Neste momento, a população localizada no meio rural, até então superior à do meio urbano, começou a se deslocar para as cidades¹² em busca dos empregos nas fábricas. Os novos moradores passam a usufruir de um conjunto de bens que até então não tinham acesso no meio rural (com destaque para os eletroeletrônicos como aparelhos de televisão), o que acaba por produzir entre eles a sensação de “melhoria de vida”. No entanto, se na esfera privada existe a sensação de melhora, em termos de direitos sociais permanecem desassistidos pelo Estado, pois a administração municipal das cidades, incapaz de acompanhar o fluxo de pessoas, se ausentou nas áreas periféricas e deixou o espaço aberto para o surgimento de ocupações irregulares dentro de uma orientação composta por duas fases: primeiro, a iniciativa privada vende e, após, corre por conta do poder público dotar estes espaços de infra-estrutura de bens e serviços urbanos.

Os planejadores operacionais das cidades¹³, incapazes de acompanhar o fluxo sistemático das pessoas que buscavam melhores condições de vida, aliadas às brechas jurídicas e práticas clientelistas de parcela significativa dos agentes políticos, acabam por permitir a formação de muitos loteamentos sem infra-estrutura mínima adequada, bem como de loteamentos clandestinos e os loteamentos após ocupação ilegal¹⁴. Com isso, a comercialização de lotes em longo prazo e com preços suficientemente baixos possibilitou que famílias impedidas de adquirir residência nas regiões já urbanizadas da cidade, em virtude dos preços elevados, pudessem se aventurar na compra de lotes a baixo custo localizados nas regiões afastadas, as quais pouco a pouco foram sendo incorporadas ao tecido urbano das cidades.

Como aponta Kowarick (1979), os habitantes destas áreas estão imersos numa realidade de *espoliação urbana*, na medida em que residem em péssimas

¹² Em 1940 a população urbana brasileira era de 26,3 % no total já no ano de 2000 seria de 81,2% (Maricato, 2001:16).

¹³ Este conceito, elaborado por Campos Filhos (1999) e Gonzalez (1994) refere-se aos técnicos municipais que desenvolvem as políticas urbanas dentro da cidade.

¹⁴ No ano de 2001, por meio da Lei 10.57 foi aprovado o chamado “Estatuto da Cidade”, um dispositivo legal que introduziu a obrigatoriedade dos municípios realizarem uma reforma urbanística. No entanto, o Estatuto da Cidade serve apenas como um instrumento legal jurídico que, para ser operacionalizado, precisa estar adaptado a realidade de cada município. Sua aplicação prática carece da criação de ferramentas e metodologias que pensem a cidade não só em sua legislação urbanística, mas também em sua vida real.

condições de habitação, estão desassistidos de investimentos em saneamento básico, de calçamento das vias, de saúde pública, de escolas, entre outros recursos de infra-estrutura e serviços. Além disso, são obrigados a gastar várias horas no deslocamento de sua residência até o local de seu trabalho, reduzindo a disponibilidade de tempo para as atividades de lazer e convívio social e familiar. Devido a isto tudo, tem-se uma realidade segregada, do ponto de vista social, e caótica, no plano urbano, cujo resultado é a criação de espaços de diferenciação entre os indivíduos, nos quais as marcas sociais do *lugar* assumem tonalidades fortes e imprimem distinções entre os agentes sociais.

Além disso, apesar das áreas situadas nos espaços periféricos possuírem custos relativamente baixos, viabilizando a instalação da população pobre, tal processo teve (e tem) um ônus social extremamente alto. O imaginário social acaba sugerindo uma visão que imagina a periferia como um local perigoso para se morar, onde residem pessoas de caráter duvidoso. Assim, a condição econômica desfavorecida se articula à depreciação simbólica, configurando a imagem de áreas e populações “marginais”.

No livro *O Mito da Marginalidade* (1977), Perlman tenta entender quais seriam as razões implicadas no uso do termo “marginal”, com o qual os segmentos “integrados” ao meio urbano identificam e classificam os habitantes das áreas de periferia. Ao longo do trabalho, a autora mostra que tal postura está assentada segundo uma série de vetores que dão está visibilidade depreciativa: localização geográfica, tipo de construção com baixo padrão, alta densidade populacional, precariedade de infra-estrutura, ausência de condições higiênicas, situação inferior na escala de econômica (falta de trabalho ou emprego mal-remunerado) e a situação de recém-chegados. Assim, a falta de poder para definir sua própria condição coloca esses moradores em situação de marginalidade. Contudo, isso não significa falta de integração na sociedade, pois, ainda que de modo subordinado, estão a ela ligados.

Eu sustento que os moradores da favela não são econômica nem politicamente marginais, mas são explorados e reprimidos; que não socialmente ou culturalmente marginais, mas são estigmatizados e excluídos de um sistema social fechado (PERLMAN, 1977:235).

Como fica exposto acima, os moradores das periferias não seriam marginais em termos de suas próprias atitudes e comportamentos. Pelo contrário, de acordo com Perlman, estariam sendo ativamente marginalizados pelo sistema e pela política oficial. Ainda que excluídos, eles se identificam fortemente com os princípios e valores socialmente dominantes, mas continuam sendo rejeitados por serem pobres e porque estão geograficamente isolados da maioria das oportunidades que a vida urbana tem a oferecer. No entanto, autores como Oliven (1982) e Fonseca (2000), criticam uma postura “paternalista” de Perlman, presente em sua defesa das virtudes do “bom caráter” dos favelados¹⁵. Advogando a necessidade de assimilação e integração dos residentes das zonas periféricas, dotando-os das “virtudes admiradas pelas classes médias (assiduidade ao trabalho, estabilidade familiar, cooperação comunitária), eles contribuem para desqualificação daqueles que, seja por opção, seja por necessidade têm outras práticas.” (FONSECA, 2000:16). Além disso, agindo assim, os pesquisadores deixam de estudar o conjunto de práticas diárias que conforma a realidade do grupo, isto é, sua coerência interna.

1.5 Pobres com “P” minúsculo

As escolhas envolvidas na utilização dos termos com os quais definimos e instrumentalizamos o tema de investigação, indicam nossas filiações em termos de escolhas conceituais. Dentro do campo de estudos que tem o urbano como foco de análise, as ciências sociais brasileiras, durante a década de 1970, adjetivaram o termo “pobre” como uma categoria capaz de descrever indistintamente todos os moradores das periferias urbanas. Assim, os “pobres” foram pensados como se fossem ou deveriam ser compreendidos exclusivamente a partir de sua determinação de classe, ou, de outro ponto de vista, como se suas ações fossem uma expressão das ambições de satisfazer certas necessidades materiais, uma vez que eles foram definidos por esta carência básica (Sarti, 1996:20-21).

¹⁵ “Ela também está por demais preocupada em averiguar as características das classes subordinadas em vez de analisar a estrutura social na qual estão inseridas e comparar diferentes grupos e classes sociais e assim obter um quadro mais global da questão. Esta abordagem freqüentemente também aceita todo o modelo na qual encaixa as classes dominadas sem questionar para que serve esta ideologia” (OLIVEN, 1982:54).

Diferentemente do que apontavam os estudos da sociologia e antropologia urbana orientados pela perspectiva marxista¹⁶, questiona-se, nesta pesquisa, a relação determinista e mecânica entre precariedade de vida e a estruturação das práticas e representações dos moradores das áreas periféricas. Ou seja, a condição de morador destas áreas não atua de forma homogênea sobre a população que nelas habitam. Isso porque, de acordo com Durham (2004), malgrado a condição de morador de áreas destituídas da maioria dos bens coletivos, não existe uma homogeneidade “natural” entre seus moradores. Pelo contrário, a formação social destas áreas congrega uma pluralidade de visões e comportamentos que não se esgotam numa categoria pouco explicativa como proletariado pobre. Frente à composição social heterogênea existente dentro das localidades seria necessário desenvolver pesquisas que analisem “de dentro” da realidade local para, assim, ser possível compreender a organização dos diferentes grupos que se configuram nesse *locus*.¹⁷

Neste sentido, ganham relevo as contribuições seminais das pesquisas antropológicas de autores como Caldeira (1984), Sarti (1984) e Zaluar (1985), que se abrem para elaborações orientadas por perspectivas analíticas menos homogeneizantes. Por conta disso, passam a utilizar termos como “grupo popular”, “grupos urbanos”, “bairros populares”, no intuito de descrever os agrupamentos antes vistos como sendo um todo único e totalizador (utilizado, muitas vezes, como contraponto com a cultura hegemônica ou dominante), mas que agora passam a ser vistos como espaços conformados por grupos orientados por lógicas diferentes de atuação e que estabelecem relações complexas entre si.

Estas autoras estudam deferentes bairros periféricos nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, que se expandiram como consequência do intenso processo de deslocamento da população trabalhadora (sobretudo nas décadas de 1960 e 1970) do campo para cidade, enfocado anteriormente. Através de uma abordagem interessada na dinâmica existente nestes ambientes, conseguem captar

¹⁶ A este respeito ver. Marx; Engels (1984) Castell (1979; 2000).

¹⁷ A postura analítica da autora revela muito do que a antropologia tenta fazer ao estudar os grupos existentes nas áreas urbanas segundo a contribuição de Geertz (1989) ao afirmar que não se faz antropologia *das aldeias*, mas sim *nas aldeias*. Assim, ao invés de uma abordagem de pesquisa *da* cidade, buscam uma análise antropológica *na* cidade. Não estão interessados numa interpretação em si mesma, mas sim em pesquisas que lidam com um tema, um conceito através de métodos próprios. “A cidade é, portanto, antes o lugar da pesquisa do que seu objeto” (DURHAM, 2004:262).

a realidade das camadas populares, sua composição e organização interna, suas contradições e seus códigos. Contudo, como comenta Machado (2003: 15-16), entre os trabalhos que se debruçaram sobre este tema não existe consenso na definição da categoria “grupos populares”.

Segundo Caldeira (1984), as “periferias” seriam regiões que apresentam os contrastes da urbanização acelerada, que deslocou para longe a população trabalhadora empobrecida, onde os serviços urbanos não estão presentes, composta por ruas irregulares, abertas sem um plano prévio, formada por casas construídas pelo processo de autoconstrução, com esgoto correndo a céu aberto, enfim, “um cenário imediatamente identificável: trata-se do local de moradia das camadas mais pobres da população” (p.26). Ela conclui sua análise afirmando que o processo de segregação espacial não se esgota no plano das carências em termos de infra-estrutura física. Mais do que isto, sofre um efeito cumulativo, constituindo um círculo vicioso composto no qual se somam e se reforçam a inexistência dos equipamentos básicos de infra-estrutura e as características da forma de vida e de trabalho de seus moradores.

Para Zaluar (1985), dentro de uma postura meramente estatística objetivista, poder-se-ia definir como ocupantes das periferias das cidades aqueles moradores pobres incluídos nas faixas de renda mais baixa (até 3 a 5 salários mínimos) ou os que exercem as atividades mal remuneradas na economia nacional. No entanto, este ponto de vista meramente descritivo oculta os mecanismos de auto-reconhecimento que os moradores inseridos neste *locus* elaboram em suas práticas cotidianas, pois ainda que fragmentárias, a sociabilidade tecida dentro deste espaço favorece a consolidação de representações compartilhadas, distintas das formulações externas que tendem a homogeneizar seus moradores como se todas as regiões periféricas das cidades brasileiras fossem iguais.

Em sua pesquisa, Zaluar verificou a existência de uma realidade repleta de divisões internas dentro do grupo. Desta maneira, questiona as idéias correntes no senso comum que pensava a localidade como um todo único e coeso. Ao contrário desta acepção totalizante, a autora verificou que os moradores da periferia estudada desenvolvem um conjunto de categorias classificatórias internas de diferenciação.

Ao contrário de uma população homogênea na sua marginalidade, a pesquisa de Zaluar identificou a existência de uma clara oposição moral entre duas noções: os “trabalhadores” e os “bandidos”. À primeira, o valor moral estava atrelado à condição do ofício de trabalhador, *status* de provedor do grupo doméstico sob seus cuidados. À segunda, por outro lado, pertenceriam aqueles que não exerciam ou não eram identificados como exercendo atividades de trabalhador.

Nesta linha de análise, o trabalho da antropóloga Cyntia Sarti (1996) apresenta os pobres envolvidos numa disputa pela construção e sustentação de uma auto-imagem positiva que compense as desigualdades socialmente dadas. Esta auto-imagem se constitui dentro de outro referencial simbólico, diferente daquele que os “desqualifica” socialmente. Ou seja, buscam estruturar um campo de referências simbólicas no qual poderiam até mesmo adquirir superioridade. Tais referências seriam originadas de um código moral para além da lógica do mercado. Embora no mundo moderno o que defina a pessoa como grupo popular seja essencialmente um critério estabelecido por ditames políticos e econômicos, no plano da moralidade, os pobres se igualariam aos ricos na medida que criam positivities de si.

Sarti aponta como indicador de sua positividade o fato de ser um trabalhador, um “trabalhador pobre”, isto é, um modo particular de se colocar no mundo social. Um entrelaçamento de duas referências: uma advinda da lógica do capital, que os converte em trabalhadores; e outro da lógica não-capitalista, mas hierárquica e tradicional, que os faz pobres (Sarti, 1996:87). Os pobres, através da honestidade como trabalhador e de sua disposição de vencer, produzem uma auto-imagem positiva de si. Este atributo moral elaborado internamente pelo grupo mostra como eles se relacionam internamente, definindo quem detém mais moral, quem são os “iguais” e os “desiguais”. No entanto, ainda que Sarti produza com êxito uma reflexão investigativa dos moradores da periferia, igualar todas as condutas e posturas dos moradores da localidade como se fosse “a atitude do pobre” seria um equívoco, pois deixa de verificar que mesmo entre os membros deste grupo existem contradições e especificidades.

Para entender a vida social que sustenta o comportamento dos moradores das classes populares, pessoas que partilham do universo de sentido da sociedade mais ampla, mas que possuem diferenças, é necessária uma postura relativizadora.

Nesse sentido, Fonseca (2000) sugere uma análise do vivido dentro destes espaços de interação social segundo um olhar que interprete os grupos populares com um “P” minúsculo, pois os códigos que regulam e modulam as condutas destes indivíduos dentro de sua hierarquia apresenta um conjunto de nuances incapaz de agrupá-los numa única categoria. Os processos de ascensão econômica que alguns moradores das camadas populares enfrentam, por exemplo, acaba originando novas categorias de auto-classificação, desdobrando a noção de “pobre” em novas categorias como: “não tão pobres”, “mais pobres que”.

Este ponto, segundo Fonseca, seria o foco de grande parte dos conflitos entre os membros do grupo, pois, na realidade estudada pela autora, as pessoas que ascendem economicamente, ao invés de trocarem de bairro - o que poderia evitar os conflitos-, acionavam uma série de estratégias para se afastar simbolicamente de seus vizinhos. Através do uso das palavras, dos gestos e atitudes pretendem sublinhar sua condição de distinção.

Com isso, executam um progressivo isolamento das atividades de sociabilidade da localidade, matriculam seus filhos em escolas fora do bairro e se valem do investimento econômico na melhoria de suas moradias para expressarem a posse de certos símbolos de prestígio social, que os distinguem dos demais moradores da localidade, configurando o que a autora nomeia de “vida em sanduíche”. Como a situação econômica não permite que se instalem em áreas mais valorizadas, optam por se entrincheirar em suas moradias, na esperança que a localidade atinja um padrão de vida que julgam mais adequado: “que as ruas sejam higienizadas, que as malocas sejam retiradas e os terrenos ocupados, por ‘pessoas de bem’.” (Fonseca, 2000:93). Todavia, o esforço erigido pelos moradores ascendentes para se distinguirem de seus vizinhos desencadeia sentimentos ambivalentes, pois, na medida que a clivagem se institui, seus idealizadores passam a ser encarados não mais como membros da mesma rede social de sentido, logo passíveis de sofrer sanções violentas¹⁸.

Além desta forma de estruturar e organizar a vida dentro da localidade, a pesquisa de Fonseca (2000:21) destaca a figura da honra como pedra angular na

¹⁸ “É na frente desse tipo de moradia que aparecem a grade alta, a campainha elétrica, o cão de guarda. As janelas são grandes, mas as grades criam uma cortina impenetrável entre os residentes da casa e as pessoas na rua” (FONSECA, 2000:95).

estrutura moral das camadas populares. Condenados moralmente pelo mundo exterior, realizam uma “vingança simbólica” através de um filtro imaginário que lhes possibilita visualizar sua vida de acordo com uma auto-imagem socialmente aceitável. Conforme a imagem pública e as qualidades de cada grupo existente neste sistema de auto-regulação social, a honra das diferentes categorias sociais e seus valores constituem um prestígio pessoal diversificado. Assim, o prestígio de um homem varia de acordo com a categoria social em que se encontra situado.

Todavia, os códigos de honra, antes de serem códigos partilhados por todos os membros do grupo, apresentam diferentes níveis de aceitação. Uma exemplificação disso, encontra-se no ato de roubar que, dependendo das circunstâncias que o cercam, será mais ou menos aceito pelos demais membros do grupo. Tudo vai depender de quem pratica o ato, qual sua intenção e de quem o bem foi subtraído. A estrutura interna dessa camada popular, apesar de diferenciar o poder entre fortes e fracos, está longe de se igualar a visões simplistas, pois “Dentro do código da vila, os ‘fracos’ encontram brechas e forjam táticas para neutralizar a influência dos outros” (FONSECA, 2000:25). Por meio do uso da fofoca, uma força niveladora, mesmo os indivíduos considerados fracos conseguem agenciar vantagens para si, engendrando um cenário que, para um bom entendimento, necessita de um olhar que visualize os diferentes tons que compõem o quadro de interação existente na localidade.

Sendo assim, coloca-se em questão o termo “comunidade”, utilizado frequentemente para descrever um espaço comum, no qual convive um grupo humano, pressupondo a idéia da existência de uma identidade comum a qual todos estão efetivamente vinculados, compartilhando interesses. Essa acepção do termo “comunidade” ganha força na interpretação da realidade das periferias urbanas, pois devido à sua condição de vulnerabilidade social poderia acreditar-se que seus habitantes, através da rede de vizinhança, reforçam os laços de sociabilidade e de ajuda mútua, originando, com isso, um espaço interno de relações igualitárias. Mas para Durham (2004:221), o princípio da comunidade como sinônimo de harmonia nas relações sociais nada mais seria que um mito do nosso tempo, “pois o ideal que ela representa opõe-se à realidade do conflito de interesses e de impessoalidade das relações sociais próprias da nossa sociedade”.

Deste modo, a vinculação do termo às áreas periféricas da cidade, não constituem um emprego no sentido sociológico estrito, pois, a “comunidade” tal, como é empregada no Brasil, segundo a autora, ocorre num tipo de organização frequentemente transitória formada por interesses e objetivos específicos e restritos. Assim, o apelo para um enquadramento dos contextos das áreas de periferia dentro da idéia de “comunidade” carrega consigo, a idéia de que todos os moradores deste ambiente são ou têm ações semelhantes, de maneira a, assim, serem percebidos como iguais¹⁹.

Mas em termos conceituais, dentro da sociologia, comunidade adquiriu grande importância por meio da obra de Ferdinand Tönnies que circunscreveu o termo “comunidade” em contraste ao termo “sociedade” dentro de uma oposição de significados. Segundo este autor, comunidade configura um tipo de relação social caracterizada por uma vontade voltada para concordância às regras; o protótipo deste conceito seria a família da qual surgem formas de organizar a vida cotidiana segundo um regramento social de todos os membros do grupo. Oposto a este, a sociedade caracteriza-se por ser uma organização baseada na convenção, na legislação a partir de normas estabelecidas pelo e para o grupo. Neste sentido, o conceito de sociedade pressupõe uma pluralidade de pessoas com interesses particulares que vão estabelecer vínculos de natureza racional no interesse de obter interesses específicos²⁰.

A formulação de Tönnies aproxima-se da análise que Weber (2004) faz das relações sociais estabelecidas entre indivíduos no sentido de construir uma ação consensual. Enquanto na comunidade a orientação da ação está baseada em um sentido de solidariedade, de qualquer espécie de ligação emocional ou afetiva dos

¹⁹ Neste sentido, Maffesoli (1987) fala que a sociedade atualmente estaria marcada pelo surgimento de “comunidades emocionais” ou “nebulosas afetivas”, nas quais a adesão seria sempre fugaz, não existindo, por conta disso, um objetivo permanente que possa assegurar a sua continuidade. Tratar-se-iam apenas de redes de amizade circunstanciais, que se reúnem ritualisticamente com a função exclusiva de reafirmar o sentimento que é dado a si mesmo. Assim, a sociedade estaria presenciando o surgimento de novas expressões sociais que tentam dar conta de uma pluralidade de manifestações sociais como, por exemplo, manifestações religiosas, esportivas, hedonistas, musicais, tecnológicas etc. Seu conceito trata tais manifestações como sendo um “neotribalismo”, uma decorrência da atualidade que busca dar vazão a uma gama de manifestações sociais que ocorrem nos centros urbanos. Ver neste sentido também, Duarte (1986) e Viana (1997) que trabalham com diferentes tipos de manifestações no meio urbano.

²⁰ A este respeito, ver a obra de Miranda (1995) que faz um apanhado de textos a respeito da obra de Ferdinand Tönnies desenhando as linhas semânticas em torno dos conceitos de “comunidade” e “sociedade”.

membros de um grupo homogêneo e fechado. Na sociedade, nota-se a presença de uma pluralidade de indivíduos com interesses, muitas vezes antagônicos. Em face disso, tem-se a necessidade da imposição de uma vontade geral a todos os membros do grupo, não somente a favor dos interesses de uma parte, isto é, de um grupo específico.

A dimensão que o termo comunidade assume neste trabalho, caminha no sentido de verificar seu emprego como sinônimo de grupo coeso, mas que, ao ser empregado em contextos de localidades periféricas, está longe de compor um cenário de coesão como, muitas vezes, tem sido utilizado. Embora se tenha o elemento da proximidade espacial entre os membros da localidade, onde todos estão sujeitos a condições de vida similar, estas circunstâncias, ainda assim, não vão significar que todos os indivíduos compartilhem dos mesmos valores, ou se percebam com semelhantes. Pelo contrário, exatamente pela condição de estigmatização social em que se encontram, podem instituir certas clivagens sociais dentro deste espaço de interação social para, com isso, conseguir se afastar dos atributos estigmatizadores da localidade.

Dentro desta linha de raciocínio Bauman (2003), mostra que a adoção de clivagens sociais no interior de localidades consideradas externamente como homogêneas reflete o processo de individualização que os indivíduos deste ambiente buscam instituir. Assim, os vínculos mais comunitários seriam substituídos por vínculos do tipo societários; tipo de grupos originados nestas localidades será uma decorrência de interesses específicos de modo que, particularmente no contexto das cidades, estas *comunidades de interesse* vão agrupar pessoas em torno da fixação da idéia de um “nós” oposto a outro grupo apresentado como os “outros”.

Neste sentido, Magnani (1984:137) ocupa-se com a noção de *pedaço* para mostrar que a formação do grupo é constituída por um elemento de “ordem espacial”, mas também deve corresponder a uma determinada rede de relações sociais tecidas neste ambiente, tais como os laços de parentesco, vizinhança e procedência. Em vista disso, aquilo que, do ponto de vista externo, parece ser um conjunto monolítico, na perspectiva de seus moradores é um emaranhado de diferentes *pedaços*, visto que a relação entre as pessoas e o espaço de sua localidade gera diferentes tipos de apropriação. Cada parte possui marcas sociais

internas que permitem o estabelecimento de relações personalizadas, que agem no sentido de fornecer às pessoas uma identidade e uma referência grupal, uma idéia de “nós”. Logo, não existe de imediato uma homogeneidade entre os moradores de uma mesma área; pelo contrário, sua formação social congrega uma pluralidade de visões e divisões no comportamento dos membros deste *locus*.

Neste sentido, Elias (2000) mostra como uma zona urbana da Inglaterra, na qual os residentes apresentam condições econômicas e sociais relativamente semelhantes, produz internamente uma diferenciação social entre seus moradores. Nesta área, os moradores estabelecidos a três ou quatro gerações conseguem, através de práticas de estigmatização e de dominação dos espaços existentes na área, colocar os novos moradores em posição de inferioridade social. Com isso, os moradores antigos instituem uma ordem social que coloca os moradores recentes na condição de membros estigmatizados, sendo que a condição estigmatizada dos novos moradores não decorre das qualidades individuais das pessoas, mas sim do fato de pertencerem a um grupo coletivamente considerado diferente e inferior. O emprego deste tipo de fala transmite a avaliação que os membros da localidade fazem de suas respectivas posições, uma ordem hierárquica compreendida e legitimada por todos, pois os novos moradores não conseguiam revidar o estigma. Ao contrário disso, dão segmento ao discurso, isto é, assumem sua posição de inferioridade dentro da estrutura social. Neste caso, o poder de colocar em posição inferior um conjunto de pessoas é exercido de forma eficiente, pois tem legitimidade e institui uma realidade de diferenciação.

O carisma grupal compartilhado por todos os membros do grupo antigo formula entre eles a idéia de um “nós” com prestígio social. O fato de seus membros estabelecerem ou não vínculos mais estreitos entre si não importa tanto, pois a idéia desse “nós” cumpre a função primordial de expor ao conjunto as características apontadas como distintas e diferentes das existentes no grupo identificado como *outsiders*.

Assim, por exemplo, o valor de distinção atribuído a alguma família passa a ser vista pelos demais não como um qualidade específica de certos agentes, mas como qualidade de todos os membros do grupo. Ou seja, as características valorizadas de seus membros servem como indicadores capazes de grifar uma qualidade de todo o conjunto dos membros. Os novos moradores, devido à falta de

laços sociais semelhantes aos encontrados no grupo antigo, não conseguem consolidar para si a idéia de grupo. Apesar de vizinhos, a condição de morador recente impossibilitava a coesão, fazendo com que estes não conseguissem cerrar fileiras e revidar o discurso estigmatizador que os colocava na condição de inferioridade social. O poder exercido pelos antigos era tão presente nas práticas diárias que os moradores estigmatizados aceitavam com certa resignação a idéia de pertencerem a um grupo com menor respeitabilidade. E, de forma semelhante a verificada no comportamento dos membros antigos, só que de forma inversa, as qualidades denigratórias de alguns membros do grupo recente são irradiadas como se estas fossem qualidades negativas de todos os membros.

Diante deste par de homologias (nós/eles), o processo de exclusão e a estigmatização que os membros do grupo estabelecido praticava junto aos recém-chegados funcionava como uma arma, uma barreira imaginária contra a possibilidade de serem “infectados” pelo estigma desses. Assim, a capacidade de certos indivíduos detentores de poder instituírem internamente uma hierarquia entre seus membros coloca em debate visões simplistas que percebem as realidades locais como estruturas onde a igualdade seria uma constante.

O estudo de Caldeira (2003), por sua vez, demonstra como os moradores do bairro paulista da Moóca realizam um processo semelhante de estigmatização entre vizinhos. Este bairro, que sempre foi reconhecido como constituído por migrantes, principalmente por italianos, vê a chegada de nordestinos ao bairro como um elemento nocivo à estrutura local. Os moradores já instalados não assimilaram os recém-chegados. Pelo contrário, faziam questão de vincular a imagem dos nordestinos com o processo de violência encontrado no bairro. Numa postura essencialista, dividiam a história local em “antes” e “depois” da chegada dos vizinhos, onde o “antes” era visto idealisticamente como o período da paz, da tranquilidade, ao passo que o “depois” seria marcado pela violência, pela intranquilidade, pela preocupação.

Segundo comenta Caldeira (2003), os moradores antigos sentiam que existia uma diferenciação social no bairro que precisava ser mantida. Entretanto, impedidos de se distanciar fisicamente da localidade devido aos laços sociais arraigados ao bairro ou a fatores econômicos, “Escolhem, então, os recém-chegados, migrantes como eles, mas que vieram depois e são mais pobres, para

expressar os limites de **sua comunidade** e acentuar sua própria superioridade social” (p.37) (grifo meu). Se produz, assim, um sistema de atitudes e crenças que enfatiza e justifica a superioridade dos antigos moradores e rotula os demais como sendo detentores de características inferiores.

Desta forma, observa-se que, mesmo em ambientes externamente percebidos como ocupado por indivíduos iguais, ou seja, como uma “comunidade”, a reprodução de formas de distinção e hierarquização presentes na sociedade mais ampla tende a desencadear processos internos de diferenciação social entre os seus moradores. Teríamos, assim, um palco no qual o processo de estigmatização dos habitantes de uma localidade é apropriado por alguns grupos e, numa estratégia de se afastar do estigma direcionam o estigma aos “outros” instituindo, assim, uma separação entre os indivíduos. Logo, frente ao exposto, no contexto que será analisado a seguir, o processo de construção da distinção social através da transferência do estigma dentro de uma área assume uma importância analítica interessante de ser verificada empiricamente, pois o gerenciamento deste estigma com vistas a transferir para determinados indivíduos os atributos depreciativos se mostra como uma possibilidade. Como destaca Wacquant, “Muitas vezes, o senso de indignidade social só pode ser desviado empurrando o estigma para outro grupo.” (WACQUANT, 2001:169). Frente a isto, nos capítulos seguintes, será analisado de que forma se processam tais critérios de diferenciação, isto é, em que bases a diferença está assentada e como ela opera cotidianamente no ambiente empírico desta pesquisa: a Vila Urlândia.

2. A DESCOBERTA DA VILA URLÂNDIA

No capítulo anterior, apresentamos, em linhas gerais, como o processo de urbanização das cidades brasileiras se produziu, estruturando um espaço urbano que segmenta e hierarquiza as distintas áreas e populações. Cada área da cidade possui visibilidade social correspondente à sua posição no interior desta estrutura urbana. Neste segundo capítulo, nosso objetivo é relatar a metodologia de pesquisa utilizada no trabalho, o processo de entrada em campo, o estabelecimento das redes de informante e procedimento adotados de coleta e sistematização dos dados.

2.1 Entrada em Campo

A Vila Urlândia é uma área de periferia, constituída por uma população dotada de poucos recursos econômicos que, devido a fatores históricos e sociais, possui uma visibilidade social negativa, constituindo uma área estigmatizada. Primeiramente, os fatores que levaram a esta imagem negativa são: sua localização geográfica, estando situada numa região relativamente afastada da cidade, para a qual convergiram, ao longo dos anos, pessoas com baixo poder aquisitivo; e o fato de estar marcada por relatos, que reiteradamente referem à existência de vários episódios de violência em seu interior.

A existência destes fatores desencadeou o surgimento, entre a população de outros bairros da cidade, de uma série de impressões moralizantes, que tiveram o efeito de desqualificar os moradores ali inseridos. Embora os motivos alegados para estigmatizar a vila possuam algum fundamento objetivo, esta representação negativa decorre de estereótipos e preconceitos construídos em torno daquilo que se acredita ser a vida dentro da vila.

Durante os primeiros contatos da fase exploratória da pesquisa, nas conversas com alguns moradores, percebi que os habitantes da localidade sentem-se injustiçados e incomodados com o estigma de a Vila Urlândia ser considerada

violenta²¹. Contudo, ao invés de adotarem uma fala de enfrentamento do discurso exterior, forjando uma união dos moradores contra o estigma social com o qual são percebidos, o que chegava a meus ouvidos, ao invés disso, era a produção de um discurso que redirecionava o estigma para determinadas áreas da vila. Alguns moradores, na tentativa de se afastarem deste estigma social, justificavam o estigma como um atributo de “certas pessoas” da localidade. De modo deliberado, certas diferenças internas entre os habitantes serviam para a produção de um campo de disputa, marcado por diversas estratégias que tinham a finalidade de distinguir indivíduos e espaços da vila em grupos distintos.

Para verificar empiricamente como era processada esta distinção social dentro da localidade e em que bases estaria assentada, concentrei a investigação entre os habitantes que adotavam ações visando uma separação dentro da vila, estendendo a observação aos locais de encontro dos indivíduos que moram na localidade. No entanto, ainda sim, foram desenvolvidas entrevistas e observações entre os demais moradores, para observar se adotavam para si uma postura de resignação ou de combate ao discurso de diferenciação social entre vizinhos. Desta forma, defini uma perspectiva de análise voltada ao entendimento da lógica interna existente na localidade de produção da diferença através de práticas de transferência do *estigma territorial* (Wacquant: 2001). Frente a isso, as seguintes hipóteses provisórias nortearam a pesquisa:

a) Os grupos de indivíduos que compõem as camadas pobres, percebidos socialmente como indivíduos desvalorizados e inferiores, desenvolvem diferentes formas de responder ao discurso produzido externamente. Em particular, criam, de maneira similar à sociedade mais ampla, hierarquias sociais dentro de seu grupo;

b) Os moradores que possuem condições econômicas mais favoráveis, acionam uma série de estratégias para se afastar simbolicamente de seus vizinhos, realizando a transferência de seu estigma;

²¹ Embora a noção de violência possa encontrar diferentes sentidos, na perspectiva deste trabalho, seu significado possui duas dimensões: i) dimensão prática: vinculada a questões que dão conta dos roubos, arrombamento de casas entre outras atividades de subtração de bem alheio ii) dimensão simbólica: toda prática de violência suave e muitas vezes invisível que os agentes inseridos em ambientes considerados desvalorizados são vítimas.

c) A transferência do estigma está centrada em dois atributos sociais: os “objetivos” relacionados as condições diferenciais da disposição da infra-estrutura local e, em segundo lugar, por juízos moralizadores que diferenciam os moradores da vila.

2.2 A importância das redes de confiança

Esta pesquisa foi desenvolvida em dois períodos: nos meses de abril a junho de 2005; e agosto a novembro de 2005. Com o objetivo de dar conta das questões analíticas sobre o processo de construção da diferenciação dentro da vila, fiz uso de duas técnicas qualitativas de investigação: a observação participante e a aplicação de entrevistas. Além disso, utilizei fontes estatísticas fornecidas pelo IBGE sobre a localidade para obter dados referentes ao contexto social no qual os moradores da Vila Urlândia estão inseridos. Outra fonte de informações foram as imagens fotográficas produzidas por mim durante o trabalho de campo.

Para entrada em campo, me inseri em três redes de relações, na tentativa de conseguir, desse modo, abranger uma maior pluralidade de discursos sobre a localidade: 1ª) via de representação local legitimada: Associação de Moradores da Vila Urlândia; 2ª) Membros das Agentes Comunitárias de Saúde que atendem os moradores da vila; 3ª) Dona Marta, moradora há aproximadamente 6 anos na vila, uma informante-chave.

Dos diferentes tipos de redes acionadas durante o trabalho de campo, centrei-me nas duas últimas, pois embora o presidente da Associação de Moradores da Vila Urlândia tenha se mostrado bastante solícito e interessado no desenvolvimento da pesquisa, o fato de sua atividade profissional o absorver durante todos os dias da semana, tornou praticamente impossível que pudesse viabilizar o acesso a outros moradores da localidade. Diante disso, restringi-me no desenvolvimento de entrevistas com ele e sua esposa. Sobre as demais redes, a possibilidade de acompanhar as atividades de visita domiciliar das agentes comunitárias de saúde nas residências dos moradores permitiu estabelecer um vínculo maior com estes, pois, na medida em que era apresentado aos moradores por uma pessoa conhecida e respeitada, a entrada nas residências pode ser facilitada.

No caso específico da rede estabelecida por meio de Dona Marta, o fato de possuir um importante vínculo pessoal com seus vizinhos facilitou o processo de aproximação de alguns moradores, principalmente com aqueles nos quais percebia certa resistência à visita de estranhos. Sobre isso, cabe relatar um interessante episódio etnográfico que ajuda a visualizar um pouco das dificuldades existentes para entrada em campo. Ainda quando estava desenvolvendo os primeiros contatos com os moradores e não havia sido apresentado a Dona Marta, dirigi-me a uma casa onde um senhor, sentado na frente de seu pátio (protegido por uma cerca de metal que separava o pátio da calçada), tomava chimarrão. Apresentei-me e informei o objeto da pesquisa que começava a desenvolver. Com olhar de desconfiança fui prontamente repellido com dizeres de não estar interessado. Meses após o ocorrido, retornei a mesma casa a convite de Dona Marta. Lá estava o mesmo senhor tomando chimarrão em frente de sua casa. Ao perceber nossa aproximação, a cerca, antes fechada, foi prontamente aberta. Dentro de sua propriedade, antes de dizermos qualquer coisa, ele já me oferecia um mate, como se nos conhecêssemos de longa data, pois eu estava ao lado de “alguém de confiança”. A familiaridade dele com Dona Marta foi estendida a mim. Desta maneira, fui inserido em uma rede de interconhecimento, o que gerou uma idéia de pertencimento ao grupo, levando a que, às vezes, tenha sido identificado como “parente da Dona Marta”.

Percebi, com isso, que para ter acesso a alguns moradores seria preciso me valer da confiança representada por esta informante-chave, que também me possibilitava ser mantido a par das novidades que ocorriam na localidade: quem mora a quanto tempo, quem brigou com quem, quem teve a casa invadida, enfim, um conjunto de informações que me deixavam atualizado sobre o cotidiano da localidade. A confiança despertada por esta rede possibilitou situações nas quais parte dos moradores me colocou numa posição de proximidade tal, que sobre mim recaiam certas expectativas. Fiquei sabendo disso ao ouvir o relato de Dona Marta sobre um episódio ocorrido numa ocasião em que estivera conversando com sua vizinha de pátio - que entrevistei posteriormente - sobre vários assuntos. Em determinado momento da fala, a vizinha conta à Marta sobre a dificuldade que sua filha estava enfrentando para encontrar material sobre história necessário à disciplina da faculdade da filha. Ao ouvir isso, Dona Marta lembrou que, se ela

precisasse, poderia recorrer a mim para ajudar, afinal eu era “alguém de confiança, que entende das coisas”. No fim, não foi preciso ajudar. Mas, ouvindo tal depoimento, percebi que as pessoas, ao estabelecerem vínculos comigo, quando necessitassem de auxílio viriam solicitar minha ajuda. Ter conhecimento deste fato auxiliou, posteriormente, em diversos momentos, quando nossas conversas tocavam em assuntos considerados tabu na localidade, tais como a violência no bairro ou a sensação de insegurança relatada pela ampla maioria dos moradores da vila.²²

Em diferentes ocasiões, a aura de confiança representada por Dona Marta aparecia em frases do tipo: “ah, você é o rapaz amigo da Marta! Pode entrar”. Ao me deparar com isso, era como estivesse ouvindo as palavras de Doc, informante-chave de Willian Foot-Whyte: “Lembre-se apenas de que você é meu amigo. Isso é tudo que precisam saber. Conheço esses lugares, e se eu disser que é meu amigo ninguém vai incomodá-lo” (WHYTE, 2005:294). Afinal, boa parte dos moradores não estava interessado no tipo de resposta ou justificativa que eu expusesse para explicar a minha presença na vila. O que assumia importância era a forma como eu cheguei a eles, quem havia me indicado. Dependendo da resposta que fornecesse, seria considerado “alguém de confiança”.

Em poucos dias de visitação, consegui transitar pelos diferentes espaços da vila. Contudo, a estratégia de acompanhar as agentes de saúde em suas visitas domiciliares ocorreu apenas durante as fases iniciais de campo. Quando consegui estabelecer uma rede própria de informantes, as novas incursões a campo foram realizadas sem acompanhamento.

A observação participante foi empregada nos espaços de sociabilidade que propiciavam um maior contato entre os diferentes moradores da vila. Dessa forma, privilegiei a observação dos espaços públicos das ruas, nas atividades de paisagem realizadas pelas voluntárias da Pastoral da Criança e no Posto de Saúde da vila. Para captar as concepções de diferenciação social existentes, utilizei também os recursos de entrevistas gravadas. Meu *corpus* de pesquisa (Bauer, Aarts 2003) constitui-se de 14 entrevistas, num total de 22 horas de gravação. O critério amostral foi a saturação, tendo como referência as hipóteses da pesquisa.

²² Sobre este ponto específico do capítulo III, seção 3.5.

2.3 Coleta e análise dos dados

A maioria das entrevistas foi gravada mediante agendamento prévio, sendo que todas ocorrem na casa dos entrevistados. A seleção das pessoas visitadas deu-se entre aquelas que estavam disponíveis e receptivas, uma vez que as visitas a campo ocorreram, na maior parte do tempo, durante os dias de semana. Das 14 entrevistas, quatro foram realizadas na presença dos maridos/esposas. O encadeamento das perguntas respeitou um roteiro de tópicos condizente com as hipóteses teóricas. Durante a conversa, caso percebia certo desconforto por parte do entrevistado em comentar algum tema específico na presença do gravador, oferecia a possibilidade de interromper a gravação. A adoção desse procedimento se mostrou necessária em três casos, quando a conversa estava se encaminhando ao tema da violência existente na vila²³. Embora tenha abdicado do registro da fala do entrevistado nestes casos, tenho a convicção que os ganhos decorrentes superam possíveis perdas, pois dificilmente este tema teria sido abordado da mesma forma caso o gravador permanecesse ligado. Ao final do processo de escuta, o caderno de anotações desempenhou o papel de registrar os pontos desenvolvidos durante a conversa. Cabe ressaltar ainda que os nomes dos entrevistados foram alterados para evitar sua identificação. Em seu lugar, nomes fictícios foram criados. Para facilitar a compreensão das informações de cada entrevistado, ao final deste capítulo, é apresentado um quadro com algumas características gerais destes moradores.

A fase de análise das entrevistas foi realizada paralelamente ao desenvolvimento do trabalho de campo. Este procedimento teve como motivo principal a percepção de que alguns dos elementos que, na fase exploratória da pesquisa, eu julgava pertinentes ser levantado nas entrevistas não se mostraram muito relevantes, ao passo que outros tantos, que não havia sido cogitados previamente, ganhavam densidade. Isso exigiu que certos acertos e redirecionamentos fossem incorporados ao instrumento de pesquisa de modo a adaptá-lo ao estudo.

²³Entender os medos que conformam o grupo, assim como estratégias de proteção, revelou-se uma chave fundamental para o acesso ao universo pesquisado. A discussão acerca deste ponto está presente no capítulo 3.

Vários elementos envolvidos no trabalho de campo e na realização das entrevistas certamente influíram nos dados que foram apreendidos. No caso da pesquisa na Vila Urlândia, talvez as principais interferências estejam relacionadas à forma como a aproximação com o grupo se processou. O acesso via agentes de saúde, involuntariamente, produziu certa visibilidade social que me vinculou, durante certo tempo, ao Posto de Saúde, visto que, como ouvi em algumas ocasiões, seria mais um “universitário que sempre aparece por aqui”. Para fugir deste tipo de enquadramento, nas visitas subseqüentes, procurei demarcar um lugar de pesquisador. Desta forma, ao perceberem que nossa conversa não estava direcionada somente a assuntos ligados à temática da saúde, a vinculação ao Posto de Saúde se dissipou e novos enquadramentos apareceram²⁴.

Ao longo do trabalho de campo, identifiquei as diferentes formas utilizadas pelos moradores da vila para localizar-me nos seus quadros de referência. Inicialmente, conforme indicado acima, a marca do estranhamento se evidenciou no seguinte enquadramento: *estudante universitário*. Em virtude dos primeiros vínculos terem sido estabelecidos através das Agentes Comunitárias de Saúde, alguns moradores supuseram que eu estava fazendo algum estágio no Posto de Saúde. Seguidamente, era solicitado a dar esclarecimentos sobre o funcionamento do Posto, como, por exemplo, se haveria atendimento do dentista naquela semana. Ou, ainda, faziam relatos do caso de amigos ou parentes que estavam internados no Hospital Universitário e queriam saber quando seria a liberação – sua “alta” – do hospital. Rapidamente, no entanto, começaram a perceber que minha formação não era na área da saúde, pois minha postura e, especialmente, minhas perguntas não condiziam com as expectativas que tinham sobre um universitário desta área. Delineou-se, assim, uma outra classificação que me afastou do Posto de Saúde e me identificou com as profissões de jornalista e historiador. Assim, virei o *estudante que está escrevendo um livro sobre a Urlândia*.

Neste segundo enquadramento, viam a possibilidade de “alguém ouvir nossos problemas”, que se interessava pelas “dificuldades e deficiências da vila”.

²⁴ No contexto de Santa Maria, a Universidade Federal historicamente vem desenvolvendo um papel de intervenção social nas vilas do município, através de vários projetos, principalmente na área da saúde. Deste modo, existe uma familiaridade com a presença de estudantes circulando nas ruas das vilas desempenhando uma função de intervenção social nestas localidades.

Contavam sobre a falta de saneamento básico, o problema do desemprego que assolava boa parte dos moradores, o descaso da prefeitura em solucionar os problemas das ruas, a falta de iluminação, a carência de escola de ensino médio. Ou seja, expressavam um conjunto de reivindicações que acreditavam que eu poderia encaminhar junto à prefeitura municipal de Santa Maria. Em determinado momento, quando perceberam que minha intenção não seria buscar soluções aos problemas da vila, o grau de envolvimento caminhou em outro sentido. Os moradores passaram a fazer perguntas, são reveladas informações, “achados” são compartilhados, ou seja, começo a fazer parte do cotidiano da vila, de maneira que as entrevistas sempre eram seguidas de algum tipo de refeição (almoço ou lanche).

Constitui-se, neste momento, uma relação em que recorriam a frases que buscavam saber como a pesquisa estava andando, sendo também ofertado conselhos das senhoras de mais idade “para que não estudasse muito, pois ficaria cansado”. Assim, de pesquisador passei à categoria de *um morador de Santa Maria que está estudando na capital*.

Por fim, quando foram reveladas informações da vila onde morei, a interação com os membros da localidade alcança um novo estágio. Em face desse conjunto de fatores objetivos e subjetivos, passei a ser percebido como *o rapaz que morava na Vila Campestre e estuda a Vila Urlândia*. Essa informação, por sua vez, se converteu num capital simbólico capaz de mediar muitas de nossas relações, visto que, de maneira geral, apareceram sentimentos de que compartilhávamos um mesmo cenário de carências e, por isso, teríamos experiências semelhantes. Tal identificação se expressa nas seguintes falas de entrevistados: “tu sabe como é viver em vila” ou “quem não mora na vila não sabe do que a gente ta falando, né”.

Por mais que não existisse uma real compreensão espacial de onde estava localizado o local onde residia atualmente (Porto Alegre), havia uma noção de distanciamento, que se apresenta em afirmações como: “é longe heim”, “e tu vem todos os dias de lá?”. Isso impressionava os moradores, além de colocar um caráter de valorização: era sinal de que o seu local de moradia era importante e merecia ser estudado, afinal “tu vem lá de longe para falar com a gente”. Além destes fatores, recaia sobre mim um conjunto de expectativas e esperança das pessoas, que visualizavam no ensino superior um instrumento de “melhora de vida”, um caminho para “ser alguém”.

Como se vê nos fatos apresentados, o grupo desenvolveu um jogo de reconhecimento com diferentes sentidos. Embora os estágios não tenham seguido uma ordem linear de sucessão, é possível afirmar que cada etapa demarcou um determinado grau de afastamento-aproximação em relação aos moradores da localidade. Assim, minha aceitação na localidade vinculou-se muito mais ao tipo de relações que estabeleci, nas quais uma identidade me era atribuída pelos moradores, do que a qualquer explicação que pude ter elaborado ou discurso empregado para explicar minha presença na Vila Urlândia.

Características dos moradores entrevistados da Vila Urlândia

	Sub- área	Idade	Ocupação	Escolaridade	Tempo de Moradia	Filhos em Idade Escolar
Paulo e Rosa	ALTA	43 anos	Aposentado e proprietário de estabelecimento comercial	Ensino Superior Incompleto	43 anos	1
		43 anos	Professora	Ensino Superior Completo		
MARIA	BAIXA	39 anos	Agente de Saúde	1º Grau Incompleto	19 anos	0
CARLOS	BAIXA	25 anos	Funcionário da prefeitura (cargo de confiança)	2º Grau Completo	25 anos	1
ANTONIA	ALTA	52 anos	Aposentada	2º Grau Completo	38 anos	0
ENEIDA	ALTA	60 anos	Do lar	2º Grau Completo	10 anos	0
MARILENE	ALTA	35 anos	Do lar	2º Grau Completo	6 anos	1
SILVIA	ALTA	55 anos	Do lar	1º Grau Completo	55 anos	0
MARTA E PAULO	ALTA	60 anos	Aposentada	2º Grau Completo	52 anos	0
		65 anos	Aposentado	1º Grau Incompleto		
VALDENEI	ALTA	26 anos	Proprietário de Sala de beleza	2º Grau Completo0	36 anos	0
CHICA	ALTA	33 anos	Cabeleireira	2º Grau Completo	36 anos	0
MAURO	ALTA	55 anjos	Aposentado	2º Grau Completo	8 anos	0
VALTÉRCIO	ALTA	76	Aposentado	1º Grau Completo	39 anos	0

		anos				
ARLINDO E CLARISSA	ALTA	55 ANOS	VIAGANTE	1º Grau Incompleto	35 anos	1
		50 ANOS	DO LAR	1º Grau Incompleto		
JOSÉ E JOANA	ALTA	75 ANOS	APOSENTADO	1º Grau incompleto	46 ANOS	0
		64 ANOS	APOSENTADA	1º Grau incompleto		

3. O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA VILA URLÂNDIA: MARCOS HISTÓRICO

O objetivo neste terceiro capítulo é apresentar alguns fatos históricos importantes para formação da cidade de Santa Maria. Num segundo momento, é relatado o movimento de origem da formação da Vila Urlândia e sua organização interna em duas sub-áreas. Ao final são apresentadas às razões que ancoram o estigma existente na localidade e como os processos de arrombamentos das casas pode ser reconhecido como uma estratégia de combate executada pelo grupo de jovens contra o processo de diferenciação social que os moradores “distintos” tentam instituir no interior da vila.

3.1 O processo de Desenvolvimento e Urbanização do município de Santa Maria

O município de Santa Maria está localizado na região central do Estado do Rio Grande do Sul. Por sua importância estratégica foi uma área de disputa entre a coroa portuguesa e espanhola por todo século XVIII. Somente no ano de 1777, os confrontos bélicos começam a arrefecer, a partir da assinatura do Tratado de Santo Ildefonso. No início do século seguinte, o povoado de Santa Maria começou a receber o incremento populacional de açorianos e paulistas. Pouco a pouco, o rancho do acampamento militar da coroa portuguesa instalado ali começa a receber construções mais sólidas, de modo que no ano de 1819 o povoado passaria a compor o distrito de Vila Nova de São João da Cachoeira. A categoria de cidade só foi conseguida no ano de 1858, conferindo-lhe o nome de Santa Maria da Boca do Monte.²⁵

Os numerosos confrontos bélicos travados com os “orientais”, entre os anos de 1826 a 1831, acabam transformando a região no centro de atividades militares, enquanto seu comércio, embora incipiente, movimentava a economia regional, atraindo uma população que se instala de modo lento. Sua importância militar para

²⁵ De acordo com Rechia (1985) o acampamento militar que deu origem a localidade foi instalado nas proximidades da “Boca” do Monte Grande que seria um apelido dado pelos espanhóis à região por ficar na entrada da Serra Geral da cidade de São Martinho.

o Brasil sempre foi fundamental, visto que sua posição no centro do Estado do Rio Grande do Sul permite o rápido deslocamento das forças armadas em caso de conflito com os países que fazem fronteira com o estado. Ainda hoje, o município é dotado de 18 guarnições do Exército e uma Base Aérea, constituindo, assim, a segunda maior concentração de tropas do país, só inferior ao contingente da cidade do Rio de Janeiro.

Além disso, durante os anos de 1885 a 1960, o município de Santa Maria se notabilizou como sendo um importante entroncamento ferroviário, ligando as cidades de Uruguaiana e São Paulo. Devido à forte presença ferroviária, o município formou uma identidade social vinculava aos trens, pois a malha ferroviária instalada no município foi responsável por grande parte do crescimento da cidade e auxiliou a fixar as características de economia, baseada predominantemente no comércio de bens e serviços²⁶.

A composição econômico-social de Santa Maria, até o início da década de 1960, não sofreu alterações significativas, permanecendo com um comércio de tipo varejista e de prestação de serviços. Sua população era composta, em sua maioria, por funcionários da viação férrea, militares que serviam nas guarnições das duas forças armadas e por empregados do comércio de serviços do local. Mas, na segunda metade da década de 1960, o município de Santa Maria entra num novo ciclo de desenvolvimento, através da instalação da primeira universidade federal fora das capitais.

A instalação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) representou o elemento motriz que engendrou nova dinâmica neste município gaúcho, do ponto de vista econômico e social.²⁷ Em grande medida, a instalação de um núcleo educacional de ensino superior pela primeira vez numa cidade do interior do país atraiu um contingente de novos moradores: estudantes em busca de formação acadêmica, funcionários e professores da instituição, além de um afluxo crescente de indivíduos das cidades circunvizinhas e de áreas mais distantes, que acaba se

²⁶ Para um apanhado histórico do processo de formação do município ver Belém (1989), Beltrão (1979), Rechia (1985) e Rio Grande do Sul (2002).

²⁷ Embora desde 1955, a cidade de Santa Maria já dispunha da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FIC) com os cursos de Pedagogia e Letras Anglo-Germânicas e posteriormente, em 1957, com a criação da Escola Superior de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira (Facen), a instituição de ensino que iria desencadear uma alteração mais profunda do ponto de vista de seu desenvolvimento urbano seria representado com a instalação da UFSM.

instalando na periferia da cidade na busca de empregos que a instituição de ensino gerou direta e indiretamente.

Dentro disso, a atividade vinculada ao ramo de indústria de construção civil se notabilizou como atividade que absorveu parte da mão-de-obra deste fluxo de indivíduos, uma vez que necessitava de trabalhadores na construção dos prédios destinados à instituição e novas moradias e serviços.

A disposição urbana da cidade acompanhou cada uma de suas fases de desenvolvimento. Num primeiro momento, o comércio se organizou no núcleo central existente próximo ao acampamento militar. Com a vinda da rede ferroviária, vários hotéis e pousadas foram construídos ao redor da estação férrea, consolidando o centro como local destinado ao comércio e à hospedagem dos passageiros dos trens, sendo que nas ruas adjacentes ao comércio local residia a população santa-mariense. Contudo, somente com a vinda da UFSM ocorreu um salto na dispersão populacional no município, pois até aquele momento a cidade era marcada como cidade de passagem, de trânsito de pessoas que desejam sair de alguma cidade do Rio Grande do Sul em direção ao resto do país. Como o núcleo antigo não comportava novos habitantes, foi necessário que os limites da área urbana fossem estendidos em direção a outras regiões. Assim, nos arredores da instituição federal de ensino, formou-se um bairro que absorveu parte da população com maior número de recursos financeiros. Outra parte desta população ocupou núcleos habitacionais próximos ao centro. Enquanto isso, nas porções de terra localizadas em áreas mais distantes do núcleo central, particularmente em antigas fazendas situadas próximos aos campos de instrução do Exército, teve início outro processo de formação de núcleos habitacionais, estes destinados à população com baixo poder aquisitivo. Conforme assinalado no mapa do município²⁸, os núcleos habitacionais destinados à população de baixa renda estão localizados em áreas mais afastadas tanto do núcleo central da cidade, como também da UFSM.

²⁸ A conformação geográfica do município de Santa Maria é de uma depressão central cercada por elevações de terra (morros). Embora isto possa sugerir que a população com menor poder aquisitivo vá se localizar nestas regiões, o que se verifica é uma concentração nas áreas planas localizadas nas regiões mais afastadas do centro.

3.1.1 As periferias de Santa Maria

Como mencionam as obras de Castells (2000) e Lojkine (1981), a cidade corresponde a um quadro no qual a estrutura hierárquica da sociedade capitalista se expressa, discriminando as áreas. A lógica capitalista transforma o solo numa mercadoria, uma propriedade privada que, dependendo do local onde esteja situado dentro do espaço da cidade, será mais ou menos valorizado pela especulação imobiliária. Nesse caso, os habitantes com poucos recursos econômicos acabam ocupando as áreas mais afastadas da cidade, vão ocupar as vilas.²⁹

No caso da cidade de Santa Maria o processo acentuado de aumento populacional verificado no município, dotada nos dias atuais de uma composição de 243 mil habitantes, distribuídos por 24 bairros urbanos, vai apresentar uma conformação espacial de discriminação das áreas no seu interior.

Tabela 1
Taxa de crescimento da população - Santa Maria

População residente				
Situação	1970	1980	1991	2000
Urbana	124.716	154.528	196.342	230.696
Rural	31.893	27.043	21.250	12.915
Total	156.609	181.571	217.592	243.611

Fonte: IBGE -Banco de Dados Agregados – SIDRA

Entre as 96 vilas existentes na cidade de Santa Maria, segundo dados da Secretaria de Planejamento do Município, a Vila Urlândia é um loteamento irregular situado administrativamente no Bairro Urlândia, bairro este que dispõe de outras cinco vilas, dentre as quais, a Vila Urlândia é a mais antiga. Quando o poder municipal dividiu administrativamente a cidade em bairros, nos anos de 1981, buscou manter as denominações que já estavam estabelecidas socialmente³⁰.

²⁹ A noção que caracteriza uma “vila” enfrenta a mesma dificuldade de definição do termo favela. O sentido empregado na realidade estudada, para além de uma conceituação do ponto de vista do planejamento urbano que a define como sendo uma região sub-normal marcada pela falta de urbanização ou fruto de um loteamento irregular, ganha expressão em dois pontos primordiais: uma localidade da cidade considerada inferior da qual as pessoas buscam um afastamento e, um local onde estão impregnadas visões que dão conta da existência de práticas sociais cotidianas distintas e destoantes do restante da sociedade.

³⁰ Como ficou fixado no relatório do projeto de lei que regulamentou os bairros da cidade: “Alguns bairros conservarão os nomes que popularmente são conhecidos o que entendemos ser de justiça

Assim, o nome da vila foi convertido também em nome de bairro, isto é, atualmente a região do Bairro Urlândia possui em seu interior uma localidade denominada Vila Urlândia. Para os fins desta pesquisa, estarei trabalhando apenas com a população residente na Vila Urlândia³¹.

Embora não se possa precisar a quantidade de pessoas que habitam a Vila Urlândia, pauto-me nos dados produzidos pelas agentes de saúde que atendem a localidade. Segundo seu levantamento, em virtude do processo de implantação do Programa de Saúde da Família na região, no ano de 2004, a área compreende aproximadamente 6.500 habitantes. Esta estimativa foi confirmada pela direção da Associação de Moradores da Vila Urlândia. Deste modo, esta informação foi tomada como parâmetro para a compreensão do contingente populacional existente na localidade, o que confirmaria a informação que dá conta do fato da vila ser a maior dentre todas as vilas do bairro, seja em número de habitantes seja em extensão geográfica, como se verifica no próximo mapa.

Os dados fornecidos pelo IBGE apresenta o número total de habitantes do Bairro Urlândia, em torno de 9 mil. Destes a Vila Urlândia corresponde a aproximadamente 6.500 habitantes do bairro, o que corresponde a mais de 65 % da população do bairro. Deste modo, os dados apresentados nas tabelas e gráficos abaixo, dizem respeito não somente a população da Vila Urlândia, mas também, as demais vilas que compõem o bairro. Estes índices podem ser generalizados para ilustrar o segmento social desta camada popular do município de Santa Maria por duas razões primordiais: devido ao peso que a Vila Urlândia representa dentro da estrutura do bairro e, em segundo lugar, devido ao fato das demais vilas apresentar uma composição social similar a encontrada na vila estudada.

Os dados apresentados nos gráficos 1 e 2 estão organizados de acordo com a categoria de análise formulada pelo IBGE – *Domicílios particular permanente* –, que analisa os dados segundo as unidades residências e não cada habitante como um indicador isolado. Com isso, as variáveis de análise se reportam ao número de

pois assim os nomes terão seus nomes homologados, com as suas delimitações, para melhor conhecimento da população de nossa cidade” (Relatório do Projeto de Lei 2939).

³¹ No ano de 2005 tramitou na Câmara de Vereadores um projeto de lei do Executivo dispendo sobre o plano de zoneamento urbano da cidade. Através deste, certas vilas da cidade seriam alçadas a categoria de Bairro para facilitar o ordenamento da cidade. Desse modo, no tocante ao Bairro Urlândia, seus limites geográficos sofreriam um redimensionamento, o bairro seria desmembrado em outros três, com isso a localidade da Vila Urlândia passaria a categoria de bairro. Contudo, até o momento, o projeto não foi aprovado na Câmara de Vereadores do Município.

indivíduos distribuídos pelas residências da localidade conforme as informações dispostas na tabela abaixo.

Figura 2: Mapa da Vila

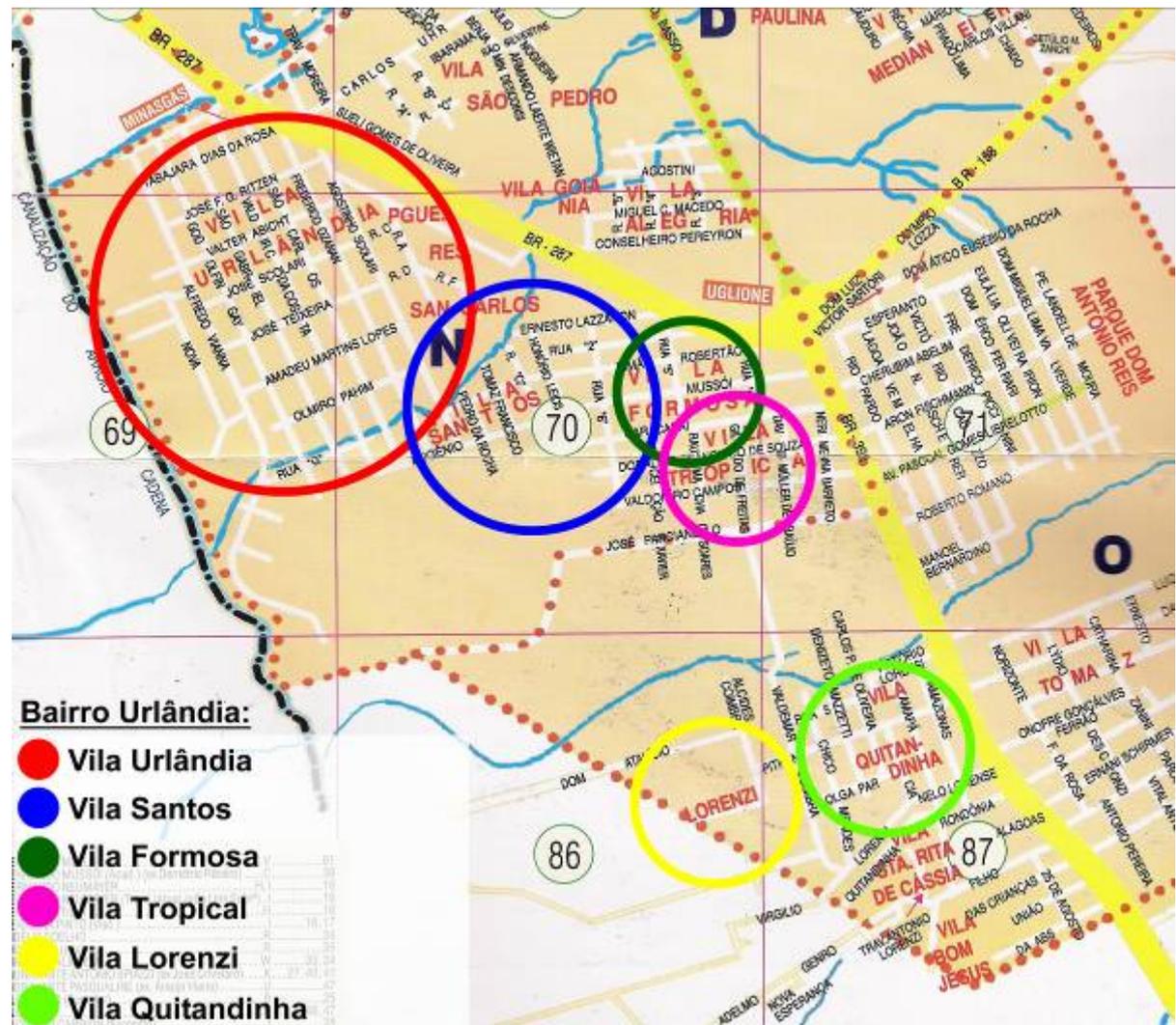


Tabela 2
Número de Habitantes do Bairro Urlândia segundo unidade familiar

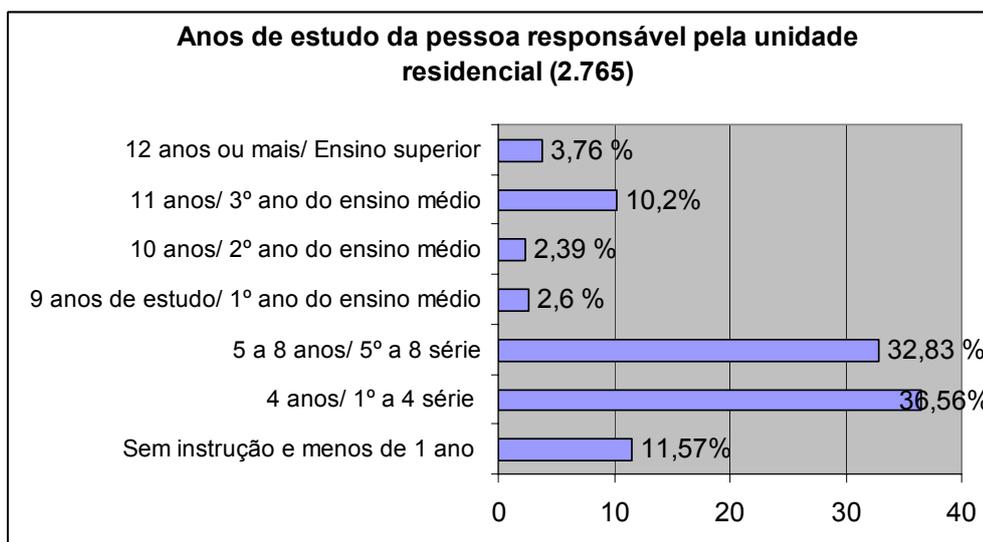
Categoria	Total
Número de habitantes	9.969
Domicílio particular permanente	2.678
Média de habitantes por domicílio	3,59

Fonte: IBGE -Banco de Dados Agregados – SIDRA

Como vemos, segundo o Banco de Dados Agregados referentes ao Bairro Urlândia, presente nos gráficos abaixo, existe uma concentração de mais de 68%

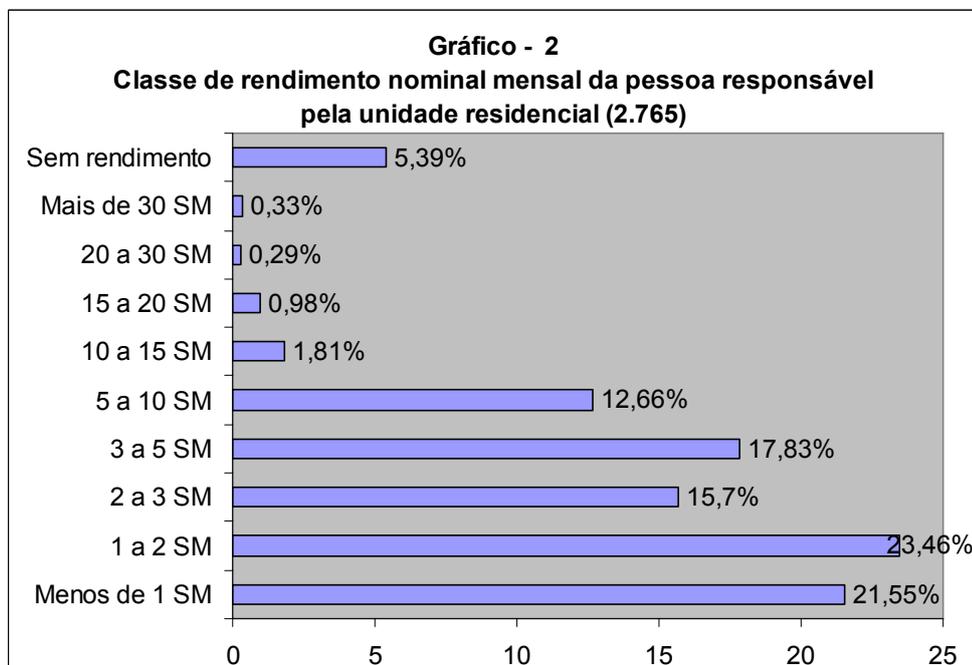
da população no recorte da variável “ano de estudo” entre 4 e 8 anos, isto é, constituem uma camada da população que concluiu ou ainda vai concluir o ensino fundamental enquanto que, aproximadamente 10% já terminou ou está terminando o ensino médio.

Gráfico - 1



Fonte: IBGE -Banco de Dados Agregados – SIDRA

Gráfico - 2



Fonte: IBGE -Banco de Dados Agregados – SIDRA

Neste bairro de periferia urbana da cidade de Santa Maria, conforme os dados “objetivos” apresentados acima, a ampla maioria da população possui renda e escolaridade baixas. Contudo, somente a observância destas informações não

explica as razões pelas quais seus moradores são estigmatizados pelo conjunto da sociedade santa-mariense. Os dados apenas apontam, assim como referencia Sarti (1996), o tipo de relações de dominação que vai estruturar as relações do meio urbano e fazer com que algumas pessoas sejam incorporadas na sociedade mais amplas dentro da categoria pobre. Porém, ao adotarmos estas medidas fixas, incorremos no risco de recair numa lógica que estrutura a realidade como falta ou carência de certos bens materiais cultuados segundo a ótica da cultura dominante.³² As “camadas populares urbanas” quando analisadas de forma relacional, isto é, em oposição às manifestações consagradas de outros grupos, delimitam fronteiras e instituem algumas distinções sociais³³. Em face disso, o sentido do “popular” empregado no estudo da Vila Urlândia busca ressaltar certas particularidades do lugar, apresentando seus moradores como indivíduos que constroem determinadas narrativas e fornecem certas categorias de entendimento do mundo. Deste modo, a partir deste quadro que posiciona os moradores da Vila Urlândia como pertencentes as camadas populares, é possível o entendimento do tipo de relações que seus moradores desenvolvem internamente no sentido de um grupo buscar um afastamento do estigma social que sua condição de residentes da vila origina.

3.2 A formação do loteamento Vila Urlândia

A Vila Urlândia teve suas primeiras ocupações por volta da década de 1960, quando o então proprietário do terreno, senhor Luiz Lothario Uhr, dá início ao processo de desmembramento em lotes de sua antiga fazenda. Sob a responsabilidade da Urbanizadora Seibel, inicia-se o processo de comercialização dos terrenos. A responsabilidade da empresa loteadora era realizar o arruamento e calçamento das vias dentro da área loteada. Contudo, no que tange à legislação municipal que regulamenta a formação dos loteamentos particulares, a Secretaria de Obras e Serviços da prefeitura de Santa Maria indica apenas a existência de um

³² A este respeito ver Zaluar (1985: 41-50); Boff (1998:45-50); Fonseca (2000); Machado (2003:15-18).

³³ Como ilustra Velho (2002:21) acerca da realidade carioca: “Uma vez dentro da grande metrópole, vamos encontrar diferentes graus de participação nestes ‘bens urbanos’. Ora, um dos problemas para o investigador, especialmente para o antropólogo, é buscar definir que padrões são esses, como são definidos e quais são os *símbolos* que indicam esta participação maior ou menor. Desta problemática estarão participando não só as pessoas que chegam à grande cidade como seus próprios naturais e o fato primordial é a **desigualdade no acesso a estes bens**”. (grifo meu).

documento de registro do Loteamento Vila Urlândia, datado de 1977, referente ao plano de zoneamento da área indicada como obra em processo de execução.

A não realização do devido parcelamento do solo irá caracterizar a localidade como sendo uma área de ocupação do tipo irregular, similar a outros tantos loteamentos irregulares existentes no município de Santa Maria. Esta modalidade de ocupação retrata parte de um processo de expansão periférico, que permitiu a obtenção da casa própria para famílias pobres e com baixo rendimento. A combinação entre a existência de brechas jurídicas na legislação municipal e uma atuação pouco eficiente dos órgãos de fiscalização possibilitou, assim, a formação de muitos loteamentos clandestinos e sem infra-estrutura mínima adequada para habitação, cujos lotes, exatamente por estas precariedades, eram baratos o suficiente para serem adquiridos por aquelas famílias.

No que tange especificamente à Vila Urlândia, a falta de uma documentação legal que atestasse a condição da localidade como área legal fez com que os moradores que adquiriram lotes, para legalizar sua condição no Registro de Imóveis, precisassem recorrer ao expediente do Usucapião. Tal situação se expressa no seguinte relato de um morador:

comprei, paguei a vista não recebi a escritura e pensava que, no meu modesto conhecimento, que uma vez que tu compra tu recebe a escritura, falei vamos lá que vamos passar no escritório para passar o recibo de plena e geral quitação desse terreno(...) Paguei e foram dar escritura só com o usucapião(...) O dinheiro que dei não valeu nada para comprar a vista. Ai recebi o usucapião do juiz depois de quatro anos. (Valtercio, morador há 39 anos na parte *alta* da Vila)

A venda em longo prazo, através de prestações fixas, viabilizou que um contingente de famílias viesse a se instalar na localidade ao longo dos sucessivos anos. Como a área está posicionada num declive (sentido centro-vila), a distribuição das residências, de uma maneira geral, acompanhou a conformação geográfica existente. A comercialização dos lotes se concentrou na parte superior, enquanto que uma extensão de terra existente na parte mais baixa da localidade, que fazia divisa natural com um curso de água, permaneceu inalterada.

No ano de 1975, duas olarias se instalam ao lado da Vila Urlândia, gerando modificações importantes na região. Para conseguir o barro necessário para produção do tijolo (matéria prima de seu produto), constroem um sistema de

represamento das águas do córrego. Em decorrência disso, a água represada pela barragem vai formar um lago artificial. Como o volume de chuvas que assola a região nos meses de inverno é muito intenso e como a água não tem para onde escoar, periodicamente o lago artificial acaba transbordando e invadindo a parte baixa da Vila Urlândia.

Em vista disso, o desprestígio da área aumenta. Situação que se amplia em virtude dos herdeiros do antigo proprietário se mudarem da cidade, não dando continuidade ao processo de venda dos terrenos. Esta condição favoreceu o surgimento de duas situações na região: pessoas que se dizem detentoras da procuração do proprietário dão início à comercialização dos lotes localizados na área baixa e um grande número de famílias, de forma constante embora individualizada, começa a ocupar irregularmente a área baixa da vila.

Os novos moradores que afluíram para a parte baixa da Vila Urlândia, desde o início são obrigados a conviver com uma realidade em que as águas represadas do córrego constantemente invadiam as casas. Por conta disto, os moradores precisavam buscar refúgio na Capela Católica, localizada na parte elevada da vila, onde permaneciam pelo tempo necessário para as águas voltarem ao nível normal. Tal situação aparece descrita nestes dois trechos de entrevistas de moradores que presenciaram o fato:

a fabrica de tijolos do Naidon que era no fim da Frederico Ozanan dobra a direita e vai nas olarias, duas ou três que tem. Então tinha a olaria do Naidon que eles represavam a água e a represa era muito alta que, onde tu vê aquela ponte que tem na Santos, ficava um mar de água e foi muita enchentes. E como já existia muita gente ribeirinha aqui na Vila Urlândia o prejuízo era muito grande então uma vez fizeram, as forças políticas com o Exército, foram examinar onde era e viram que era na taipa que represava. O Exército chegou lá e explodiu e foi embora. (Valtercio, morado há 39 anos na parte *alta* da Vila).

Quando tinha alagamento o pessoal vinha para igreja, para capela e era hospedada ali. E muitas vezes o Exército trazia alimentação para abastecer as famílias com roupas e agasalhos. O pessoal da comunidade ajudava até baixar as águas e poderem voltar, mas hoje graças a Deus, já há um bom tempo não tem acontecido isso. Apesar de que falta muito saneamento básico naquela parte, digo a canalização (Paulo, moradora há 43 anos na parte *alta* da Vila).

Essa situação de constante alagamento da região vai perdurar até o ano de 1982, quando o poder público municipal intervém nas olarias e exige a remoção das represas. Com sua destruição, os alagamentos cessaram, mas na memória de

muitos dos moradores, tanto entre os que sofreram quanto entre os que auxiliaram no trabalho de ajuda as vítimas, permanecem vivos os anos de dificuldade. Além disso, o fato de a parte baixa da vila sofrer com as enchentes acabou servindo para acentuar as diferenças entre as duas áreas. Uma das formas utilizadas para fixar tal diferença se verifica no tratamento utilizado para descrever os moradores residentes na área que sofria alagamento:

lá em baixo é Sapolândia. Isso ai o pessoal inventou. Dava muita enchente ali para baixo. Antigamente colocaram essa gentarada ai para baixo e o pessoal chamava assim. Mas isso dito por eles mesmo, se chamavam assim mesmo. Porque dava muita enchente ali até a terceira rua (Marta, moradora há 52 anos na parte *alta* da Vila).

Esta peculiar forma de estruturar a localidade acabou por gerar um campo de disputas marcado pela desigualdade entre seus moradores. Ancorados nos critérios de conformação geográficos e situação de ocupação do lotes, seus moradores desenvolveram uma categorização interna que separa seus membros em dois agrupamentos: os moradores da parte *alta* e os moradores da parte *baixa*. Tal distinção se expressa no seguinte trecho de entrevista de uma moradora residente na parte *alta* da vila,

Mas a área do seu Uhr se estendia até lá, só que nessa parte de cima geralmente os terrenos foram comprados e legalizados enfim, todo processo legal que passou pela prefeitura e lá em baixo (...) as pessoas foram vindo de fora e se alojando, se colocando em terrenos baldios que tinha lá em baixo sem escritura. Ai até teve um processo de regularização fundiária, acho que alguma coisa foi feita em termos disso, não tenho muito conhecimento sobre isso (...) pessoas que vieram de diversas localidades e foram se instalando lá em baixo sem aquela compra do terreno. (Rosa, moradora há 43 anos na parte *alta* da vila)

Fica patente neste processo de formação e consolidação da Vila Urlândia a existência de dois movimentos distintos na formação do loteamento, marcados por duas dicotomias: a situação de moradia (compra X ocupação) e o tempo de moradia (antigo X recente). Estas diferenças internas foram, ao longo dos anos, trabalhadas por seus moradores, levando à conformação de uma diferenciação entre distintos “tipos de moradores”.

Uma outra realidade econômica. Até porque aquelas pessoas que moram ali não ocuparam, na sua grande maioria elas compraram. Então tu faz uma análise, e o cara teve dinheiro para comprar é porque tem um bom emprego, tem uma vida econômica estabilizada. Por conta disso o cara tem uma cultura diferente, uma realidade diferente. Os problemas que se tem aqui nessa parte da Vila Urlândia não se têm ali. Esses problemas de esgoto sanitários, que te falei, ali têm esgoto o esgoto passa ali o ônibus sempre passou ali na frente, tem asfalto tem a calçada tudo definida, tem a lâmpada é uma realidade diferente. E por conta disso, os caras se acham diferentes, que moram mais para o centro. Não querem dizer que moram na Vila Urlândia, há um preconceito com a parte baixa, vamos dizer assim. (Carlos, morador há 25 anos na parte *baixa* da vila).

3.3 A Urlândia vista como dois pedaços

O processo de urbanização da Vila Urlândia foi marcado pela distribuição desigual de sua infra-estrutura pelas ruas que compõem a localidade. Como já foi dito em outras passagens, a vila está localizada em uma área particular. Desse modo, seria de responsabilidade do loteador e não da prefeitura a execução da urbanização da área (entre outras ações: calçamento das ruas, instalação de poste de iluminação, esgoto pluvial e croacal, destinação de área verde na localidade, etc.). Porém, este compromisso não foi, em nenhum de seus aspectos, cumprido. As melhorias que advieram para localidade ao longo dos anos foram fruto da reivindicação de seus moradores junto a prefeitura.

Na medida em que novas famílias se instalaram na localidade, o transporte coletivo começa a trafegar pelas ruas da vila. Através desse, a população ganha força para solicitar o calçamento das ruas pelas quais os ônibus trafegam. Mas somente no ano de 1981, parte das reivindicações será atendida pelo então prefeito da cidade, Osvaldo Nascimento, que instala a rede de esgoto pluvial e croacal em parte das ruas, calça com pedra irregular três de suas ruas e asfalta uma quarta. As demais ruas que compõem a Vila permanecem até hoje com “chão-batido”.

Embora não exista um consenso sobre os limites específicos de cada sub-área, haja visto que as “fronteiras” são muito mais simbólicas do que territoriais, em diversas falas percebe-se a tentativa de estabelecer determinadas ruas como marcos desta delimitação. Tal tentativa pode ser verificada neste trecho:

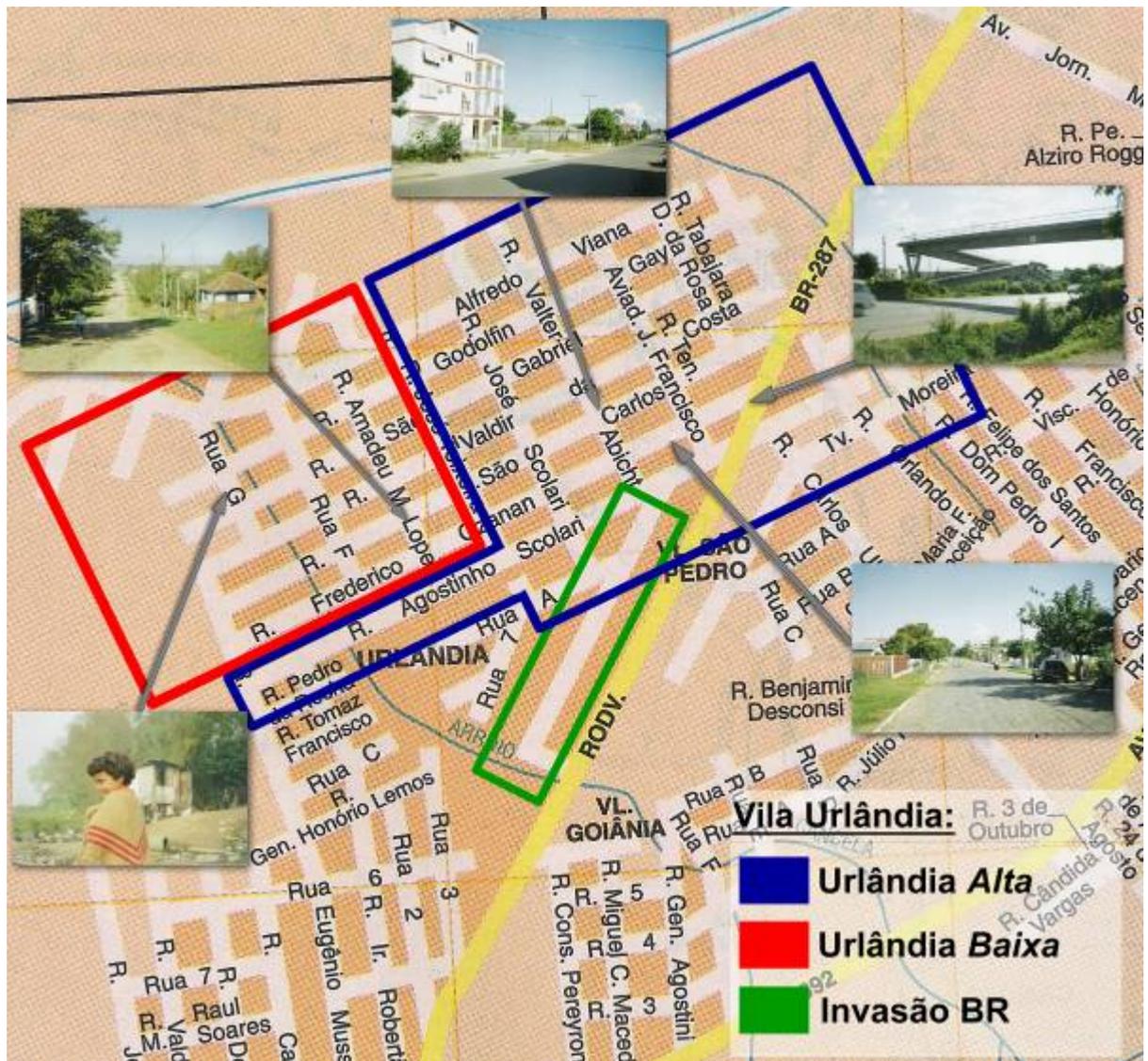
tem essas ruas aqui Agostinho Escolari, Frederico Ozanan, São Carlos... é até a São Carlos, **até uma parte assim**. Tem também a Valdir C da Costa, São Gabriel tem

partes da vila assim que a população não é tão carente economicamente, tem as ruas calçadas e tudo mais... é o núcleo antigo. E na outra parte mais lá de baixo da vila, bem mais baixo da vila, a população tem nível econômico mais baixo, as ruas são, como se diz.... de chão batido, ali fica a outra parte. (Paulo, moradora há 43 anos na parte *alta* da vila).

Como dito, não é possível precisar exatamente onde começa e onde termina cada *pedaço*, pois as fronteiras entre as áreas, antes de serem pontuadas somente segundo preceitos geográficos, se ancoram em tipologias que instituem juízos morais, fixam oposições que estão permeadas por valores, pois, como coloca uma entrevistada, “Na realidade se tu fores analisar tem gente que se acha da parte alta, mas se tu for olhar é parte baixa. Se tu for analisar em termos geográficos” (Eneida, 10 anos moradora da Vila). Em face disto, para pertencer ao *pedaço* não basta morar perto ou frequentar uma determinada rua assiduamente. Deve-se estar situado no interior de uma rede de relações que o identifiquem como morador da área sob diversos aspectos: econômicos, de estrutura urbana, de tempo de moradia. Além disso, para tarefa da definição de cada sub-área soma-se critérios “subjetivos” que identificam moralmente o morador da *alta* como “superior” e o morador da *baixa* como “inferior” dentro da hierarquia existente na Vila Urlândia.

Assim, entendo que, através do esforço de diferenciação e delimitação das fronteiras entre moradores da *alta* e da *baixa*, identifica-se a constituição de dois grupos de pessoas, que estão residindo em partes mais ou menos delimitadas e são caracterizados como membros de uma rede de interconhecimento que estabelecem um conjunto de regras mínimas de reconhecimento e convivência. A partir deste horizonte de sentido, nas duas seções que seguem serão apresentadas mais detalhadamente cada uma das sub-áreas identificadas, de modo a poder mostrar o ambiente e os diferentes tipos de moradias existentes neste espaço periférico da cidade de Santa Maria. Para tanto, detenho-me nas diferenças que ganham relevo nas falas dos entrevistados como aspectos diferenciadores dos moradores destas áreas. Deste modo, o mapa que aparece descrevendo as duas sub-áreas da Vila Urlândia e da “Invasão da BR” mostra o que é mais ou menos consensualmente estabelecido como os limites de cada uma das partes.

Figura 3: Mapa da Alta e baixa



3.3.1 Parte “Alta”

No percurso que um transeunte deve fazer para entrar na Vila Urlândia, pelas ruas que compõem a parte identificada como *alta*, chama a atenção o conjunto de casas de diferentes estilos de construção: são casas de alvenaria, de madeira ou mistas. Em sua maioria, dotadas de terreno amplo, algumas de dois pisos e com entrada para automóvel. Quem vê este cenário urbano, identifica ali uma típica localidade, similar a tantos outros bairros das cidades brasileiras, que apresentam ruas dotadas de calçamento de pedra irregular, de asfalto e de chão-batido; onde os abrigos de ônibus podem ou não estar dotado da cobertura de zinco que, nos dias de chuva ou de sol forte, irão proteger seus ocupantes. Trata-se aqui de um contexto no qual existem ainda casas para alugar, vender ou que estão, a contar pelo material de construção depositado na frente das casas, sofrendo melhoramentos.

As casas apresentam um aspecto de conservação. Poucas delas dispõem de varandas com jardins na parte da frente. A maioria dispõe de cerca de metal separando a via pública do pátio interno, janelas com grade, portões de ferro, fachadas com poucas aberturas, alarmes e cadeados das portas. Além disso, nas fachadas das casas não raramente é possível notar a existência de um adesivo fixado na parede indicando que a casa dispõe do serviço de Vigilância Privada. Trata-se de um serviço prestado por uma empresa não legalizada, que contrata, sem carteira assinada, vigilantes noturnos incumbidos de fazer a ronda em determinado perímetro (normalmente uma quadra), para a segurança das “casas com pagamento em dia”.

Ao caminhar por suas diferentes ruas, nota-se a inexistência de cães latindo dentro ou fora dos pátios. Este é um dado interessante, visto que os animais, além de representarem a figura de bicho de estimação, dado os dispositivos de segurança identificados, seriam mais um a auxiliar a busca de garantir a segurança à propriedade. Mas, como vim saber posteriormente, a falta destes animais decorre de uma escolha forçada, pois muitos dos animais existentes na localidade foram, ao longo dos anos, envenenados. Como salientam alguns entrevistados: “foi gente sem coração que fez isso”; “fizeram isso só para poder roubar”. Tal fato, no entanto, não se restringe a Vila Urlândia. Segundo matérias dos jornais da cidade, em outras

localidades também ocorreram casos de envenenamento de animais de estimação. Em vista disso, as pessoas que teriam o animal para sua segurança, optam pelo investimento em outros dispositivos.

Parte expressiva dos moradores da parte *alta* são proprietários antigos e, por isso, tendem a recordar, por participação direta ou indireta, nos principais acontecimentos históricos ocorridos na localidade: a instalação da Capela Católica São Carlos; a construção da escola que atende os alunos do ensino fundamental da vila; o processo lento de calçamento das ruas; a fundação da associação de moradores da Vila Urlândia; entre outros fatos que marcam a história da localidade.

A exceção a esta presença de moradores antigos, que caracteriza a parte *alta*, se verifica na porção de terra ocupada há cerca de dois anos, na beira da auto-estrada da BR- 287, por famílias e indivíduos de várias partes da cidade, inclusive da própria vila mesmo. Nesta porção de terra, um conjunto de moradores se organizou e ocupou a faixa de terra que faz divisa com o leito da Br. Até o momento, o impasse sobre a permanência ou não destes moradores não foi solucionado, mantendo-se a disputa judicial entre ocupantes e União. Enquanto isso, as casas vão sendo melhoradas. No início da pesquisa, em 2004, só existiam casas de madeira. Ao final desta, já é possível de se ver casas mistas ou, mesmo, de alvenaria, dentro do processo de autoconstrução das casas. Além disso, a rua que surgiu naturalmente pela disposição dos lotes, já possui iluminação pública e água encanada em todas as residências.

Em termos do tipo de ocupação profissional dos moradores da *alta*, esta é dotada de uma parcela significativa de pessoas com emprego fixo. Embora a área disponha de uma série de pequenos estabelecimentos de serviços e comércio distribuídos por várias de suas ruas (tais como: uma agropecuária, uma loja de materiais elétrico-eletrônicos, duas lojas de móveis, uma loja de material de bicicleta, um açougue, uma auto-mecânica e uma marmoraria, além de três pequenos mercados), apenas uma pequena minoria das pessoas trabalha nestes locais. A ampla maioria é assalariada nas empresas e no comércio varejista localizado no centro da cidade.



Figura 4: Rua Frederico Ozanan



Figura 5: Rua São Carlos

3.3.2 Parte “Baixa”

A maioria das casas visitadas na parte baixa se situa em áreas invadidas. Algumas delas localizam-se no que estava destinado a ser a área verde do loteamento. Expressando esta situação de irregularidade, uma entrevistada destaca que “até hoje o IPTU vem no nome do proprietário o senhor Lothário” (Antonia, moradora há 38 anos na parte *alta* da vila). As ruas, em sua maioria, são destituídas de saneamento básico e a iluminação pública é precária. No percurso pelas ruas, encontramos algumas casas mistas, mas o que predomina são as de madeira. Nas esquinas de suas ruas, nota-se a presença de jovens adultos (homens na maioria) envolvidos em conversas animadas.

Seguidamente, avistava alguns homens entregues a pequenos consertos ou reformas nos telhados, remendando ou trocando alguma madeira da parede das casas, após um dia de chuva intensa. Caminhando em direção às proximidades do córrego, chama a atenção o número elevado de casas que tem sua estrutura elevada do chão. São palafitas de madeira, fixadas a um ou dois metros de altura, mantidas através de pilares de sustentação. Nestas casas, para ter acesso ao domicílio é necessário o auxílio de uma rampa. O que poderia parecer, num primeiro momento, resquício dos tempos das enchentes, é desfeito ao ser informado que mesmo entre os novos moradores a casa elevada é uma precaução necessária, pois, como diz um morador desta área, “quem me garante que não vai ter cheia de novo”.

Nos dias de chuva, nos meses de inverno, me lembrava das histórias sobre as enchentes ocorridas na localidade. Em um destes dias de céu nublado, quando estava registrando algumas cenas com a máquina fotográfica, fui surpreendido pelos pingos de água que começavam a cair. Minha única solução foi pedir abrigo na casa de uma moradora, que já havia conversado dias antes no Posto de Saúde, mas nunca tinha tido a oportunidade de visitar sua residência. Para poder entrar precisei me abaixar, caso contrário bateria a cabeça no marco da porta. No interior da casa, contei cinco pessoas além de Dona Carla: três homens de meia idade, que aproveitavam o dia chuvoso para tramar couro e fazer laços, chibatas ou chaveiros, que seriam revendidos posteriormente no centro da cidade; e mais duas crianças pequenas, que fitavam a chuva lá fora. Com o sibilo do vento, a casa sacudia,

causando a impressão de que a qualquer momento o teto poderia tombar sobre nossas cabeças. Por um tempo, ainda tentei desviar dos pingos que teimavam em cair em minhas costas. Depois de tentar e não conseguir encontrar uma posição mais confortável, me resignei às circunstâncias e não desviei mais. O cheiro da fumaça envolvia todo o recinto, proveniente do fogão a lenha em que dona Carla preparava a refeição do almoço. Deduzi que a chaminé devia estar entupida, pois a fumaça não ganhava altura e descia intoxicando a todos no recinto.

Em outros trechos da área que compõe a *baixa*, a disposição das casas ao longo das ruas acompanha um ordenamento próprio, não raramente me perdi em meio a becos e vielas. Neste trecho da área, predominam terrenos com mais de uma casa: são *puxados* destinados a acolher parentes de longe ou filhos que casaram e não têm onde morar. As casas aí existentes são construídas sobre um solo há pouco tempo aterrado. Segundo relatos dos moradores, até um ano atrás está área, que ainda hoje recebe novos ocupantes, fazia parte da rota de despejo dos caminhões de “Tele-Entulho”, que recolhem o resto das construções da cidade e depositavam na vila. Este fluxo de novos ocupantes tem se situado num beco, “o Beco da Landa”.³⁴ Trata-se de uma área que concentra parte das famílias mais carentes da localidade. São famílias que trabalham com material reciclado. Durante o dia, saem pela cidade com seus carrinhos a recolher papelão, garrafas *pet* e latas de alumínio. Ao final do dia, utilizam o pátio de suas casas para separar os materiais, que serão vendidos posteriormente para uma empresa de reciclagem que busca o material no local.

Em face disso, as imediações das casas estão repletas das sobras de material que foram descartados para venda. Mesmo num ambiente assim, a área da casa das famílias permanece investida de positividade. O lar, dentro das possibilidades estabelecidas pela precariedade das condições de seus moradores, é valorizado e preservado de alguma maneira, como, por exemplo, num pedaço de papelão afixado na frente da cerca do pátio de uma dessas casas dizendo: “Seja educado, não suje o pátio alheio”.

³⁴ Esta área é assim chamada, pois a agente comunitária de saúde que atende os moradores do beco tem o nome de Lolanda, devido a isto, ficou carinhosamente conhecido na região como o “Beco da Landa”.

Em termos da sua urbanização, com exceção do “Beco da Landa”, as demais ruas apresentam uma organização similar àquela encontrada na *alta*, posto que as ruas calçadas do início da vila cortam toda a extensão da localidade, sendo as artérias principais pela qual a população costuma transitar. Já as ruas vicinais, são ruas de chão-batido, com saneamento básico em precárias condições. Em dias de chuva forte, algumas ruas mais próximas ao córrego ou com a falta de um arruamento eficiente, acabam alagando em certos trechos.

Em termos de ocupação, os moradores da localidade são constituídos por trabalhadores da construção civil, empregadas domésticas, seguranças noturnos, aposentados, empregados das olarias e desempregados. Se levarmos em conta o investimento que as residências dispõem, é possível deduzir que os níveis de consumo são extremamente baixos. Algumas famílias, inclusive, precisam contar com o auxílio da Pastoral da Criança, que distribui mantimentos entre aquelas mais necessitadas.



Figura 6: Rua Valdir C. da Costa, visão da parte baixa da Vila Urlândia



Figura 7: Dia de visita domiciliar nas casas do “Beco da Landa”

3.4 A Vila Urlândia vista do ponto de vista externo

A partir da classificação social de seus moradores como membros residentes numa área marginalizada da cidade santa-mariense, a vila, no seu conjunto, ficou estigmatizada como um lugar violento, perigoso. Além disso, a posição geográfica da Vila Urlândia, em seu sentido centro-vila, tem na BR – 287 um marco limitador que catalisa a idéia de “outra realidade”. A existência deste componente visual contribuiu para solidificar a imagem da localidade como um lugar separado do resto da cidade, na medida em que instituiu uma descontinuidade física entre os espaços.

Contudo, as razões que justificam tal visão pejorativa sobre a vila e seus moradores não se baseiam apenas em elementos “objetivos” relacionados à sua localização geográfica. Para além deste fato, recai sobre a área estudada uma imagem fundada em um conjunto de fatos ocorridos na região e que contribuíram para sua identificação como área violenta. Tais fatos aparecem nos seguintes depoimentos:

Por 1976, 77 ou 78 uma coisa assim. Ai uma duas e três e dava esses troços assim. Era tiro, tinha muito. Como é que se diz, tinha uns caras muito famosos ai que

brigavam, esfaqueavam os caras e surravam. Daí depois foram ficando velhos, eram uns caras de idade aí foi terminando. Parou um pouco terminou na Urlândia, foi para outra vila. Daí de uns anos para cá, uns quatro ou cinco anos começou essa gurizada aí para baixo. Veio a nova fase. Mas no mais é maconha e assalto, fumam e daí assaltam a casa dos outros. (Maria, moradora há 19 anos na parte *baixa* da vila)

No principio, como te disse aqui era um fundão tinha mato, tinha banhado, difícil acesso não tinha nem ônibus e tal. Então ocorreu uma época que muitas pessoas mal intencionadas, vamos dizer assim, marginalizadas que estavam à margem da lei; o pessoal veio buscar refugio na Vila Urlândia, era um lugar que a polícia não vinha e tal, então ocorreu isso. E ocorreu também que muitas pessoas marginalizadas pela sociedade virem para cá. Era o cara que não tinha dinheiro para pagar aluguel ou que morava na rua ou que veio de uma outra cidade e tal, ou seja, o cara que era marginalizado pela sociedade, não tinha um bom emprego não tinha condições, o cara veio morar na Vila Urlândia. Então a Vila Urlândia foi sendo discriminada por isso. Pela questão de discriminação da lei e da sociedade, muito mais da sociedade do que da lei (...) Por tudo isso, começou a ocorrer essa marginalização, disserem “ah, o cara vem lá da Urlândia”. Aconteceu alguns assaltos antigamente, mortes memoráveis, vamos dizer assim, de grande repercussão e ficou impregnado isso na sociedade (Carlos, moradora há 25 anos na parte *baixa* da vila).

A expressão “mortes memoráveis”, utilizada pelo entrevistado, mostra um pouco do ambiente social presente no interior da vila. Dado que a localidade está situada numa área afastada do centro da cidade, cercada por um campo do Exército e pelas demais vilas que compõem o Bairro Urlândia, o processo de fuga das pessoas que cometiam algum delito seria facilitada, pois poderiam encontrar esconderijo “no meio do mato” ou buscar refúgio em outra vila.

O somatório destes fatos ajudou a instituir uma imagem da Vila Urlândia marcada pelo preconceito que, devido ao reforço contínuo através dos comentários e do tratamento dado pelos meios de comunicação da cidade, se transformou em estigma social do grupo. Deste modo, a localidade concentra um conjunto de características materiais e simbólicas percebidas como negativas como aparece retratado em reportagem do jornal local. (**ver anexo**).

3.5 Mostre respeito, senão...

Dentro da Vila Urlândia, existe atualmente uma compreensão socialmente estabelecida de que os responsáveis pelos assaltos e roubos ao patrimônio dos moradores são causados pelos membros do “grupo de jovens”, que ficam nas esquinas ou imediações da entrada da vila. A maioria dos jovens é menor de

dezoito anos, sendo, em sua maioria, estudantes da escola local. Embora não se tenha indício suficiente para afirmar em que *pedaço* da vila residam, socialmente são identificados como moradores das imediações do “Beco da Landa”.

Assim, os moradores da parte *alta* da Vila Urlândia identificam nos moradores da parte *baixa* as pessoas responsáveis pelos problemas da vila, pois “se não são os pais, são seus filhos”. Assim, vão considerar os moradores mais empobrecidos economicamente como os responsáveis pelos delitos reforçando a idéia da necessidade de evitar o contato com os moradores inferiores, pois o contato mais estreito pode trazer problemas como o roubo de sua casa.

Mas, na mesma medida que os moradores da *alta* conseguem instituir uma diferenciação no âmbito local, são alvo de manifestações de descontentamento daqueles assim estigmatizados. Tal descontentamento tem nas formas de violência contra o patrimônio uma de suas expressões mais destacáveis.

houve um tempo que disseram “vamos entrar em todas as ruas da Agostinho Scolari”. Eles fazem, o projeto deles, o plano deles é entrar em todas as casas da Agostinho Scolari. Eles vão de dia, vão de noite e as pessoas saem, eles cuidam. Saem para roubar. Esses dias nós saímos, eu e a (...), eles estavam na esquina, cuidaram não deu quinze minutos de nós termos saído e estavam roubando a casa. Porque eu tenho duas casas, da frente e a do fundo, então só nós morávamos. Morávamos na casa do fundo, a da frente estava vazia ai telefonaram avisando que estavam assaltando a casa do fundo. (Antonia, moradora há 38 anos na parte *alta* da vila).

A violência dirigida contra os moradores melhor posicionados na hierarquia local pode ser compreendida, em parte, como uma forma limite de contestação daquela hierarquia, indicando um descontentamento com a estrutura de relações estabelecida na vila. Assim, os agentes sociais que praticam o roubo estão, em certa medida, informando ao grupo “distinto” que o preço da diferenciação é virar uma vítima potencial. Não quero, contudo, estabelecer uma relação causal entre desprestígio e roubo, mas sim indicar que a instituição de uma representação dos membros da *alta* como membros distintos por possuírem determinados atributos e recursos considerados “valiosos”, em certa medida, acaba por torná-los um grupo potencialmente vulnerável às ações violentas dos despossuídos de tais atributos e recursos.

Contrariando a idéia romântica, de que só se rouba dos ricos e de que existe uma solidariedade entre os grupos de camadas pobres, a realidade da Vila Urlândia

vai mostrar que o critério definidor de quem será roubado ou não está, em parte, assentado na noção do “ter respeito”, do “saber conviver”. Assim, o morador da parte *alta* deve mostrar que possui “respeito” com os moradores inferiores, caso contrário, vai ser convertido numa vítima.

tu pega um determinado cidadão que mora na Vila Urlândia e faz de conta que mora no edifício Taperinha³⁵. Além da antipatia da comunidade, primeira coisa que se consolida, com certeza com esse cara que vão ocorrer os problemas, com ele que vão brigar, vão jogar uma pedra na casa e tal. Infelizmente há isso aí, certas pessoas como te disse, pensa que mora no edifício Taperinha, nada contra as pessoas que moram no edifício Taperinha, só estou querendo dizer que no Taperinha é uma realidade diferente, lá o cara mora num apartamento, é diferente as realidades. Aqui é diferente, temos pátios abertos, convivo com vizinho. (...) Tu tem que saber conviver com as diferenças, muito mais do que se tu mora num apartamento onde tu te fecha e não convive com ninguém. E aí há, sem sombra de dúvida, a versão do restante, sem sombra de dúvida (...) passa na frente da casa do cara “há esse fulano aqui te mete a ricão, não sei o que” atira uma pedra na casa do cara. Quer dizer, isso acontece o cara não vai conseguir conviver. (Carlos, morador há 25 anos na parte *baixa* da vila).

Assim, no contexto da Vila Urlândia, a prática da violência assume um sentido que não se limita à busca de determinados bens materiais. Além disto, que não pode ser negado, ocorre também uma espécie de “punição” àquelas pessoas que são identificadas com sendo, em parte, responsáveis pela situação de inferioridade dos moradores da parte *baixa*. Deste modo, seriam pessoas que “merecem sofrer” o roubo, pois tentam ser diferentes.

Entre as pessoas com quem conversei, localizadas na área reconhecida como “rica”, a referência a episódios de assaltos a suas residências ou a pedestres foi recorrente. Ao passo que, entre os moradores da área estigmatizada, os relatos não apresentaram a mesma carga dramática, embora não se furtassem em dizer que também existe roubos nesta área. Como salienta uma entrevistada da parte *baixa*: “Aqui eles não saem, é o contrário. Ao invés deles respeitarem o pessoal daqui e irem roubar longe, de quem tem dinheiro lá para longe. Eles roubam aqui, roubam aqui dentro da vila” (Maria, 19 anos moradora da Vila).

Um aspecto, dos discursos sobre as práticas de roubo, que apresenta variações refere-se aos argumentos que os moradores usam para explicar tais

³⁵ O edifício Taperinha está localizado no centro da cidade de Santa Maria, por muitos anos permaneceu com a imagem social de ser um local habitado por membros da elite econômica santamariense. Embora tal posição de destaque tenha declinado atualmente, a referência ao edifício como local valorizado socialmente permanece forte.

práticas. De modo geral, têm-se dois argumentos. O primeiro, vocalizado em grande medida pelos moradores da *alta*, afirma categoricamente serem os “de lá de baixo os responsáveis”, pois

Tu tem que ver, não dá para ficar em frente de casa tomando chimarrão com o som ligado que eles já passam cuidando para depois roubar. Esse pessoal ai de baixo é complicado, é tudo ladrão na maioria. (Silvia, moradora há 55 na parte *alta* da vila).

O segundo argumento, defendido pelo restante dos moradores da *alta* e pelos da *baixa*, percebe o roubo as casas como um desdobramento de uma realidade mais abrangente, que contempla toda sociedade brasileira, indicando que o problema não seria uma exclusividade da Vila Urlândia. Segundo uma entrevistada, “Violência tem em todo lugar, aqui não é diferente. Se tu for ao centro também pode ser assaltando. O negócio é tomar cuidado e entregar para Deus”(Marilene, 6 anos moradora da Vila).

A sensação de insegurança que os moradores da parte *alta* relatam, num primeiro momento, poderia originar entre seus vizinhos um sentimento de solidariedade entre vizinhos contra os “ladrões”. Contudo, as entrevistas mostraram que a busca pela segurança do patrimônio deve ocorrer no plano individual. Cada família é responsável pela defesa de seu patrimônio, não cabe aos demais esta atribuição. Por isso, cada morador precisa acionar medidas de proteção como segurança privada, alarme, muros altos, vigilante noturno, sensores de movimento e, quando necessitam se ausentar por um período de tempo mais longo deixam um caseiro tomando conta da residência como medida de precaução.

As motivações que gravitam nas justificativas da não responsabilização dos vizinhos pela casa dos outros não decorre de um individualismo puro e simples, acontece que o medo de ser visto como um delator de “algo que não te diz respeito” pode trazer sérios riscos a família.

Quando não arrombam depois de pronta, arrombam antes. No caso está amarela aqui, arrombaram quando estava só a pecinha, levaram tudo. Alguns vêm, mas não gostam de comentar não falam para não... preferem ficar na dele. Se falam, tem que testemunhar com vão falar de algo que acham. Então preferem não dizer nada, embora saibam. (Antonia, moradora há 38 na parte *alta* da vila).

Assim, a intervenção no “problema dos outros” pode trazer problemas à pessoa que o fizer. Um caso interessante mostrando os preceitos tácitos desta

relação apareceu no relato de uma entrevistada sobre um incidente protagonizado por seu filho. O rapaz, ao passar em frente da casa de um vizinho, avistou duas pessoas estranhas espreitando a residência. O proprietário, no momento, estava na parte interna da casa e, na parte externa, seu carro estava estacionado. Poucos instantes depois, o rapaz vê os “ladrões” sinalizando como quem se prepara para arrombar o carro. Enquanto vai alertar o proprietário sobre o perigo que estava correndo, os “ladrões” vão embora. Dias depois disso: “O Mano fui buscar duas cervejas ali na esquina e atacaram ele, pegaram as garrafas e deram um tapa nele e ficou por isso. A troco de nada quebraram as garrafas. Disseram para ele não se meter nas coisa dos outros.”(Antonia, 38 anos moradora da Vila).

Deste episódio, pelo menos dois indícios podem ser constatados. Primeiro que o roubo, em certo sentido, é aceito como quase inevitável: “Eu ainda sou privilegiada porque aqui ainda não bateram o ladrão” (Eneida, moradora há 10 anos na parte *alta* da vila). Sendo que a única coisa para tentar evitar é mostrar ter respeito e saber conviver com as regras de condutas exigidas: cumprimentar quando for “encarado”, não ficar “se exibindo” mostrando os bens que dispõem e quando solicitado ajudar com dinheiro ou comida.

Em segundo lugar, existe um obstáculo interposto impedindo aos moradores de fazer as denúncias seja pelo risco à integridade física que isto possa envolver, como também, pelo descrédito na eficiência da polícia em solucionar definitivamente a situação.

Agora a pouco tempo, ai para baixo, arrombaram, ainda bem que o irmão do dono da casa viu na hora chamou a polícia e atacaram os caras. Ai conseguiram, pegaram televisão, aparelho de som, só não pegaram... Dali uma semana na mesma rua ali em cima levaram a televisão, o vídeo-cassete e não sei o que mais os mesmos caras que tinham sido presos, quando não foi dois três dias tinham sido largados. Ai é brabo (Maria, moradora há 19 anos na parte *baixa* da vila).

Existe, dessa forma, uma relação velada entre os grupos de moradores da Vila Urlândia, onde o roubo estabelece um vínculo entre os grupos mostrando que os moradores estão vulneráveis. Caso alguém tente romper a relação denunciando, a violência física se apresenta como dispositivo disciplinador. Assim, devido à delicada trama presente na vila, talvez tenha sido por isso que foi tão delicado discutir o tema da violência durante as conversas e, principalmente nas entrevistas gravadas onde “minha fala fica guardada”.

Frente a isto, alguns moradores da Vila Urlândia, como forma de contraposição à marginalização que lhes é imposta, desenvolveram estratégias de afastamento simbólico em relação àquilo que é visto como negativo na vila, no sentido de poderem, assim, se apresentar socialmente numa posição menos inferiorizada.

No capítulo subsequente apresento as razões pelas quais alguns moradores, em posição socialmente favorecida, produzem argumentos estereotipados que explicam as diferenças internas como diferenças na “qualidade moral” das pessoas que moram na vila. Sua fala tenta, desta forma, tornar manifesto para si mesmos e para os outros moradores a sua existência como grupo conhecido e reconhecido como distinto e, especialmente, superior. Na tentativa de se afastarem deste estigma social, identificam os moradores da *baixa* como responsáveis por seus estigmas, utilizando, para isso, um discurso performático (Bourdieu: 2004) que tenta construir e legitimar uma nova definição da realidade na vila, que rompa com a homogeneização imposta pelo processo de estigmatização e institua uma nova representação na qual a Vila Urlândia configure não uma, mas duas “realidades”.

4. AS ESTRATÉGIAS INTERNAS DE ESTIGMATIZAÇÃO NA VILA URLÂNDIA

Nos capítulos anteriores, vimos que os moradores das cidades estão situados geográfica e socialmente dentro de uma demarcação espacial e social que estabelece uma hierarquização das áreas e de seus moradores. Dentro deste campo de poder, as localidades identificadas como centro e periferia vão se inserir num jogo estruturado a partir das diferentes posições de seus ocupantes. A argumentação desenvolvido até o momento dedicou-se a apresentar um conjunto articulado de hipóteses com vistas à caracterização deste campo de disputa tal como encontrado na Vila Urlândia. Neste Capítulo, procuro mostrar como, no interior da vila, se desenvolve um conjunto de práticas e representações sociais que engendram diferenças entre seus membros, a partir de preconceitos morais.

4.1 Estratégias de fuga do estigma

Na realização do estudo, tive condições de visualizar várias representações que os moradores constroem para estruturar o espaço de sociabilidade dentro da Vila Urlândia. Em face disto, as relações estabelecidas entre os membros deste contexto podem ser divididas em dois níveis. O primeiro, corresponde à imagem existente no tecido urbano da cidade de Santa Maria, que tende a separar os indivíduos conforme os recursos econômicos que dispõem. Como visto no capítulo anterior, dentro deste campo de relações hierárquicas, os habitantes da Vila Urlândia estão localizados num “lugar” considerado inferior com relação ao restante de Santa Maria, numa posição que é traduzida pelo estigma que carregam. O segundo nível diz respeito aos desdobramentos que este “lugar” inferior assume dentro do contexto local, pois a presença de indivíduos vindos de movimentos de ocupação diferentes, localizados em áreas dotadas de características estruturais específicas e com históricos de consolidação das residências em tonalidades singulares, vai possibilitar o desenvolvimento de um campo de disputa que (re)produz, agora ao nível local, uma hierarquia entre seus membros.

Embora todos os moradores da Vila Urlândia enfrentem o estigma de morar numa área considera desprestigiada, certos moradores procuram superar o estigma

através da instituição da separação dos habitantes em dois grupos: os moradores da *alta* e os moradores da *baixa*. Simbólica e materialmente, essa estratégia opera com várias nuances, pois estabelece uma forma de distinção, uma descontinuidade dentro da vila. Por meio destas duas categorias – *alta* e *baixa* –, forma-se um conjunto de representações que engendram uma ordem de valores entre os grupos. Ou seja, as expressões categoriais *alta* e *baixa* exprimem duas sub-áreas e dois grupos de moradores dotadas de sentidos diferenciados. Entretanto, o emprego das categorias *alta* e *baixa*, ainda assim, não encontra um sentido único entre os moradores, pois mesmo na área considerada *alta* não existe em torno de si um consenso sobre qual sua abrangência. Ao contrário, cada morador molda os limites de acordo com o conjunto de informações, interpretações e sentidos que deseja atribuir à expressão demarcadora. Assim, a atitude de inclusão e exclusão das pessoas obedece a critérios muito mais sociais do que geográficos. Neste sentido, o prestígio ou o estigma que a pessoa possui vai depender das relações que os indivíduos estabelecem no interior da Vila Urlândia.

Elias e Scotson (2000) falam de uma sociodinâmica da estigmatização. No contexto que estudaram, a possibilidade de um grupo afixar em outro um estigma de inferioridade humana e fazê-lo prevalecer seria uma decorrência da relação que os dois grupos estabeleciam entre si. No caso da Vila Urlândia, os termos que catalizam o prestígio e o estigma são, respectivamente, *alta* e *baixa*. Logo, o morador que deseja estar investido de prestígio vai se identificar como morador da *alta*. Cabe lembrar, ainda, que o emprego do estigma utilizado no plano individual tem seu sentido galvanizado socialmente, pois sua percepção obedece a preceitos vinculados ao nível do grupo, assim,

Em Winston Parva, como em outros lugares, viam-se membros de um grupo estigmatizando os de outro, não por suas qualidades individuais como pessoas, mas por eles pertencerem a um grupo coletivamente considerado diferente e inferior ao próprio grupo.(...) Ela só pode ser encontrada ao se considerar a figuração formada pelos dois (ou mais) grupos implicados ou, em outras palavras, a natureza de sua interdependência. (ELIAS, SCOTSON,2000:23)

No estudo dos autores citados, o tempo é um fator objetivo que estrutura a hierarquia local. Seu emprego centra as diferenças entre o grupo antigo (estabelecidos) e o novo (moradores dos bairros recentes) de modo a estabelecer as marcas de estigmatização moral que o grupo recente sofre. Entretanto, no caso

da Vila Urlândia, o fator tempo de moradia não é o único e, mesmo, o principal fator de diferenciação social do grupo. Mas, nos dois casos, a diferenciação se constrói principalmente através da imposição de juízos morais que prestigiam alguns e desqualificam outros.

Há uma tentativa dos moradores que se consideram “superiores” se afastarem de todos os atributos sociais identificados como pertencentes aos grupos considerados inferiores. Por meio disto, revelam uma situação na qual do simples preconceito passa-se para a discriminação e desta para a estigmatização. Logo, alguns moradores da Vila Urlândia desejam *encobrir* (Goffman: 1978) que são moradores de uma área considerada degradada. A forma que vão encontrar para reforçar sua condição distinta é a reafirmação de que pertencem a um grupo à parte dentro desta vila. Assim, a aparente unidade geográfica da vila, observada pelo olhar externo, vai ser codificada internamente em diferentes posições que os indivíduos vão ocupar.

Assim, o contexto da Vila Urlândia retrata um campo de disputas que coloca, de um lado, os moradores que se consideram superiores e, de outro, os moradores considerados inferiores. Esta forma de organizar a vida no interior da vila vai originar processos de instituição da estigmatização e da distinção entre os moradores da localidade. Conforme a posse de determinados recursos e relações, que se expressam espacialmente na localização em determinadas partes da vila, o indivíduo vai ser reconhecido como dotado de prestígio ou de um estigma. Logo, o ponto central do estudo é identificar de que modo operam estes recursos e relações nos processos de diferenciação presentes na Vila Urlândia.

4.2 Disjunção da “comunidade”

Como visto, dentro da compreensão social existente na cidade de Santa Maria, ser morador da Vila Urlândia corresponde a uma condição social inferior. Assim, os moradores que podem se distanciar simbolicamente deste estigma tentam fazê-lo, mas não por uma estratégia de confrontação do estigma e sim por uma busca de redirecionamento do mesmo para outras pessoas. Através de práticas diversas, produzem um processo de distinção entre os moradores da vila, operando uma projeção do estigma aos moradores considerados inferiores. Esta

delimitação de um espaço de diferenças implica na conformação de uma hierarquia interna, que reflete e reproduz eixos de identificação e de distinção entre seus moradores. Como num espelho invertido, a identificação distintiva com o vizinho serve de parâmetro para os esforços de posicionar-se no mundo de uma forma depreciada.

Trata-se de uma construção que é feita a partir da ruptura com a noção de “comunidade”. Percebe-se, na Vila Urlândia, um processo de diferenciação que rompe com a idéia de relações do tipo comunitárias, nas quais todos os indivíduos compartilhariam, de forma mais ou menos igualitária, o mesmo campo de relações sociais. Ao contrário, institui-se uma clivagem social a partir de alguns atributos definidos como marcas distintivas de diferenciação. A infra-estrutura urbana das ruas, a presença da capela e da escola, a criação de uma entidade de representação, entre outros aspectos, marcam a *alta* como área detentora do prestígio social local. No extremo dessa relação, é projetado todo um conjunto de características desqualificantes aos “outros” ocupantes da vila, fazendo com que fatos isolados sejam hiperdimensionados e representados como características indelévels de todos os moradores da *baixa*.

Ao agirem assim, os moradores da *alta* expressam reações preconceituosas e procuram se afastar dos locais de convivência social. Deste modo, há uma desvalorização dos espaços das ruas como local da interação social dos moradores. Comparando as posturas adotadas nas duas sub-áreas da Vila Urlândia, notei uma diferença de tratamento do espaço público: enquanto os moradores da *alta* faziam questão de que nossas conversas e entrevistas ocorressem no interior das residências – espaço privado- os moradores da *baixa* não se importavam que fossem na frente ou no pátio de suas residências. Isto porque, os moradores da *alta* compreendiam o espaço público das ruas da vila como um espaço de passagem, de deslocamento das pessoas, não seria um lugar para as pessoas ficarem conversando, pois posturas como esta poderiam ser interpretadas como “coisa de quem não tem o que fazer” e, seus moradores se consideravam pessoas “que tinham mais o que fazer” do que “ficar jogando conversa fora pelas ruas”. Já entre os moradores da *baixa*, a exposição pública reforçava a condição de morador que mantém relações mais comunitárias, onde a rua é, em certa medida, uma extensão da casa.

Em face disso, tem-se uma trama social que converte o espaço da rua como mais um atributo que diferencia o comportamento dos moradores da vila. Onde atitudes consideradas comunitárias são vistas, pelos moradores que querem se diferenciar, como uma atitude que não deve ser adotada, pois caracteriza “coisa de vileiro”: “Não sou de ficar conversando na porta de casa. Isso para mim é coisa de quem não tem o que fazer”. (Joana, 46 anos moradora da vila, parte *alta*).

Além disso, cada *pedaço* desenvolve determinadas práticas e vínculos, verdadeiros sinais de reconhecimento dos membros de cada grupo, de forma que seja possível definir quem é e quem não é membro do “pedaço”. Assim, as expressões *alta* e *baixa* são marcadas por tipos distintos de indivíduos dentro de dicotomia “nós”, os distintos, e os “outros”, onde estes “outros” são sempre os responsáveis pelo estigma da vila. Deste modo, por exemplo, os moradores da *alta*, ao avistarem um homem desconhecido transitando pela rua numa segunda-feira vão afirmar que só pode ser morador “ai de baixo” ou então “deve ser morador novo”, porque os homens da *alta* neste momento estão fora de casa, trabalhando. Ou seja, a identificação de um “nós” se define relacionalmente e por contraste a um “outro”, assim “nós” somos os trabalhadores, temos o que fazer, os “outros” ficam perambulando pelas ruas, sem uma ocupação fixa. Este tipo de identificação vai oferecer certos parâmetros para o reconhecimento do que é considerado valorizável em termos de prestígio e estigma.

Embora este “outro” nunca apareça nomeado, nunca é alguém específico, será alguém que entre sussurros e sinais de braços sinalizando uma direção ganha um lugar, ganha vida. Aparece, por exemplo, em referências negativas sobre “ali em baixo”, pois “depois que eles vieram tudo ficou ruim”. Estas expressões indicam que os “outros” são membros da *baixa*, o grupo de indivíduos posicionados num espaço de inferioridade dentro da estrutura da vila. O peso do local onde moram afeta a avaliação de onde estão inseridos, tanto que os moradores da *alta* sempre evidenciavam sua condição de “moradores da parte boa”, pois “lá embaixo, a coisa é diferente”. Demonstrando estarem contentes em morar na *alta*, seus moradores não se furtavam em reafirmar recorrentemente que “ali” era diferente do “pessoal lá de baixo”. Tanto que, frequentemente, procuravam chamar a atenção para essa distinção usando expressões como: “a metade melhor”, dotada “das famílias mais estruturadas”, “de gente boa, de bem”.

4.3 A Urlândia não é uma coisa só

As diferenças estruturais presentes nas duas sub-áreas, servem de critério “objetivo” para instituir a separação na localidade. Este tipo de evidência aparece descrito através de expressões do tipo: “é só tu caminhar pela Urlândia que vai ver que são realidades diferentes”. Contudo, além da presença desse atributo, os moradores da *alta* executam a tática de enfrentamento do “outro”, por meio da imposição e naturalização de determinados atributos morais. Os moradores da *alta* realizam uma oposição entre as regiões, na qual se colocam positivamente em contraposição aos da *baixa*. Desse modo, temos um conjunto de critérios de distinção que os membros do grupo de prestígio estabelecem e valoriza.

Construção moralizante dos moradores da *alta* para com os moradores da *baixa*

Pares de Oposição		
<i>Urlândia Alta</i>	X	<i>Urlândia Baixa</i>
Antigos	X	Novos
Trabalhador	X	Carente
Proprietário	X	Ocupante/Invasor
Ricos	X	Pobre

Dentro desta teia de significados, através da construção de si contraposta ao estereótipo do outro, os moradores da *alta* tornam seu discurso implacável no sentido de se colocarem moralmente como superiores. Por mais que se reconheçam como pessoas com limitações financeiras, motivo pelo qual residem na vila, o fato de terem uma situação de trabalho e condições de moradia relativamente boas se constitui não apenas em um capital econômico, mas, também, em um capital simbólico perante seus vizinhos, que “não tem emprego fixo e por isso tem que ocupar as áreas dos outros”. Deste modo, se comparados aos moradores dos bairros mais centrais da cidade, os moradores da *alta* se consideram pobres, mas são “ricos” no interior da vila, em virtude do tipo de relação que estabelecem com os moradores da *baixa*.

O que se observa, então, é a produção de juízos moralizantes entre aqueles que têm “mais” e os que têm “menos”, não apenas recursos econômicos, mas também morais. Isso porque as distinções num grupo social considerado como igual, por serem sutis, para existirem precisam estar nitidamente demarcadas através de categorias morais (Sarti: 1996).

chegavam aqui não tinham estudo e acabavam se concentrando na cidade, não tinham uma profissão, não tinham um estudo, a maioria não tem formação, pouca formação e acabavam se aglomerando naquela área lá de baixo. É uma área precária, onde as pessoas que lá estão de fato têm uma grande necessidade **econômica, cultural e de formação** (...) é uma grande diferença entre a “Urlândia baixa” e o pessoal lá de cima. (Padre responsável pelo catequismo na Capela São Carlos)

Dentro destas classificações, está embutida uma linguagem utilizada para descrever e apreender o campo de disputas instaurados na Vila Urlândia. Quando empregadas, as falas ouvidas em campo sempre eram acompanhadas por adjetivos qualificadores de ambos os lados: de um lado, “os mais ricos”, “os melhores” e, do outro lado, “aqueles que querem se diferenciar de nós”. Como se percebe, os moradores da *alta* se consideram moralmente superiores aos moradores da *baixa* dentro desta relação hierarquizada. Enfatizam qualidades como dignidade, limpeza, sua condição de proprietários dos lotes, enquanto seus vizinhos por serem homogeneamente percebidos como ocupantes/invasores estão em posição inferior.

O trabalho dos moradores da *alta* de buscar a “distinção” no interior da vila caminha no sentido de um afastamento dos atributos considerados socialmente como pertencentes aos moradores desta localidade de periferia da cidade de Santa Maria e, conseqüentemente, direcionam o olhar a certos traços como se fossem marcas do estigma *desacreditável* (Goffman: 1978) dos moradores da *baixa*. A “imperfeição” dos moradores inferiores é trabalhada pelos moradores superiores no sentido de apresentar os atributos opostos aos seus como “características” dos moradores da *baixa*, de maneira a desacreditar seus residentes e, com isso, alcançar uma posição distinta. Assim, retratam seus vizinhos como a cristalização de tudo aquilo de que querem se afastar e, devido à sua superioridade na hierarquia de poder constituída nas relações entre os moradores da vila, conseguem manipular o estigma, e com isso, se apresentar socialmente como detentores de prestígio.

Deste modo, produzem um discurso no qual se representam com prestígio social. Apontam sua condição de moradores bem localizados no interior da vila, dotados de uma infra-estrutura melhor distribuída, se consideram como sendo pessoas com responsabilidade e que tem uma ocupação definida, não andam nas ruas “fuxicando a vida dos outros”.

Nem na casa de meus vizinhos eu vivo indo. Prefiro ficar em casa (...) Fecho a casa e vou dormir é melhor que andar nas casas colhendo coisas na casa dos outros como faz o pessoal ai de baixo. (Antonia, 38 anos moradora na para *Alta* da vila).

A postura de construção do prestígio social dos moradores da *alta*, aparece evidenciado por meio da fala de seus moradores que destacam os diferentes “tipos” de moradores existentes no interior da Vila Urlândia. O campo de distinções que estou identificando existir na localidade se expressa, mais claramente, no depoimento de uma moradora da *alta* registrado no caderno de anotações de campo:

Olha ali, tá vendo! É desse tipo de coisa que tava te falando [aponta em direção a um senhor que puxa um carrinho repleto de papel e material para reciclar em direção à parte baixa da vila], esse **tipo de pessoa** tu não vê morando aqui. É tudo lá de baixo, aqui em cima mora gente que tem trabalho, que não precisa se sujeitar a isso. O problema é que eles ficam passando sempre aqui.

Em relação a esta passagem transcrita, pode-se fazer duas interpretações no sentido de demonstrar como as estratégias de distinção existentes no interior da Vila Urlândia estabelecem uma relação estigmatizante. Em primeiro lugar, a moradora, ao utilizar a expressão “tipo de pessoa”, reforça a idéia da existência de categoria diferenciada de indivíduos que moraria na parte inferior da vila. Seriam pessoas sem emprego formal, que precisam recolher os materiais que a população da cidade de Santa Maria considera lixo para vender como material reciclável, dotada de baixo poder aquisitivo e, por isso, moradora da parte baixa da vila.

Em segundo lugar, este depoimento mostra o quanto a convivência com este “tipo de pessoa” é algo desagradável para aqueles que se consideram não apenas diferentes, mas melhores. Sua presença faz o morador da *alta* lembrar que mora numa vila estigmatizada, reforçando os atributos negativos que os moradores de

Santa Maria projetam sobre a vila, isto é, uma área da cidade no qual residem indivíduos pobres e perigosos.

Os moradores da *baixa* estão envolvidos, assim, num duplo processo de estigmatização: primeiro são estigmatizados pela cidade, através do *estigma social impregnado* (Wacquant: 2001), pois habitam uma vila de periferia que os habitantes de Santa Maria consideram desvalorizada, no qual residem indivíduos empobrecidos; segundo, também são estigmatizados por seus vizinhos, que estabelecem distinções internas. Os moradores da *alta*, agindo assim, legitimam a estrutura que diferencia os moradores e consideram as regiões periféricas como “lugar” dotado de todo um conjunto de estereótipos que são reencenados cotidianamente. Além disso, este sistema de hierarquização promove a separação dos indivíduos no interior da vila, pois a diferença de poder existente na localidade permite a instituição de distinções entre indivíduos.

Dentro desta gramática social de produção de distinções, os moradores da *alta* se concebem como tendo ascendido socialmente, pois possuem casa própria, têm bons empregos, estão bem localizados espacialmente na vila, enfim, um conjunto de atributos que legitimam sua distinção social em relação aos seus vizinhos e, em certa medida, encobrem sua condição de morador de periferia afirmando “que moram na parte alta da vila”. Todavia, ainda que existam diferenças materiais e estruturais entre as áreas, as ruas calçadas e asfaltadas, que poderiam servir de elementos “objetivos” na tarefa de distinguir as duas áreas, perde parte de sua força como elemento distintivo na medida em que cortam toda extensão da vila. Assim, uma vez mais o elemento de descontinuidade separando as áreas é formulado segundo o interesse do morador incluir e excluir outros moradores considerados “não tão da *alta*” ou “não tão da *baixa*”.

Ainda assim, os atributos estruturais são utilizados neste campo de disputas para informar que existem diferenças entre as áreas, tal como se observa no seguinte depoimento de uma entrevistada: “tu não vê, são realidades distintas, é só tu sair na rua e ver” (Antonia, 38 anos moradora da parte *alta* da Vila).

Entretanto, interpõe-se nesta visão espacializada das diferenças um componente desagregador, pois frente a presença dos moradores da “Invasão da BR”, que estão espacialmente situados na “parte nobre” da vila, se constata o quanto as fronteiras entre os grupos são forjadas por processos de atribuição de sentido e não apenas por separações “objetivas” relacionadas à ocupação do

espaço. Por si só, o próprio termo nominativo como são descritos aqueles moradores já lança mão de critérios valorativos a respeito de seus membros: “invasores”. Além disso, os moradores da invasão estão localizados numa das ruas principais da vila. Qualquer pessoa que passe ou entre na Vila Urlândia, antes de ver as casa da *alta* enxerga a “Invasão da BR”.

Este enlace peculiar faz com que os moradores distintos se sintam posicionados entre dois grupos de moradores desprestigiados. Fonseca (2000) usa a expressão “vida em sanduíche” para retratar a experiência dos moradores de outra vila, situada em Porto Alegre, que buscam subir na escala social através da ênfase em certos atributos valorativos, expressos por suas casas ao estilo da classe média, assim como pelo isolamento progressivo das relações com seus vizinhos. Tentam, com isso, se afastar da vila e se aproximar das áreas valorizadas. No caso da Vila Urlândia, a presença de membros destoantes da imagem que os moradores da *alta* tentam produzir acaba enlaçando-os numa situação semelhante, pois tendem a se sentir cercados pela presença tão próxima de indivíduos desqualificados. Como não dispõe de recursos financeiros para adquirir um terreno numa área mais valorizada socialmente, sentem que seu prestígio foi abalado devido à presença de intrusos tão próximos.

Isso foi algo que me deixou muito chateada. Eu sei que a vida está difícil que as pessoas... Mas nós, por exemplo, há cinco anos pagamos dez mil por esse terreno. Pagou, tu desembolsou. Agora vem um pessoal e invade, tem água, luz gratuitamente, bem dizer. No meio... a eu acho que não devia. Acho que devia ser lá como foi na Santa Marta³⁶ não acho ruim porque era uma terra que estava lá mas eles vem para um local que prejudica os outros sem querer... fica tudo mais difícil ali.(...)É uma coisa complicada, tu paga imposto, dá emprego é bem difícil. Eu acho complicado, meu marido ficou revoltado, não é que a gente pensa eu posso compra o outro não pode, mas tinha que ter uma legislação, uma área para fazer um loteamento. (...) **fica ruim o visual tu vai entrar e tem aquela invasão isso que é o chato.** (Marilene, moradora há 6 anos na parte *Alta* da vila).

Este trecho de entrevista evidencia o sentimento de desprestígio que a presença dos moradores da invasão desenvolvem nos moradores da *alta* e mostra a contraposição entre o direito de alguns pelo fato de terem comprado e a falta de direito de outros pelo fato de não terem comprado a terra. Assim, ao ocuparem e, com isso, conseguirem se estabelecer em um espaço valorizado da vila, os

³⁶ O Núcleo Habitacional Cohab Santa Marta é uma área localizada em outra região da periferia de Santa Maria. Na década de 1990 sofreu um processo de ocupação semelhante ao verificado na Vila Urlândia. Devido ao número crescente de novas famílias que ocuparam a área, formou-se um novo Núcleo Habitacional denominado “Nova Santa Marta”.

“invasores” desvalorizam o esforço dos moradores “regulares” e, mais do que isto, atingem seu esforço de constituir um espaço simbolicamente superior exatamente por ser constituído por pessoas capazes de adquirir sua propriedade através dos mecanismos socialmente valorizados, no caso, o mercado imobiliário.

A perspectiva que enseja a distinção é muito mais o fato do indivíduo se apresentar socialmente como uma pessoa que não possui os atributos considerados degringatórios. Contudo, esta assertiva coloca em questão quais seriam, afinal de contas, os atributos que os moradores qualificados como possuidores de “índole duvidosa” ou, visto sob outro ângulo, quais os atributos distintivos que os moradores da *alta* detém. Como já mencionado em outras passagens, o fator de diferenciação dentro de áreas consideradas homogêneas vai se dar por intermédio de critérios valorativos. Uma das estratégias utilizadas pelos moradores da *alta* é dividir a história local em “antes” e “depois” da vinda dos novos moradores. Entre lembranças e idealizações de um tempo de outrora, um tempo mítico “onde tudo era bom”, os moradores se vêem inclinados a fixar certas diferenças:

logo que eu comprei aqui não tinha disso (...) Olha, não tinha quase ninguém, mas tu podia dormir de porta aberta que ninguém entrava. A porta aberta e ficava uma tranqüilidade **agora não tem mais tranqüilidade**. O meu filho saiu para jantar no primeiro do ano na casa da sogra, ficou uma hora e meia fora e foi o tempo de levarem o vídeo cassete dele, a televisão dele. Mas é que eles cuidaram, eles cuidam tudo. (Valtercio, morador há 39 anos na parte *alta* da vila).

A proposta por detrás deste marcos temporais é dividir a história local em dois momentos distintos. Normalmente, os moradores apresentam visões e relatos simplistas, criando caricaturas como uma reação preconceituosa direcionada aos moradores identificados com o “depois”. Ao fazerem isso, esquecem que a imagem de violência, se analisada dentro de uma série histórica, é produto de fatos ocorridos muito tempo antes da vinda dos moradores do segundo movimento. Não digo, entretanto, que outros fenômenos de insegurança não tenham ocorrido após a incorporação de novos moradores, mas o que gostaria de frisar seria a forma seletiva como os marcos “antes” e “depois” são utilizados para responsabilizar os moradores posicionados na parte *baixa*, como se fossem estes os únicos causadores dos transtornos verificados na localidade.

Além disto, em termos do tipo de laços sociais que julgam desenvolver, o trecho acima mostra que “antes” a Vila Urlândia estava marcada por relações sociais do tipo comunitárias, onde tudo era tranquilo, dava para deixar a casa sozinha, pois todos os moradores se conheciam, mas o “depois” alterou os laços sociais, desenvolveu relações do tipo societárias marcada pelo sentimento de perigo e vulnerabilidade.

A adoção de um discurso centrado nestes elementos de oposição vai ter desdobramento nas práticas cotidianas, pois os indivíduos vão organizar sua vivência local em volta deste horizonte semântico, indicando as posições ocupadas, os espaços permitidos, os constrangimentos e as dificuldades de se desvincular destes juízos. E, com base neste conjunto de visões, os moradores desenvolvem práticas cotidianas de manutenção da distinção.

Mas o que torna peculiar este quadro de oposições verificado na localidade é o fato dos moradores da *alta* não aceitarem a existência de algum tipo de exclusão por sua parte. Ao contrário, o que afirmam existir é uma “auto-exclusão” destes moradores.

Existia uma certa rivalidade, porque? Porque às vezes, não diria que pela exclusão, porque não acredito que o pessoal **aqui** de cima exclui o pessoal **lá** de baixo. Mas, às vezes, as pessoas se **auto-excluem** ou se sentem excluídas e uma pessoa quando se sente excluída às vezes parte para o outro lado, desenvolve a agressividade e assim por diante, tem muito disso (Padre, responsável pelo catequismo na Capela São Carlos).

O processo de exclusão exercido pelos moradores hierarquicamente superiores em relação aos inferiores no interior da Vila Urlândia vai se manifestar nos espaços de sociabilidade presentes na localidade. Deste modo, na seção seguinte é apresentado alguns dos espaços de sociabilidade existentes na vila onde é possível percebermos como o processo de exclusão dos moradores considerados inferiores ocorre.

4.4 Espaços de diferenciação: Capela Católica

A Capela Católica São Carlos, por muitos anos, esteve sob a direção de um pequeno grupo de moradores da *alta*, que desempenharam um papel ativo para

organização da vida religiosa da vila. A capela encontra-se numa rua central da vila, no que os moradores da vila chamam de “núcleo antigo da vila”, em área cedida pelo loteador logo no início do processo de venda dos lotes³⁷. De início, a capela congregava duas funções principais: além do ser o local das celebrações religiosas, durante os dias de semana, funcionava como escola de ensino fundamental das crianças da vila. Com o tempo, devido ao processo de aumento do número de novos moradores, as dependências da escola localizadas na capela não conseguiram suprir as necessidades, ocorrendo a falta salas de aula. Assim, a escola acaba por se transferir para outra área, localizada numa rua paralela a capela.³⁸

Por meio de várias atividades destinadas a angariar fundos para o melhoramento do templo religioso, várias alterações em sua estrutura foram executadas ao longo dos anos. Dentre as principais, destacam-se: a substituição das paredes de madeira por alvenaria; a substituição da cobertura; o cercamento da área com muro; a construção de um salão paroquial, destinado às atividades de catequese, festas de casamento, batizado, aniversário, etc. Além disso, suas dependências sempre serviram de alojamento das famílias desabrigadas pelas enchentes. Hoje em dia, seu espaço incorpora ainda outras atividades, como a pesagem das crianças, promovida pela Pastoral da Criança mensalmente, e, mais recentemente, parte de suas dependências foi alugada à prefeitura municipal para a instalação do Posto de Saúde Familiar (PSF).

Como símbolo de reconhecimento pelo empenho das famílias que iniciaram a construção da capela, encontra-se afixada na sua fachada uma placa constando os nomes das famílias que auxiliaram nas obras. São famílias dotadas ainda hoje de prestígio. Por diversas vezes, ouvi relatos contando os anos difíceis de início da capela-escola, quando os membros dessas famílias se dispunham a ir arrumar o local, ao final do dia de sexta-feira, para celebração religiosa do dia seguinte e, devotadamente, no domingo, reorganizavam tudo para servir de escola na manhã

³⁷O total da área doada foi de 28.880 m², equivalente a 8 lotes de terra (4 doadas e 4 vendidas). Uma das cláusulas do termo de doação foi que o nome do padroeiro da capela fosse São Carlos Barromeu, padroeiro de devoção da família Uhr.

³⁸Atualmente, a Vila Urlândia conta com outras denominações religiosas. Contudo, para o estudo, nos centramos na observação das atividades promovidas na Capela Católica, em função de sua vinculação histórica na localidade. Porém, cabe mencionar que estas novas igrejas e templos religiosos encontram-se situados na parte *baixa* da vila, o que permite supor que o processo de desconforto sentido pelos moradores desprestigiados possa ser um dos fatores que contribuíram para a geração de uma migração para novas religiões.

de segunda-feira. Embora algumas destas pessoas já tenham falecido, grande parte ainda permanece residindo na área. Por vezes, quando me eram relatado esses fatos, não se furtavam em apontar em direção às casas onde morava cada uma das famílias ou, ainda, onde residem seus filhos e filhas, mostrando com isso, um baixo nível de mobilidade migratória, visto que os filhos permaneciam e criavam família no mesmo lugar.

Em meio a isso, nos depoimentos, alguns moradores se queixaram da forma de atuação deste grupo de moradores na condução da capela. Disseram que estes moradores “não gostavam” que moradores “pobres” participassem em suas atividades religiosas. O descontentamento com a participação de pessoas “sem prestígio” ocorria de forma velada, através de jogos de olhares, interpretados por expressões como: “eles ficavam cuidando o seu jeito de andar” ou “a roupa que usávamos”. Por isso, conforme os depoimentos colhidos, os moradores da *baixa* não se sentiam bem em participar dos cultos religiosos.



Figura 8: Capela São Carlos

Este sentimento de desaprovação vai originar, entre os moradores da *baixa*, o pedido à direção da paróquia para que fosse edificada outra capela, localizada “mais embaixo da vila”. A solicitação foi acatada, sendo então construída a Capela Nossa Senhora de Fátima, nas imediações do “Beco da Landa”. A organização das

atividades de culto e celebração, passagem das crianças e distribuição de roupas e mantimentos às famílias da localidade esteve sob a responsabilidade de algumas voluntárias ligadas a Pastoral da Criança que residiam fora da Vila Urlândia.

Através de rede de relações que as voluntárias mantinham, conseguiam arrecadar vários mantimentos e agasalhos para distribuição entre as famílias mais carentes da localidade. Contudo, a medida que a interação com as famílias se fortalecia através da prática de doação e atividades religiosas, o grupo de moradores que não estava interessado na presença de “estranhos” no beco começa a hostilizar as voluntárias e a depredar a capela. Nos dias de culto, adotavam posturas marcando seu descontentamento com a presença das voluntárias através de música alta, algazarra na frente da capela entre outras posturas que sinalizavam seu desacordo com a movimentação que a capela estava gerando no beco e arredores.

A adoção de atitudes hostis ao trabalho voluntário executado na Capela Nossa Senhora Medianeira, acaba por catalizar, ainda mais, um conjunto de visões preconceituosas acerca dos moradores da parte *baixa*: “Ali tem uma montoeira de marginal então tu não tem sucesso para trabalhar ali. Quando tu vê estão quebrando tudo” (Eneida, moradora há 10 anos da parte *Alta* da Vila Urlândia). Assim, as pessoas da *alta* tendiam a ver os delitos promovidos por um grupo de moradores da área como sendo atitudes típicas da população inteira, “lá é tudo assim”.



Figura 9: Capela Nossa Senhora da Medianeira

A falta de pessoas responsáveis em dar andamento às atividades de Celebração dos Cultos na Capela Nossa Senhora de Fátima acabou inviabilizando sua continuidade. Atualmente, esta capela encontra-se fechada, só permanecendo com sua estrutura física.

Na realidade essa aqui de baixo não funciona, também não tem como, não teria como tu ter duas igrejas numa comunidade, mas isso já fui fruto da discriminação, ou seja, o pessoal queria ir na missa lá em cima chega lá tinha ido com uma roupa mais simples já era olhado por alguém que estava lá na época, se sentia discriminado, não se sentia a vontade para ir à missa daquele jeito. Então vamos fundar uma Capela aqui em baixo, para o nosso povo, o que é uma forma de discriminação, de autodiscriminação. (...) Se alguma época houve, e até acho que ouve uma discriminação, não existe mais isso. Por isso que acho que não tem mais razão de ser essa divisão. (Carlos, morador há 25 anos morador da parte *baixa* da vila).

Durante o transcurso da pesquisa, uma nova diretoria da Comunidade da Capela localizada na *alta* fora eleita. Sob novos coordenadores, a sensação de desconforto parece ter diminuído: “Hoje te diria que não tem mais razão de ser [as duas capelas] porque até o próprio pessoal que está na igreja católica é bem mais acessível do que algumas pessoas que estavam antigamente” (Carlos, morador há 25 anos morador da parte *baixa* da vila). Além disso, durante as atividades da Pastoral da Criança, seguido apareciam expressões que apontavam o tratamento que a nova direção tinha para com os moradores da *baixa*. Segundo relatos das voluntárias da pastoral, seriam pessoas mais interessadas em “ajudar as pessoas mais carente”, pessoas que “tinham ascendido economicamente, mas se importavam em abrir a capela a todo mundo da vila”.

O que não neutralizou, contudo, as práticas discursivas, ressaltando as qualidades diferenciadas de cada grupo através de expressões que apontavam as condições econômicas e “culturais” diferentes, isto é, enquanto o grupo de moradores identificados da *alta* é visto como dotado de recursos econômicos melhores e grau de educação elevado, os moradores da *baixa* sempre são apontados como carentes e dotados de posturas agressivas, sem educação.

Além disso, quando informava aos moradores da *alta* minha intenção de realizar entrevistas e observações com todos os moradores, como resposta obtinha certos “conselhos” sobre os cuidados que deveria ter ao transitar por determinadas ruas da parte de *baixa*. Estes conselhos me pareceram dotados de dois sentidos: por um lado, indicavam uma preocupação com minha segurança; por outro,

buscavam definir as pessoas com que deveria ou não conversar, pois julgavam desnecessário que fosse ver/conversar com os moradores “daquela área”. Segundo os moradores da alta, estes teriam muito pouco a dizer e, aquilo que porventura dissessem, com certeza não seria “coisa boa de ser ouvida”. Isto também ocorreu quando alguma das agentes comunitárias de saúde da localidade indicava as pessoas que eu deveria entrevistar. Ao mesmo tempo em que indicava os moradores que pudesse projetar aquilo que considerava uma imagem positiva da vila, sinalizava que não se deve falar com “qualquer um”.

4.5 Pastoral da Criança

Outro espaço onde foi possível perceber o processo de diferenciação dos moradores ocorreu nas atividades de pesagem executada pelas voluntárias da Pastoral da Criança, que é feita mensalmente entre as crianças menores de sete anos. Caso a criança esteja muito abaixo do peso recomendado, é distribuído um suplemento alimentar às mães. Além disso, neste dia, uma refeição é preparada e distribuída às famílias. Normalmente, o cardápio consistia num “Sopão” bem nutritivo, com ingredientes, na maioria das vezes, adquiridos por doação. O detalhe, é que poucos estabelecimentos comerciais da região colaboram com doações. Estas, na sua maior parte, vinham de fora da vila, através da rede de contatos que as voluntárias estabeleciam para este propósito. Como salienta uma entrevistada: afinal “aqui ninguém se ajuda”.

Nestes dias, era recorrente ver inúmeras mães com crianças de colo ou mesmo com idade superior a sete anos se aglomerando a espera da refeição que fervia no caldeirão. Muitas portavam consigo recipientes plásticos, pois quando sobrava alimento poderiam levar para casa um pouco mais. Durante o preparo da refeição, quando só estávamos nós a descascar e triturar os condimentos, os diálogos entabulados, vez por outra, grifavam a pobreza existente na parte *baixa*, o quanto às famílias que vinham buscar a refeição eram carentes, pobres: “se tu for ver, são todos daqui de baixo, este *tipo de pessoa* não tem aqui em cima”.



Figura 10: Dia de “Sopão” no salão paroquial

Como não existiam portas separando o refeitório da cozinha, era normal haver crianças transitando por estes dois ambientes. Por isso, logo na primeira vez em que participei da atividade do “Sopão”, fui alertado para não deixar meus pertences a mostra, pois “alguém podia roubar”. Esta forma de perceber as coisas ficou ainda mais patente numa atividade posterior, quando surgiu a suspeita de que uma das crianças teria roubado um rolo de fios de cobre que seria utilizado na instalação elétrica e encontrava-se, no momento, depositado nos fundos da cozinha. Quando deram falta do material, rapidamente uma das voluntárias lembrou que há poucos instantes atrás viu por ali um “daqueles que moram lá no beco”, afirmando que “só pode ser ele, também com a família que tem... começou cedo”.

Agindo assim, tanto as agentes de saúde quanto as demais voluntárias, adotavam ações reforçando a visão desprestigiada da parte *baixa*. Através de comentários como deste tipo, reforçam o estigma de que os moradores da área seriam moralmente inferiores.

A maioria das voluntárias é composta pelas agentes comunitárias de saúde e outras mulheres da região vinculadas à capela. Todas são residentes da Vila Urlândia, em suas diferentes sub-áreas. No entanto, quando uma das mulheres

residentes na parte identificada como *baixa* tecia um comentário sobre os moradores desta área, normalmente utilizava expressões do tipo “eles os pobres” ou “eles os carentes”, sempre se colocando numa posição de exterioridade. A razão implicada nesta postura ocorria devido a sua condição de membro atuante na organização das atividades da Pastoral, um atributo diferenciador capaz de afastá-la do conjunto de visões estigmatiza de seus vizinhos. Conseguia, assim, uma posição de destaque em relação aos demais moradores da parte *baixa* que permaneciam enredados no estigma que sua condição dentro da estrutura hierárquica da vila posicionava-os.

Por residir em diferentes pontos da localidade e atender diferentes áreas, cada agente comunitária de saúde possui uma visão particular da realidade existente dentro da vila. Isso ficou evidenciado quando estávamos realizando uma das atividades da Pastoral da Criança, ao final da qual fui agendar os dias em que iria acompanhar cada uma das agentes naquela semana. A cada nome escolhido, surgiam comentários sobre as pessoas que encontraria: “Ah! Amanhã tu vai à parte mais pobre da vila”, “depois tu vai à parte nobre, na parte rica!”. Algumas vezes, tais comentários geravam uma réplica das agentes que atendiam a área mais estigmatizada: “não fale mal do meu povo”, “eles são pobres, mas não são o que todo mundo pensa”.

A busca por parte de alguns moradores de instituir uma distinção na Vila Urlândia também se expressa por meio das visões que projetavam em relação à atividade de visita domiciliar das agentes de saúde. Segundo o trecho de entrevista abaixo a visita das agentes de saúde é identificado como um atributo vinculado aos moradores da *baixa*, pois este é que “necessitam de ajuda”, uma vez que sua condição de inferioridade social exige a adoção de posturas de assistência. Enquanto que, os moradores superiores, por sua condição elevada dentro da estrutura da vila não precisam deste tipo de serviço. Deste modo, fortalecem a visão estigmatizada de que os moradores da *baixa* estão inseridos num ambiente moralmente inferior.

eles priorizam mais a população mais... Mais carentes. Aqui elas não vem muito, elas nunca vem aqui. Acho que elas priorizam a população mais carente, mais necessitada eu acho que é isso. (Rosa, 43 anos moradora da parte *alta* Vila).

Entretanto, cabe ressaltar que todas as residências da vila em algum momento eram visitadas pelas agentes comunitárias de saúde. Ao que parece os moradores superiores não valorizam este tipo de serviço como um atributo importante, pelo contrário, afirmavam muitas vezes que, caso precisassem recorrer a um serviço médico, optam em ir diretamente ao Pronto Socorro do Município ao invés de terem um encaminhamento via posto de saúde da localidade ou informam, ainda, dispor de plano de saúde particular. Deste modo, visualizam a existência do serviço das agentes de saúde e, em certa medida, do posto de saúde da localidade – PSF- como um espaço destinado aos moradores da parte *baixa*.

4.6 As ações da associação de moradores

A Vila Urlândia não dispõe de um Centro Comunitário, deste modo, as atividades de confraternização dos moradores da localidade ocorrem, na maioria das vezes, nas dependências do salão paroquial da Capela São Carlos. Durante o período do trabalho de campo, foi promovida uma festa comemorativa no salão paroquial em alusão ao aniversário da Associação de Moradores da Vila Urlândia. A confraternização consistiu num almoço dançante que teve como público os membros do grupo de Hipertensos que freqüentam o Posto de Saúde por dois motivos principais. Primeiro devido aos custos que envolveriam a realização de uma atividade destinada a um público maior e, a segunda razão, decorrente da primeira, foi privilegiado um grupo já organizado, pois, assim, saberiam ao certo o número total de participantes. Embora não foi possível descobrir de que sub-áreas as pessoas que participaram eram provenientes, nas conversas relatadas posteriormente ao ocorrido soube que a maioria foi composta por moradores da *alta*.

Sobre a atuação da direção da Associação de Moradores da vila, por diversas ocasiões, ouvi relatos de moradores que consideram o trabalho de seu presidente aquém do que julgam necessário ser feito, dada a carência existente na localidade. Afirmam que ele não “desce no fim da vila”, que seu trabalho fica concentrado apenas na parte “rica” da localidade. De maneira geral, apontam que as necessidades dos moradores da *baixa* são distintas dos problemas enfrentados pelos demais moradores. Dessa maneira, seria necessário que existisse uma

liderança mais interessada em solucionar as demandas do “povo de baixo”. No limite, defendem que a liderança escolhida devesse ser um morador residente na parte inferior da vila, pois assim estaria mais consciente dos problemas locais, não ficando somente interessado nas questões “políticas” de autopromoção.

Bom aqui na vila ele não aparece (...) Ele não conhece a metade dos problemas daqui para baixo. Eu nem sei como é que se elegeu.(...) O certo seria um cara daqui da vila, um cara que se interessa (Maria, moradora há 19 anos na parte baixa da vila).

Outra atividade, que reforçou o sentimento de desprestígio por parte da direção da associação em relação aos moradores da *baixa*, teria sido a festividade de Natal do ano de 2004. A princípio, estava marcada uma atividade de distribuição de doces às crianças de toda a vila. Entretanto, segundo comentários dos moradores, a atividade ocorreu apenas numa pequena área da vila que o presidente da associação considerava importante ser visitada, seria uma área localizada na parte *alta* da vila. Da parte do presidente da entidade, o motivo alegado para distribuição parcial foi provocado pela morte, na véspera do dia de distribuição, do seu vice-presidente. Como ele é que estava responsável pela atividade, o presidente não teve como transferir para outro dia a distribuição. Por isso, achou por bem escolher uma área para a entrega. Esta postura ocasionou certo desconforto entre os moradores da *baixa*, pois muitos viram nisso mais uma forma de discriminar a “população de baixo”, pois, no momento em que deixou de atender toda a população da vila se centrando apenas numa área na qual teria maior influência eleitoral, não estaria interessado em atender os moradores da Vila Urlândia, mas sim uma pequena porção desta.

4.7 O campo de futebol e suas possibilidades

A Vila Urlândia é dotada de três times de futebol amador, que jogam nos três campos existentes dentro da vila: dois na parte *baixa* e um terceiro na *alta* da vila. Não foi possível estabelecer um contato mais estreito com os times, o que poderia nos permitir saber quem participa e assiste aos jogos. Contudo, nas entrevistas, os moradores da *alta* afirmam que não assistem ou participam dos jogos de futebol por

considerar que o local oferece risco, podendo acontecer alguma briga ou violência. Por isso, preferem “não se misturar”. Como lazer, optam por atividades em clubes da cidade ou alegam não ter o hábito de realizar atividades recreativas, preferindo ficar em casa.

Especificamente em relação a um dos campos de futebol existente na parte *baixa* da vila, um grupo de moradores ligado ao time de futebol, estava recolhendo documentos sobre o time, sediado neste campo, para enviar a um deputado estadual da região interessado em desenvolver um projeto de construção de uma sede esportiva na vila através da emenda parlamentar. Contudo, o projeto não teve prosseguimento, pois, a área onde o campo de futebol está localizado encontra-se em condição irregular (trata-se da área que seria destinada a área verde do loteamento). Deste modo, para viabilizar o projeto seria necessário que toda a extensão de terra fosse regularizada, inclusive os lotes de terra que estão localizados nas imediações do campo de futebol, ocupados por famílias provenientes do segundo movimento de moradia ocorrido na Vila Urlândia.

Os moradores nesta condição de irregularidade, ao tomarem conhecimento da necessidade de realizar a regularização fundiária, ficaram divididos em duas opiniões contrapostas. Enquanto uma parte se mostrou desfavoráveis ao projeto, pois viam na legalização da área o risco de serem obrigados a pagar os impostos municipais, e por isso recusaram participar de qualquer movimento que tencionasse mudar o estado dos lotes; preferindo que as coisas ficassem do jeito que estavam. Já a outra parte dos moradores da área percebeu na construção do centro esportivo a possibilidade de desenvolver a localidade e mostrar, assim, que a parte de *baixo* “não é o que as pessoas imaginam”. Assim, os melhoramentos que o campo de futebol iria receber seriam irradiados a todos os moradores, se constituindo como um atributo capaz de contrapor o estigma existente na área. Até o final da atividade de coleta de dados nenhuma atitude no sentido de viabilizar a regularização fundiária foi encaminhada.

4.8 Termos que definem

Transcorrido dois meses de pesquisa de campo, em um dia em que estava conversando com o presidente da Associação de Moradores da vila sobre os

problemas de alagamento das ruas e da falta de saneamento básico existente em certos trechos, uso a palavra *Sapolândia* para me referir a população residente na parte baixa da vila supondo que a expressão ouvida no Posto de Saúde fosse utilizada correntemente. Mal termino de dizê-la, me deparo com uma fisionomia que retrata um misto de surpresa e constrangimento, seguido da frase: “Faz tempo que não ouvia isso! Quem te disse isso?”.

Por detrás do termo, está em jogo a própria definição dos moradores da *baixa*, pois identificá-los como “sapos”, habitantes de um “brejo”, expressa uma atribuição de valor (ou melhor, de desvalor), que os coloca como figuras de baixo prestígio dentro da hierarquia local. Neste caso, a capacidade de exercer o poder, objetiva e subjetivamente, se expressa na capacidade de fazer com que o termo pejorativo seja aceito sem reação pelos próprios moradores por ele depreciados. Entretanto, o emprego do termo depreciativo *Sapolândia*, dentro da vila, não é utilizado por todos os moradores, como visto nos exemplos do presidente da associação de moradores e na fala de uma entrevistada: “isso dito por eles mesmo, se chamavam assim mesmo” (Marta, moradora há 52 anos na parte *alta* da Vila). Mas entre os moradores residentes nas áreas próximas do córrego seu uso aparece em contextos específicos como uma forma de rir de sua própria tragédia.

Tive esta impressão ao presenciar o seguinte episódio: estava na frente do Posto de Saúde da Vila Urlândia esperando a agente de saúde que iria acompanhar no trabalho de visita domiciliar nesta manhã. Este dia estava chovendo, para me proteger da chuva permanecia de baixo da cobertura do posto de saúde, além de mim, duas outras senhoras me faziam companhia, mas por motivos outros. Aguardavam o posto de saúde abrir, pois tinham uma consultar agendada para este dia. Eram senhoras de aproximadamente trinta anos residentes na parte de baixo da vila, como as reconheci das atividades da Pastoral me aproximo e iniciamos uma conversa. Em dado momento do diálogo, faço um comentário sobre a chuva que, naquele momento, ficara mais intensa e, por isso, achava que a agente de saúde não viria mais. Ao ouvirem tais comentários, uma das mulheres afirma que, dificilmente, a agente de saúde poderia cumprir seu compromisso, pois “com essa chuva, lá em baixo fica tudo alagado, não dá para sair... Não é à toa que lá em baixo é a Sapolândia... com essa chuva também”. E começam a rir. Ou seja, num contexto social marcado por diferenças históricas, a força normativa presente na

denominação Sapolândia, expressa e, ao mesmo tempo, naturaliza um juízo sobre si mesmo, e dado a impossibilidade de alterar esta condição, a única coisa a fazer é rir da situação adversa.

Assim, por mais que o presidente da associação de moradores desaprove o termo, tentando apresentar um discurso de integração e unidade ou mesmo os moradores da *alta* não utilizem o termo, existe, por parte dos moradores vítimas do estigma uma utilização como que “naturalizada” ou, utilizando a terminologia de Bourdieu, “incorporada”, de fixar em si uma posição de inferioridade, pois embora rindo de sua situação, no momento que verbalizam o termo este os define como um grupo posicionado numa condição de inferioridade dentro da hierarquia local.

4.9 Não sou da Urlândia, sou do Parque

Como apresenta RIBEIRO (2001), em sua pesquisa na cidade de Barra das Garças, no Mato Grosso do Sul, uma vila pode ser vista como um recorte físico que define a condição de morador de periferia e representa um lugar dos pobres. Neste sentido, a diferenciação social perpetrada por parte dos moradores da Vila Urlândia ganha um sentido mais forte quando analisamos o processo instaurado na Rua Agostinho Scolari. Para parte de seus moradores, a clivagem social entre parte *alta* e parte *baixa* da Urlândia “é uma outra coisa”, “diz respeito a outra vila”. Segundo contam, sua rua pertence a uma outra localidade, faz parte de um contexto social distinto da Vila Urlândia.

Em sua fala, alguns moradores daquela rua dizem pertencer, não à Vila Urlândia, mas ao Parque Residencial São Carlos, que seria uma outra região, “ao lado da Urlândia, mas não na Urlândia”. Este processo, de tentativa de separação da rua em relação ao restante da Vila Urlândia, teve início no ano de 1994, a partir da iniciativa de um grupo de famílias descontentes com os encaminhamentos que a Associação de Moradores da Vila Urlândia estaria tendo, em reivindicar junto a prefeitura municipal o calçamento de sua rua. A razão que justificava sua reivindicação estava assentada no juízo que faziam sobre a importância singular da rua para a economia do município, pois em sua extensão encontram-se situadas três pequenas indústrias familiares: duas fábricas de móveis e uma olaria. Alegando que as deficiências estruturais da rua estariam prejudicando seus negócios,

principalmente no inverno, quando “a rua ficava intransitável, os clientes não conseguiam vir”, resolvem criar uma entidade que representasse seus interesses. Fundam, assim, a ACOPAC (Associação Comunitária do Parque Residencial São Carlos). A partir disso, vão buscar, junto a alguns vereadores da época, apoio econômico para execução do calçamento da via. Num curto período de tempo, conseguem que sua reivindicação seja acatada e a obra de calçamento com pedra irregular é executada. Mas, segundo outra versão dos fatos, defendida pelos atuais membros da direção da Associação de Moradores da Vila Urlândia, o que ocorreu ali teria sido a tentativa:

de um grupo que queria participar da associação, segundo relatos que eu ouvi, e como não conseguiram participar da eleição, era um grupo de pessoas que tinham uma certa posição social, financeira, resolveram fundar uma outra associação. E aí se deu esse novo grupo dentro da Urlândia, que acabaram fundando essa nova associação, só que essa nova associação não funciona junto aos meios legais, por exemplo, quando há a reunião junto a UAC (União das Associações Comunitárias), o próprio PSF quando faz as reuniões, a prefeitura quando organiza reuniões, eles não participam com entidade. Eu não sei qual a idéia deles nesse sentido, eles não participam disso (Valdenei, morador há 36 na parte *alta* da vila).

Os caras tentaram criar uma entidade, mas tu não pode ter uma entidade de algo que não existe. Por exemplo, se tu pegares a associação dos moradores da Vila Urlândia é uma sociedade com registro no cartório de Registros Especiais, tem o Estatuto registrado, tem sua ata de fundação registrada é filiada à UAC [União das Associações Comunitárias], portanto é filiada a FRACAB e a Conam [Confederação Nacional das Associações de Moradores]. Tem toda essa história, quando os caras fundaram uma associação que não existe, não são filiados a UAC, não tem registros em lugar nenhum, não são reconhecidos na prefeitura municipal então quer dizer, não existe. Existe na cabeça de algumas pessoas. Tanto é que a grande maioria dos moradores da Rua Agostinho Scolari são filiados a associação de moradores da Vila Urlândia até porque muitas das pessoas de lá foram fundadoras da associação de moradores da Vila Urlândia(...)“ah, nós não queremos ser da Vila Urlândia. Então nós somos do Parque Residencial São Carlos” só que de fato e de direito isso não existe, é mais uma forma de discriminar de não querer dizer que mora na Vila Urlândia.(Carlos, morador há 25 na parte *baixa* da vila).

Não obstante as disputas de legitimidade política existente entre as duas entidades, a atuação da direção da ACOPAC acaba servindo como indicador de prestígio social de seus moradores, pois revela a capacidade de organização para buscarem uma solução do problema que enfrentavam na época. Desta forma o ato de dizer que pertencem a uma outra categoria social – moradores do parque- é convertido num atributo que os posiciona externamente em relação aos problemas existentes no restante da vila. Tanto que, afirmam que o único problema de “sua

rua” é o fato do “pessoal ai de baixo que, quando passa fica fazendo algazarra, batendo nos portões”.

Indagados sobre sua relação com a Vila Urlândia, disseram compreender a existência de duas áreas com formações distintas. A tendência de suas respostas foi reproduzir a noção de que a *alta* seria “superior” por ser composta pelas famílias mais antigas, onde todos são trabalhadores, entre outros juízos qualificantes que ressaltam as virtudes de seus moradores. Do ponto de vista de sua relação de sociabilidade, afirmam ter contato estreito com os moradores da *alta*, vão à capela católica, conhecem seus moradores, embora não se visitem muito. Já em relação aos moradores da *baixa*, comungam da percepção desqualificante de seus membros, identificando todos como “marginais”, que nutririam uma revolta para com qualquer morador que não seja do seu *pedaço*.

Uma vez eu descí lá para baixo, eu e as gurias daqui, só mulher quatro ou cinco. Nossa turma, o pessoal de lá eu acho que cem por cento me conhecem ou cem por cento não digo, mas noventa me conhecem porque eu tinha uma loja aqui. (...) Bom, descemos, meu Deus, para descer tudo bem, foi indo, mas para voltar eu não sabia como fazer para voltar de tão... Tu olhava as caras e te apavorava, te apavorava e jurava que não iria ter condições para sair de lá, parecia que ficavam te marcando do tipo “que vem fazer aqui, nos explorar ou coisa parecida. Acho que é o que eles imaginavam ou coisa parecida”. Ficava assim que, bom para encurtar, eu tive pesadelo de noite de pensar como é lá para baixo, é horrível, horrível. Não sei a gente não é acostumada, acostumou aqui aberto, todo mundo conhecido. Tu desce para lá e... De dia é difícil, de noite nem pensar. (Silvia, moradora há 55 anos na parte *alta* da vila).

Entretanto, como dito, a posição defendida por alguns moradores da Rua Agostinho Scolari, de pertencerem a uma outra realidade fora da Vila Urlândia, não é consensualmente aceita. Outros moradores da rua, ao contrário, se consideram como moradores da vila: “isso de separar foi coisa de uns aí de baixo da rua”. Em parte, a divergência de discursos decorre do fato da entidade não permanecer com uma atuação mais intensa hoje em dia, afinal “está tudo bom” (Mauro, há 8 anos morador da Vila, presidente da ACOPAC). Sobre isso, cabe mencionar, também, que o período da gestão do atual presidente já expirou há a um ano (a gestão é de dois anos) e não houve nova eleição, devido ao desinteresse dos moradores. Tal desinteresse se expressa no fato de que nas duas reuniões convocadas para deliberarem sobre o novo pleito não houve participação de moradores. Deste modo, o atual presidente permanece no cargo.

A tentativa de separação em relação ao restante da Vila, desenvolvida pelos moradores da Rua Agostinho Scolari, está revestida da idéia da construção da diferença entre os grupos, fundamentada em uma noção de espaço social distinto (Bourdieu:1997). A construção de um discurso, que busca a valorização do Parque como “realidade à parte da Vila Urlândia”, desempenha a função de estabelecer uma fronteira simbólica entre os grupos. A partir do momento que instituem um discurso da rua como não pertencente à Vila Urlândia, mas ao Parque Residencial São Carlos, almejam se afastar do estigma existente em relação àquela. Como estratégia de distinção, buscam projetar uma imagem pública de prestígio, resignificando, através de deslocamentos discursivos tal como encontrado na substituição da denominação de “vila” para a de “parque”, o seu local de moradia. É importante destacar que esta marca, impressa nos moradores em virtude do local de sua residência, é de grande importância, particularmente no que se refere à definição de sua posição no universo de relações sociais mais amplas, ao nível municipal. Ou seja, a construção da noção de que constituem uma realidade distinta e superior àquela que é projetada na Vila Urlândia, é um importante elemento para a definição do status destes moradores.

Contudo, as pessoas entrevistadas que afirmaram pertencer ao Parque Residencial reconhecem que, na maioria das vezes, a categoria Parque não é um código reconhecido fora dos limites da vila e arredores. A situação mais recorrente na qual esta dificuldade se apresenta se dá no momento em que precisam informar o endereço de sua residência a um estranho: “Olha, tu vai falar Parque São Carlos o pessoal não sabe, então eu digo Vila Urlândia mesmo, que é mais fácil” (Marilene, moradora há 6 anos na parte *alta* da vila). Assim, apesar de seus esforços de diferenciação, para poderem se apresentar socialmente fora do espaço da vila, estes moradores precisam apelar para identificação com a Vila Urlândia, fragilizando sua posição.

4.10 Escola como dispositivo diferenciador

Outro espaço, no qual são empregadas as estratégias de estigmatização verificados no contexto da Vila Urlândia, é a escola local. Este ambiente privilegiado

de contato entre os jovens foi convertido num lugar demarcador de diferenças. A escola da rede municipal funciona nos turnos da manhã e tarde, atendendo às crianças da primeira a oitava série do ensino fundamental, totalizando aproximadamente 600 alunos. Como já foi destacado, inicialmente a escola funcionava junto à Capela Católica São Carlos. Posteriormente, mudou-se para um terreno localizado na rua Agostinho Scolari, o qual foi doado ao município.

Entre as quatro pessoas entrevistadas das duas sub-áreas que tinham filho em idade para freqüentar o ensino fundamental, três tinham filhos matriculados em escolas, públicas ou particulares, localizadas fora do perímetro da vila. Ao contrário do que poderia se supor inicialmente de que somente os pais da *alta* desejassem evitar que seus filhos tomassem contato com as crianças filhas dos moradores da *baixa*, mesmo pais residentes na parte *baixa* que dispõem de condições econômicas para matricular seus filhos fora da escola da vila o fazem. As razões alegadas para adoção desse tipo de medida, além de avaliações que ressaltam a qualidade do ensino da escola local ser inferior ao prestado em outras instituições de ensino, destacavam o objetivo de evitar que seus filhos “tomem contato” com os demais moradores da vila. Desta forma, buscam neutraliza possíveis contatos dos filhos com as crianças que estudam na localidade e, entre a família residente na área considerada inferior que tem filho estudando fora da vila, este fator se converte num atributo diferenciador, pois, embora, resida na área estigmatizada, o local de ensino serve como elemento que distancia a criança do restante das crianças da localidade.

O que está acontecendo na escola aqui, o pessoal com um pouquinho de poder aquisitivo estão tirando os filhos daqui. Estão ficando só os que não tem opção. Porque não dá, é a violência, é isso, é aquilo. E as realidades são diferentes, basta dizer, desde um banho, tu chega numa sala de aula e o professor tem vontade de sair porta fora de volta. (Chica, moradora há 36 na parte *alta* da vila).

Ao que parece, existe uma atmosfera de receio envolvendo a aproximação entre seus filhos e as demais crianças da Vila Urlândia. Desde cedo, os pais que podem, retiram os filhos do grupo escolar local. Em certa medida, tal postura se aproxima da lógica adotada pelos moradores de Winston Parva, ao se afastarem dos bares locais – *pubs* – como forma de manifestar sua desaprovação com a vinda dos novos moradores, reservando para si um bar diferenciado (Elias; Scotson:

2000). Contudo, na Vila Urlândia, o processo de exclusão dos espaços de convivência assume tonalidades mais fortes, pois além de buscar evitar o contato na escola, os pais ampliam sua ação diferenciadora através da retirada das crianças de todos os espaços de sociabilidade local. Em especial, do espaço da rua. Tal esforço se expressa quando afirmam, aliviados, que seus filhos não participam da vida social nas áreas públicas nem tampouco recebem ou têm amigos residentes na vila:

Tem até uns que vem aqui conversar com ele [filho] é sabemos que os **pais não são grandes coisas**. A gente diz olha, tu abre o olho com esse guri, pode ser uma rica pessoa, mas o pai a gente sabe que não é. (...)de uma hora para outra pode mudar. Olha hoje para cuidar um filho é fogo na roupa. Deus o livre. (Clarissa, moradora há 35 anos na parte *alta* da vila).

Assim, o local onde se estuda serve como um atributo que qualifica o indivíduo. Deste modo, a entidade de ensino é reconhecida com um importante espaço social da vila que vai reforçar nos estudantes o estigma de estudar na localidade. Logo nos primeiros dias de campo, pude verificar como o espaço da escola reforça juízos moralizantes entre os agentes sociais que atuam na localidade. Ao final de um dia de conversa com o presidente da associação de moradores da vila, já estava me despedindo, quando vimos passar na rua um automóvel com velocidade reduzida. A poucos metros de onde estávamos, o carro pára e de seu interior saiu uma senhora, de aproximadamente cinqüenta anos, que caminhou em direção à frente de seu veículo. Ao ver esta cena, a liderança comunitária foi ao encontro da mulher. Supus que fosse alguma conhecida sua e, assim, fui junto. No momento que nos aproximávamos, a mulher que estava abaixada, olhando a roda dianteira, detectou que o pneu estava esvaziando. Imediatamente, ela elevou o tom da voz e começou a falar frases de desabafo. Dizia ela: “Estes marginais é que fizeram isso. Só pode ser coisa dessa gente... para esse povo não dá para dar nada mesmo. São um bando de ladrões. Agora vou me atrasar para o médico. Essa gurizada que sai da aula e fica na frente da escola são tudo um bando de marginal!”. Já recomposta, o presidente da vila tentou acalmá-la, dizendo que na esquina havia uma borracharia e que poderia arrumar rapidamente o pneu. Como a borracharia era muito próxima mesmo, fomos caminhando junto. Depois que o trabalho de conserto do automóvel foi concluído, o presidente que, como supus, conhecia a mulher, acha por bem me apresentar:

“**Diretora**, este é um rapaz que está fazendo um estudo na vila”. Dessa maneira, acabei sendo apresentado à diretora do grupo escolar da vila.

O forte traço de estigmatização dos estudantes da escola local, presente na fala da diretora, reforça as motivações alegadas pelos pais que tem seus filhos matriculados fora da escola. Além de buscar afastar seus filhos deste ambiente estigmatizador, numa tentativa de neutralizar uma “contaminação”, almejam fortalecer sua condição de distinção na medida em que reforçam o fato dos filhos não estudarem ali. Desta forma estão imunes ao estigma local e não serão vistos como crianças “sem opção” ou “marginais”.

4.11 A culpa é do beco

Caminhando pelas ruas que cortam a extensão da Vila Urlândia em direção a parte baixa, o que se constata é uma realidade, do ponto de vista urbanístico, diferente da parte *alta*. São ruas, como dito anteriormente, calçadas ou asfaltadas. Contudo, pela condição de estar localizada numa área mais baixa, próximo ao córrego que margeia a vila, com o volume das chuvas, alguns trechos das ruas não conseguem escoar as águas, desta forma, ficam empossadas. Além disso, percebe-se uma diferença no tipo de infra-estrutura das casas, pois na parte baixa, raro são as residências que dispõem de muros altos, portões com grade e demais dispositivos de segurança. Nas ruas vicinais desta área, o que se observa, são residências comparativamente mais empobrecidas, com ruas e viela estreitas, nas quais pessoas ficam nas esquinas, estabelecendo diálogos sobre a dificuldade que enfrentam em conseguir um emprego fixo, que trabalhar com material reciclado é uma atividade muito cansativa e desgastante, mas como não tem outra possibilidade tem que se sujeitar a este tipo de trabalho.

Além disso, observando os diálogos e preocupações dos moradores das duas partes da Vila Urlândia, nota-se uma diferença importante em seu conteúdo. Os moradores da *alta* mostravam ter uma forte preocupação com a violência, com uma sensação de insegurança a todo o momento, apresentando como justificativas a ameaça constituída pela “presença do pessoal aí de baixo”. Já por parte dos moradores identificados na área *baixa*, as preocupações giravam em torno de

temas como falta de trabalho, falta de saneamento básico nas ruas, iluminação pública e, de forma mais branda, os assaltos que ocorrem na vila. Conversando com alguns dos representantes dessa segunda área, percebe-se que a transferência do estigma através da condenação moral de seus membros não é aceito em sua plenitude. Os moradores identificados como da *baixa*, por mais que saibam que “eles dizem que somos assim”, afirmam que os motivos para desprestigiá-los é fruto de algumas “áreas violenta da vila” e não “de todo mundo daqui”.

O esforço de diferenciação realizado pelos moradores “de cima”, tão presente em suas falas, não provoca, entre os moradores da *baixa*, simplesmente resignação ou aceitação de uma posição inferior dentro da estrutura local. Pelo contrário, estes informavam que a justificativa “para nos discriminar” seria em grande medida produzida pela existência de focos de violência e tráfico de drogas que estão localizados em pontos determinados da área “de baixo”. Seriam pontos isolados, mas devido ao desenvolvimento de atividades criminosas, fundamentariam um estigma que é convertido em atributo de todos os moradores da área. Como as agentes comunitárias de saúde mencionavam, “tem áreas da vila que eu mesmo tenho medo de ir, não fosse este casaco que diz que sou agente de saúde, dificilmente teria conseguido entrar”. Em certa medida, os moradores destas áreas construíam a explicação sobre a visão negativa da qual eram objeto pela existência desses focos de tráfico.

Durante o trabalho de campo tive oportunidade de presenciar intensamente como está situação de convivência com o tráfico acaba por fortalecer o estigma entre seus membros. Numa manhã, estava, juntamente com uma agente de saúde, visitando algumas casas da região do “Beco da Landa”. Numa das casas visitadas, onde residem aproximadamente quatro famílias que trabalham recolhendo lixo da cidade, conversávamos com três mulheres de diferentes faixas etárias no pátio, entre a pilha de material a ser selecionado. Em meio ao diálogo sobre a atividade mensal da pastoral, que seria dali três dias, percebo a presença de um senhor de aproximadamente cinqüenta anos, que fica observando a cena. Depois de certo tempo, me chama para conversar numa área mais afastada do pátio. Ele, sabendo que eu tinha vinculação com a universidade, inquiria sobre a possibilidade da instalação de um catavento na área, capaz de produzir energia elétrica necessária para colocar em funcionamento as prensas que dispunha no local, para poder,

assim, pensar o material reciclável e vendê-lo com uma margem de lucro maior. Em meio às justificativas que apresentava, afirmando não dispor de conhecimento sobre esta questão, sou surpreendido com a entrada, em alta velocidade, de uma viatura da polícia civil. De arma em punho, um policial vem em nossa direção. Em meio a isso, ouço a voz da agente de saúde chamando por meu nome e me dirijo junto a ela, enquanto o policial já dá voz de prisão ao senhor³⁹. Logo em seguida, as três mulheres vão até a viatura policial e, cercado os policiais, reivindicam a liberação do senhor, que, em meio a isto, já estava algemado. Enquanto nos afastávamos do local, ouvia-se ao fundo o barulho de disparos de armas de fogo. “- São os amigos dele.... acontece que ali é um ponto de venda de droga. Seguido a policia tá dando batida ali” diz a agente de saúde.

Assim, a presença constante da viatura da polícia, a constituição de uma população mais empobrecida marcada por um histórico de recorrente perda dos bens no período das enchentes e pela presença de um ponto de tráfico, entre outros fatores, acaba por catalisar uma série de sentimentos que engendram práticas de distinção social dentro da vila. Frente tais situações de visibilidade negativa, é compreensível o esforço feito pelas famílias da *alta* para querer se distinguir de seus “vizinhos perigosos”.

Paira na localidade a suposição de que cada membro do grupo inferior está marcado pela mesma mácula da criminalidade. Por mais que os moradores da *baixa* tentem rejeitar os motivos de sua condenação moral, não conseguem escapar, individualmente, da estigmatização grupal, assim como não conseguem escapar individualmente do status inferior de sua vila. Sempre existe um fato que serve como “prova objetiva” da negatividade dos moradores da *baixa*, afinal como afirmavam as expressões ouvidas na vila: “eles não trabalham, não tem educação, moram em terreno invadido”.

Os moradores da *baixa* conviviam com a classificação depreciativa porque não podiam evitá-lo. O que poderiam fazer e faziam, dentro dos limites estabelecidos pela sua posição inferiorizada na hierarquia local, era produzir discursos que questionavam a superioridade dos moradores da *alta*, veiculando-os

³⁹ Posteriormente, fiquei sabendo que o senhor estava foragido da penitenciária do município. Por isso, a abordagem foi somente nele, sem me envolver. Além disso, o fato do policial ter ouvido quando fui chamado pela agente, talvez tenha indicado que eu estaria com a profissional e não envolvido com algum fato ilícito, como o contexto poderia sugerir.

por meio da fofoca. Ou seja, como uma estratégia usada para desqualificar os membros da *alta*, produziam expressões do tipo: “elas mal sabem, mas seus filhos estão sempre ali em baixo comprando droga”. Assim, a fofoca converte-se numa “arma dos fracos”, pois, os moradores que estão por definição numa posição de desvantagem estrutural e sujeitos as visões estigmatizadas, usam a fofoca como uma tática para tentar alterar sua condição de inferioridade.

Scott (2002), no estudo sobre os camponeses da Malásia, mostra como os trabalhadores rurais, na incapacidade de empregar uma luta aberta como greve e rebeliões contra o regime e condições de trabalho que estão sujeitos, empregam um conjunto de atitudes cotidianas como sabotagem das máquinas, saques, dissimulação, submissão falsa, incêndios premeditados, emprego de fofoca entre outras armas dessa natureza como única forma de reação contra a dominação que estão sujeitos cotidianamente. Deste modo, no caso dos moradores inferiorizados da Vila Urlândia, os moradores da *baixa* incapazes de nivelar as posições desiguais têm no emprego da difamação dos moradores distintos o principal meio para tentar macular seu prestígio. Seria uma forma de questionar a dominação que o contexto da vila produz na vila.

4.12 Contato entre vizinhos

Do ponto de vista das relações de sociabilidade entre vizinhos, a *alta* mostra que a insegurança é um dos eixos que tecem a trama da diferenciação. O medo faz uma reorganização simbólica de seu universo, de modo que a vizinhança deixa de ser “alguém com quem se pode contar” para virar um inimigo em potencial (VELHO: 2002). Sobre isso, vale lembrar a tentativa frustrada que tive, logo no início da pesquisa, quando tentei estabelecer contato com um morador e só tive sucesso quando foi acompanhado pela Dona Marta. Segundo os dados do campo, seus moradores não têm por hábito estabelecer contatos mais estreitos com seus vizinhos, ficando concentrados no seu espaço doméstico e restringindo o seu mundo significativo e de confiança aos familiares mais próximos e alguns poucos amigos.

Entrevistador: A senhora gosta de visitar os vizinhos?

Entrevistada: Não, visitar assim... Se tu sabe que tem alguém doente ai tu faz uma visita. Mas a gente conversa na ida para o mercado, mas assim visitar não. Todo mundo tem sua vida. (Marilene, 6 anos moradora na parte *alta* da vila).

A postura de evitar os contatos com os vizinhos marca uma idéia de individualidade das famílias. Desta forma, valores considerados mais comunitários como a troca de favores, o compartilhamento das questões do dia-a-dia entre as famílias não são considerados como prioridades entre os moradores da parte *alta*. Além disso, o somatório dos dispositivos de segurança das residências e da forma como recebem os estranhos que batem a sua porta mostra que a convivência com o “outro”, isto é, aquele de quem se busca evitar o contato, vai exigir posturas individualistas e de evitação do contato mesmo entre vizinhos distintos.

Certa ocasião, ao visitar uma residência na parte *alta* vila cuja fachada era dotada de um muro alto e de grades em todas as janelas, me surpreendi, já dentro da propriedade, quando observo no teto a presença de sensores de movimento similares aos comercializados para indústrias, bancos, fábricas e demais estabelecimentos comerciais. Nunca havia visto um desses aparelhos numa residência particular. Ao notar minha curiosidade sobre o que avistava, a senhora logo diz “é necessário porque tem um povinho ai para baixo que é fogo”.

Assim, face do conjunto de postura adotadas pelos moradores da *alta* de instituir uma distinção social no interior da Vila Urlândia colocam-se em questionamento as noções, muitas vezes correntes no senso comum, que percebem o local da vizinhança como um espaço “predisposto” para interação social entre vizinhos vistos como indivíduos iguais. Esta noção, quando transposta para o contexto estudado vai revelar que a igualdade entre vizinhos pode ser uma doce ilusão.

Considerações Finais

O objetivo com este estudo foi viabilizar a compreensão dos processos que engendram práticas de transferência de estigma no interior de uma vila periférica da cidade de Santa Maria. O foco investigativo tencionava compreender as motivações que cercavam um grupo de moradores da Vila Urlândia para separar a localidade em duas sub-áreas moralmente distintas.

Através da análise do histórico da vila, verificamos que a localidade ocupa um “lugar” de baixo prestígio na cidade de Santa Maria. Deste modo, dentro da hierárquica de posições da cidade, seus moradores estão situados numa condição estigmatizada. Contudo, internamente um grupo de moradores dotados de prestígio social local desenvolve medidas visando transferir o estigma do “lugar” ao grupo de moradores que consideram inferiores.

Ao adotarem uma postura de diferenciação, o grupo de moradores superiores mostra que a proximidade geográfica pode não significar a existência de semelhanças internas. Neste caso, pelo contrário, devido a posição social de baixo prestígio que a vila ocupa dentro da estrutura da cidade, os indivíduos que se consideram “distintos” vão desenvolver estratégias de distanciamento dos moradores vistos por eles como “inferiores”. Para conseguir instituir sua posição elevada, fundamentam a separação na vila segundo critérios como, tempo de moradia, condição legal dos lotes, condição física das residências e atributos morais dos indivíduos.

Sobre a primeira característica, os moradores superiores dividem a história da localidade em dois momentos, o “antes” e o “depois” da vinda dos moradores inferiores. A adoção de marcos temporais como este ignora o fato de historicamente já recair sobre a Vila Urlândia o estigma por sua condição periférica. Sendo assim, na verdade, o que ocorre é a construção de uma resposta que assume a vinda dos moradores do segundo movimento de ocupação como os causadores dos transtornos da localidade.

Sobre a localização da moradia, a visão espacializada de diferenciação das duas sub-áreas percebe uma correspondência entre lugar onde a família está localizada e a condição de ocupação dos lotes. Desta forma, o início da vila, no

sentido centro-vila, é visto como uma área que foi ocupado pelos moradores antigos, que compraram os lotes e construíram suas casas. Enquanto isso, a parte baixa da vila, é tida como área ocupada irregularmente por famílias provenientes do segundo movimento. Estas diferenças legitimam expressões moralizantes adotadas pelos moradores que se consideram superiores. Desta maneira, apresentam-se como grupo de moradores que possuem emprego formal -contraposto ao grupo de moradores de baixo que trabalham catando lixo pela cidade-, são pessoas que não “jogam conversa fora”, pois tem mais o que fazer e são dotados de casas que não alagam nos dias de chuva intensa.

Defendem assim, uma posição que organiza e diferencia os espaços no interior da vila. Cada área composta por um “tipo” de morador. Contudo, a proximidade dos moradores da “Invasão da BR” é um fator que consideram manchar seu prestígio, pois destoa do que julgam ser correto. Por este motivo, empregam falas mostrando que estes habitantes são desqualificados, que recebem tudo de graça, e, por receber “tudo de graça” não são dignos de conviver ao lado de moradores que compraram os lotes e investiram seus recursos durante vários anos na construção e melhoria das residências.

A hipótese que se tinha de que os moradores distintos perceberiam na disposição da infra-estrutura local um atributo “objetivo” das diferenças na vila não foi verificada em sua plenitude. Este foi um fator de diferenciação que aparecia com algo naturalizado, como uma diferença “evidente”, pois se as residências dos moradores de cada área são distintas do ponto de vista do material empregado, as pessoas também seriam diferentes. Com base nisto, constituem uma justificativa alegando que os moradores da baixa seriam pessoas desprovidas de emprego fixo, residentes numa área irregular- fruto de invasão- e que tem na presença constante das viaturas da polícia, “indo lá para baixo”, fatores que posicionam seus ocupantes de forma inferiorizada no interior da vila. Desta forma, passam a ser vistos como membros detentores de moralidade duvidosa, que se não são, pelo menos, se relacionam com os indivíduos identificados como os causadores pelos roubos que ocorrem na vila.

Adiciona-se a este caldo de inferioridade, ingredientes como o processo histórico de enchentes que assolou a localidade até anos de 1980, incidentes de alagamentos de certos trechos ainda hoje, a presença de moradias do tipo palafitas

na proximidade do córrego e a existência do tráfico de drogas em seu interior. Ao final de tudo isso, têm-se a formação de um sentimento de desprestígio que enreda todos os moradores da parte *baixa* dentro de uma posição de inferioridade grupal.

Além disso, o conjunto de estratégias que os moradores da *alta* utilizam para grifar sua condição elevada reproduz a lógica de estigmatização que marca a sociedade em que os moradores da Vila Urlândia estão inseridos, desta maneira, a hierarquia dos espaços da cidade são atualizadas no plano local. Assim, a possibilidade de uma classificação social com base na identificação de atributos sociais diferenciadores dentro do contexto da Vila Urlândia vai permitir a operação de diferenças entre “iguais”.

A capacidade do grupo de moradores da *alta* de deter poder dentro da localidade e institui uma hierarquia de posições coloca, conseqüentemente, em debate as visões que percebem o contexto das periferias como áreas onde estão presentes indivíduos econômica e socialmente “iguais”. Contrariando esta assertiva, o caso da Vila Urlândia, retrata que não existe uma imediata homogeneidade entre os moradores inseridos neste contexto. Seu interior apresenta, ao invés disso, uma relação que é mediada por práticas de transferência do estigma, onde um grupo de moradores tenta intuir “legitimamente” uma realidade que os perceba como superiores e posicione os membros do outro grupo como inferiores.

Frente a isto, o que se percebeu no contexto da Vila Urlândia é a existência de uma relação hierarquizada entre dois grupos. Logo, a chave interpretativa que marca o contexto da localidade é justamente o fato dos moradores distintos se considerarem agredidos quando tem sua imagem vinculada a uma localidade de periferia, assim, tornam-se agressores na medida que retrabalham o estigma e instauram clivagens locais. Ao adotarem uma postura de transferência do estigma mostrando que a proximidade pode, muitas vezes, não significar a existência de relações igualitárias. Contudo, a ação de instituir a inferioridade para um grupo não ocorre apenas num sentido, pois os moradores da *baixa* embora estejam numa posição de estigmatização adotam ações no sentido de desconstruir e macular os anseios dos moradores da *alta*.

Nesta tarefa, como visto, a fofoca depreciativa desempenha a função de arma capaz de colocar em questionamento o prestígio dos moradores que se consideram

distintos, pois, ainda que seja uma “arma dos fracos”, seu emprego tenta nivelar o campo de disputa existente no interior da vila.

Os moradores da *alta* e da *baixa* estão inseridos, assim, dentro de um jogo de oposição complementar, isto é, os moradores superiores, para existirem como tal, necessitam, necessariamente, da existência de um grupo inferior para, com isso, poder se apresentar socialmente como distintos, visto que, caso contrário, permaneceriam como grupo estigmatizado pela cidade. Por este motivo, do ponto de vista da relação existente na vila, expressões como: nós os “ricos” e eles “os pobres” são aceitas, pois tais categorias valorativas vão prescrever as diferenças existentes dentro deste grupo popular. O estudo da Vila Urlândia mostra, com isso, a reprodução da hierarquização das posições dos indivíduos existente na sociedade mais ampla revelando como um grupo de moradores que ascenderam a uma posição de prestígio interno vão instituir separações no interior de uma localidade de periferia através do desenvolvimento de mecanismos para “fugir” do estigma territorial. Com isso, acabam gerenciando o estigma que são vítimas, através de sua transferência ao grupo de moradores identificados como inferiores.

Além disso, o contexto da Vila Urlândia nos permite perceber que mesmo entre habitantes identificados sob o espectro da estigmatização territorial está presente todo um processo de hierarquização similar ao existente na sociedade brasileira. Como seus indivíduos não têm condições de tentar edificar posturas de contraposição da imagem social que são vítimas, pelo menos no plano local, vão reproduzir a hierarquia da sociedade apresentando-se, conseqüentemente, como superiores em relação aos outros moradores. Apresentando-se como moradores “distintos”, moradores residentes da parte nobre, na parte “superior”. Contudo, ao sair de seu domínio, desfazendo as relações hierarquizadas existentes no interior da vila continuam a ser, na avaliação dos moradores da cidade, um morador da Vila Urlândia.

Referências Bibliográficas

BAUER, Martin & AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: In. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Org. Martin W. Bauer e George Gaskell, 39-63, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2003.

BRANDÃO, André Augusto. **Miséria da Periferia: desigualdades raciais e pobreza na metrópole do Rio de Janeiro**. Niterói: Pallas Ed, 2004.

BELEM, João. **História do Município de Santa Maria 1797-1933**. Santa Maria: UFSM, 1989.

BELTRÃO, Romeu. **Cronologia Histórica de Santa Mariae do extinto Município de São Martinho da Serra:1797-1930**. 2.ed. Canoas: La Salle, 1979.

BOFF, Adriane. **O namoro está no ar... Na onda do outro: Um olhar sobre os afetos em grupos populares**. Santa Cruz: EDUNISC,1998.

BOURDIEU, Pierre. **La Distinción: criterios y bases sociales del gusto**.1 reedição. Taurus Humanidades,1991.

_____. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papyrus editora, 1997.

_____. Efeitos de Lugar. In:_____(org.). **A Miséria do Mundo**. 3.ed. Petrópolis,1998.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro.7 ed. Bertard Brasil, 2004.

BRASIL, **O Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. Brasília, 2001.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. 3. ed. **Cidades Brasileiras: seu controle ou o caos, o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1999.

CASTELLS, Manuel. **Problemas de Investigação em Sociologia Urbana**. 3. ed. Lisboa: Presença, 1975.

_____. **A Questão Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **A política dos Outros: O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos**, 1984

_____. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 2.ed. São Paulo: Ed.34, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

COULON, Alain. **A Escola de Chicago**. Campinas, Ed. Papyrus, 1995.

DUARTE, Luiz Fernando. **Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

DURHAM, Eunice. **A Dinâmica da Cultura**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004

EUFRASIO, Mario A. **Estrutura Urbana e Ecologia Humana: A escola de Chicago (1915-1940)**. São Paulo, PPFUSP/Ed. 34, 1999.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: Ed. Universidade/URGS, 2000.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 2. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

GONZALEZ, Fernando. **A Estruturação Urbana e a Participação da Comunidade: a unidade de vizinhança, o bairro, a cidade e a evolução sociocultural da cidade**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

KOWARICK, Lucio. **A Espoliação Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

LAGO, Luciana Corrêa; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **A Divisão Favela-Bairro no Espaço Social do Rio de Janeiro XXIV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 2001.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. **A sociologia do Brasil Urbano**. São Paulo: Zahar, 1978.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LOJKINE. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MACHADO, Paula Sandrine. **Muitos pesos e muitas medidas: Um estudo antropológico sobre as representações masculinas na esfera das decisões sexuais e reprodutivas**. 2003. 164p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo na sociedade de massa**. Rio de Janeiro: Forense Editora, 1997.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: Alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã: teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Moraes, 1984.

MAGNANI, Jose Guilherme C. **Festa no Pedaco: cultura popular e lazer na cidade**. Brasiliense, 1984.

MIRANDA, Orlando de (org.). **Para Ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: Edusp, 1995.

OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e Mudança Social no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1982.

PERLMAN, Janice E. **O Mito da Marginalidade: favelas e políticas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

RECHIA, Aristilda Antonielli. **Santa Maria – Sol Coração Gaúcho**. Santa Maria: UFSM, 1985.

RIBEIRO, Hidelberto de Souza. **O migrante e a Cidade: dilemas e conflitos**. Araraquara. Grafica Wunderlich, 2001.

RIO GRANDE DO SUL. **Secretaria de Estado da Cultura. Memória Cidadã: Vila Belga**. Porto Alegre: Sedac/CHO, 2002.

SANTA MARIA, Câmara Municipal de Vereadores. **Santa Maria: Projeto de Lei Municipal 2939/Executivo**. Santa Maria, 1982

SARTI, Cyntia A. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

SCOTT, James C. Formas Cotidianas de Resistência Camponesa. **IN: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, vol.21, nº01, junho/2002.

SOROKIN, Pitirim. **Espaço Social, distância social e posição social In: Homem e Sociedade**. CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Otavio, São Paulo: Companhia Editora Nacional(1973).

VALLADARES, Licia do Prado. **A Escola de Chicago: impacto de uma tradição no Brasil e na França**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

VELHO, Otávio Guilherme. **O Fenômeno Urbano**. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

VELHO, Gilberto. **A utopia urbana: um estudo de antropologia social**. 6 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

VIANA, Hermano. **O mundo funk carioca**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: UNB, 2004

WACQUANT, Loic. **Os condenados da cidade: estudo sobre marginalidade avançada**. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001.

WHITE. William Foote. **Sociedade de Esquina: A estrutura social de uma área urbana pobre e degrada**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

ZALUAR, Alba. **A Máquina e a Revolta: As organizações populares e o significado da pobreza**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.

ANEXOS

Homem é morto na Vila Urlândia

Jeová Emiliano Portinho da Silveira, 22 anos, foi vítima do 30º assassinato do ano em Santa Maria. Ele foi morto a tiros por volta da meia-noite de sábado, na Vila Urlândia. Os suspeitos, dois irmãos presos em flagrante logo depois do crime, disseram à polícia que reagiram a uma tentativa de assalto. O número de assassinatos na cidade em 2004 já supera com folga os 24 ocorridos em 2003.

Duas versões foram apresentadas à polícia. Segundo a companheira da vítima, Maria da Silva, 20 anos, ela e Jeová estavam caminhando pela Rua Alfredo Viana quando parou uma moto ao lado deles. Lucimar da Rosa Rodrigues, 26 anos, teria descido do veículo, e agarrado Jeová. Quem dirigia a moto era o irmão dele, Luciano da Rosa Rodrigues, 27 anos, que teria disparado três tiros contra a vítima, um deles no rosto.

Na versão dos suspeitos, Jeová os já teria assaltado em outra oportunidade. Os irmãos estariam indo em direção à casa da mãe quando foram derrubados da moto pela vítima, que estava junto com cerca de 10 pessoas. O bando teria tentado roubar a moto. Lucimar teria entrado em confronto com Jeová, armado com uma faca. Ao ver o irmão levar vários cortes pelo corpo, Luciano teria atirado na vítima.

Jeová foi socorrido por populares e levado ao Pronto-



Crime ocorreu na Rua Alfredo Viana, no sábado à noite

HOMICÍDIOS

Número de assassinatos em Santa Maria

- ▼ 2004 (até ontem) – 30
- ▼ 2003 – 24

Como foram os crimes neste ano

Armas usadas

- ▼ Revólver ou pistola – 18
- ▼ Faca – 9
- ▼ Muleta – 1
- ▼ Indefinido – 2

Motivos

- ▼ Rixa – 13
- ▼ Assalto – 11
- ▼ Passional – 2
- ▼ Acidental – 2
- ▼ Indefinido – 2

Atendimento da Medianeira, onde morreu. No local do crime, algumas pessoas ainda agrediram os dois irmãos. Luciano fugiu e foi capturado dentro de uma casa, na mes-

ma rua. Lucimar, bastante ferido, foi pego na Rua Godolfino Gay. Os dois foram apresentados pela Brigada Militar na Delegacia de Polícia de Pronto-Atendimento (antigo Centro de Operações) e depois encaminhados ao Presídio Regional.

Delegado tem 10 dias para concluir as investigações

O delegado de plantão, Carlos Alberto Dias Gonçalves, levou em consideração a versão da companheira da vítima para lavar o flagrante. Ele terá 10 dias para concluir o inquérito, que será investigado pela 3ª Delegacia de Polícia Civil.

O advogado Tito Rorato, que acompanhou o flagrante, avisa que encaminhará nesta terça-feira o pedido de relaxamento da prisão dos irmãos. Os dois não têm antecedentes criminais. A vítima, Jeová, tinha passagens por assalto.

Flagrante - No último domingo, por volta das 22h, foi preso em flagrante Adair Oliveira do Amaral, 42 anos, por porte ilegal de arma. O local da apreensão foi a Rua Agostinho Scolari, próximo à Escola São Carlos, na vila Urlândia. A Brigada Militar efetuou a prisão. Adair carregava um revólver calibre 38, 5 munições e uma garrucha artesanal.

A RAZÃO

SANTA MARIA - Segunda-feira, 6 de março 2006